

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

MIGUEL SILVA CONRADO JÚNIOR

O EMPREENDEDORISMO, A INOVAÇÃO E A POSIÇÃO GEOGRÁFICA DO AMAPÁ
COMO MEIOS PARA A DIMINUIÇÃO DA DEPENDÊNCIA ECONÔMICA
AMAPAENSE DA UNIÃO.

MACAPÁ – AP

2019

MIGUEL SILVA CONRADO JÚNIOR

**O EMPREENDEDORISMO, A INOVAÇÃO E A POSIÇÃO GEOGRÁFICA DO AMAPÁ
COMO MEIOS PARA A DIMINUIÇÃO DA DEPENDÊNCIA ECONÔMICA
AMAPAENSE DA UNIÃO.**

Trabalho de Conclusão de Curso como requisito para a
obtenção do grau de Bacharel em de Relações
Internacionais da Universidade Federal do Amapá.

Orientadora: Prof.^a Msc. Rosilene Furtado

MACAPÁ – AP

2019

RESUMO

A decisão do governo amapaense de parcelar os rendimentos dos servidores públicos em 2017 evidenciou a situação em que a economia local está inserida: a excessiva dependência econômica que o estado mantém com relação à União. Mesmo tendo o Amapá uma posição geográfica privilegiada para o comércio exterior, com características únicas como a fronteira com a Zona do Euro e a menor proximidade entre o Porto de Santana (entre todos os estados do Brasil), e os portos europeus, chineses e estadunidenses, o mesmo não consegue obter melhores índices econômicos. Essa dependência excessiva da economia amapaense é o Problema que incentivou a elaboração desta monografia. Sendo assim, o objetivo geral desta, é apresentar uma alternativa de resolução dessa incômoda dependência econômica através de uma política pública que incentive e consolide uma cultura de empreendedorismo e da inovação na região para que, a médio e longo prazo, a economia local se desenvolva a nível suficiente que possa apresentar uma independência econômica satisfatória. A metodologia utilizada para a confecção desta monografia se baseia no método “quantitativo-qualitativo”. A análise de mapas, de dados econômicos e estatísticas que comprovam a dependência econômica do estado, a vantagem logística de se produzir serviços e produtos na região com intenção de exportá-los, além do impacto positivo que a política pública similar teve em outras economias internacionais, se configuram como parte Quantitativa da metodologia. Os livros, reportagens, artigos científicos, e autores que corroboram com esses entendimentos, além do histórico de cobiça da região por vários impérios colonizadores, e ainda, os exemplos internacionais de sucesso dessa política (como os EUA, a China e o Reino Unido), são parte integrante da análise Qualitativa.

Palavras-chave: Empreendedorismo. Inovação. Geopolítica. Desenvolvimento Econômico.

ABSTRACT

The government's decision to split public servants' incomes in 2017 showed the situation in which the local economy is inserted: the state's excessive economic dependence on the Union. Even though Amapá has a privileged geographic position for foreign trade , with unique characteristics such as the border with the Euro Zone and the lesser proximity between the Port of Santana (between all the states of Brazil), and the European, Chinese and American ports, the same can not obtain better economic indexes. This excessive dependence on the amapaense economy is the problem that encouraged the elaboration of this monograph. Therefore, the general objective of this is to present an alternative solution to this uncomfortable economic dependence through a public policy that encourages and consolidates a culture of entrepreneurship and innovation in the region so that, in the medium and long term, the local economy develops at a level sufficient to provide satisfactory economic independence. The methodology used for the preparation of this monograph is based on the "quantitative-qualitative" method. The analysis of maps, economic data and statistics that prove the economic dependence of the state, the logistics advantage of producing services and products in the region with the intention of exporting them, in addition to the positive impact that similar public policy had on other international economies , are configured as a quantitative part of the methodology. Books, reports, scientific articles, and authors corroborating these understandings, as well as the history of greed of the region by various colonizing empires, as well as the international examples of success of this policy (such as the US, China and the United Kingdom) , are an integral part of the Qualitative analysis.

Keywords: Entrepreneurship. Innovation. Geopolitics. Economic Development.

LISTA DE SIGLAS

ACC - Academia Chinesa de Ciências.
ALCMS - Área de Livre Comércio de Macapá e Santana.
BIS - Batalhão de Infantaria de Selva.
C&T - Ciência & Tecnologia.
CDSA - Companhia Docas de Santana.
EUA - Estados Unidos da América.
FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos.
FUNAG - Fundação Alexandre de Gusmão.
GEA - Governo do Estado do Amapá.
GEM - Global Entrepreneurship Monitor.
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano.
IME - Índice de Magnitude do Estado.
IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.
IPRI - Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais.
ITIF - Information Technology & Innovation Foundation.
LNLS - Laboratório Nacional de Luz Síncrotron.
MCTIC - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.
MICES - Ministério da Indústria do Comércio Exterior e Serviços.
MOST - Ministério da Ciência e Tecnologia da China.
MPMEs - Micro, Pequenas e Médias Empresas.
MRE - Ministério das Relações Exteriores do Brasil.
NEC - Conselho Econômico Nacional dos EUA.
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento.
PIB - Produto Interno Bruto.
PINTEC - Pesquisa de Inovação Tecnológica.
PPCRI - Plano Pedagógico do Curso de Relações Internacionais.
RI - Relações Internacionais.

SBI - Sistema Britânico de Inovação.

SCI - Sistema Chinês de Inovação.

SNI - Sistema Nacional de Inovação.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

SEI - Sistema Estadunidense de Inovação.

SEPLAN - Secretaria de Planejamento do estado do Amapá.

SIDRA - Sistema IBGE de Recuperação Automática.

STF - Supremo Tribunal Federal.

TI - Tecnologia da Informação.

TIC - tecnologia da informação e comunicação.

TJAP - Tribunal de Justiça do Amapá.

TRI - Teoria das Relações Internacionais.

UNIFAP - Universidade Federal do Amapá.

ZPE - Zona de Processamento de Exportação.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
2. A DEPENDÊNCIA ECONÔMICA AMAPAENSE DOS RECURSOS DA UNIÃO.	24
3. A VANTAGEM DA POSIÇÃO GEOGRÁFICA DO AMAPÁ.....	29
3.1 AMAPÁ, A PRIMEIRA TERRA DO ATUAL BRASIL A SER ALCANÇADA PELOS EUROPEUS: DOS ESPANHÓIS, PORTUGUESES, INGLESES, HOLANDESES E FRANCESES AOS NAZISTAS. A CRESCENTE PRESENÇA DAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS NA REGIÃO.....	29
3.2 OS SUCESSIVOS SUPERÁVITS DO COMÉRCIO EXTERIOR AMAPAENSE.....	37
3.3 A VOCAÇÃO COMERCIAL ATRAVÉS DE SUA POSIÇÃO GEOGRÁFICA: A ZONA DE LIVRE COMÉRCIO, E, O MANGANÊS AMAPAENSE NO CONTEXTO DA GUERRA FRIA.	39
3.4 A VANTAGEM LOGÍSTICA QUE OS EXPORTADORES POSSUEM NO AMAPÁ, COMPARADO AO CENTRO-SUL BRASILEIRO: A SOJA COMO O MAIOR EXEMPLO.....	40
4. O EMPREENDEDORISMO COMUM E O INOVADOR.....	46
4.1 A ORIGEM, EVOLUÇÃO HISTÓRICA E IMPORTÂNCIA.....	46
4.2. O SIGNIFICADO ETIMOLÓGICO E CONCEITUAL DO TERMO “EMPREENDEDORISMO”. O EMPREENDEDORISMO COMUM E O INOVADOR, O PROCESSO EMPREENDEDOR (SEGUNDO O “GEM 2016”), O EMPREENDEDOR POR NECESSIDADE OU POR OPORTUNIDADE, A MOTIVAÇÃO PARA EMPREENDER, E, A DIVISÃO DE PAÍSES POR ESTÁGIO DE EMPREENDEDORISMO.	51
4.3. INOVAÇÃO (O FENÔMENO FUNDAMENTAL DO DESENVOLVIMENTO).....	57
4.4. EXEMPLOS INTERNACIONAIS RELEVANTES SOBRE A EFICÁCIA DA ECONOMIA SHUMPTERIANA (EUA, CHINA E REINO UNIDO), E, O ESFORÇO BRASILEIRO EM FORMAR UM SISTEMA NACIONAL DE INOVAÇÃO.....	64
4.4.1. Estados Unidos da América.	66
4.4.2. China.....	74
4.4.3. Reino Unido.	86
4.4.4. O caso brasileiro: há um sistema eficiente de inovação?	91
4.4.2 esforços empreendidos por alguns estados e municípios no Brasil em busca de inovações.	99
4.5 O PRINCÍPIO DE “CONNECTIVIDADE E APRENDIZAGEM” DOS EMPREENDEDORES COMO ESTRATÉGIA PARA GOVERNOS ESTADUAIS, E, O ENSINO DO EMPREENDEDORISMO.....	100
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.	104
6. REFERÊNCIAS.....	109

1. INTRODUÇÃO.

Em abril de 2017 o Governo do estado do Amapá (GEA) iniciou o parcelamento dos salários de seus servidores. Através de uma nota oficial lançada pelo GEA publicada no dia 26 de Março de 2017, o Governo do estado alegou que esta medida era necessária porque a crise econômica e recessão nacional havia se agravado, o que refletiu diretamente no estado, com perdas significativas de arrecadação.

O Tribunal de Justiça do Amapá (TJAP) então determinou – em mandato de segurança – que o GEA não parcelasse a remuneração sob pena de multa diária de R\$ 5 mil reais. Entretanto, logo após essa decisão, o Supremo Tribunal Federal (STF) - na figura da Ministra Carmém Lúcia - decidiu que por mais que o direito ao salário dos servidores era inegável, se tivesse que mantê-los de forma integral, o Governo do estado do Amapá não conseguiria manter os seus compromissos¹.

Conforme o conhecimento popular na sociedade amapaense de que a economia do estado é altamente dependente dos recursos federais (situação conhecida por “economia do contracheque”), análises do setor público confirmam esta situação, como a do Tesouro Nacional (Ministério da Fazenda) que em seu “Balanço do Setor Público Nacional” do ano de 2016, viu que 79,98% dos Municípios brasileiros vivem, com relação às transferências da União, um nível de dependência acima de 75% de suas receitas totais durante um ano. Nesse Balanço, o estado do Amapá aparece em uma lista (junto com Acre, Maranhão, Piauí, Pernambuco e Sergipe) dos estados que mais dependem desses recursos, em um nível entre 50% e 75%.²

As análises públicas (como a do Tesouro Nacional), acadêmicas (como dissertações de mestrado da UNIFAP) e jornalísticas utilizadas como referências na confecção deste artigo, concordam que o estado do Amapá é excessivamente dependente dos recursos federais e que essa

¹**Suspensas decisões que impediam governo do Amapá de parcelar salários do funcionalismo.** Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=350959>> Acesso em 9 de Julho de 2018.

²**Balanço do Setor Público Nacional.** Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/318974/Boletim+BSPN+em+foco/4de73afb-ade7-4e3d-9bc3-c0a3a65f8d7e>. Acesso em 28 de novembro de 2018.

situação é perigosa para a própria sociedade amapaense. Segundo SILVA (2014), dependente é a “Condição ou qualidade de pessoa ou de coisa que está na dependência de outra pessoa ou de outra coisa [...] O dependente não é livre [...] por não ter recursos, ou por não poder manter-se por si, é sustentado ou assistido por outrem, sob cuja dependência se apresenta”.

Charles Chelala (Economista e Mestre em Desenvolvimento Regional, docente da UNIFAP), em sua dissertação de mestrado do ano de 2008, alertou que esta situação de dependência econômica poderia acarretar problemas semelhantes aos que ainda ocorrem em pleno ano de 2018 (entre eles a maior taxa de desocupação do país, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE³), pois, segundo sua análise:

A configuração de **marcante presença estatal pode gerar riscos como a vulnerabilidade em momentos de crise de financiamento dos governos** [...] A possibilidade de atrasos em pagamento de servidores e de fornecedores da máquina pública acarretaria em crise de grandes proporções locais, que atingiria a todas as camadas da sociedade, de modo **mais sensível que na média do país**. (CHELALA, 2008, p. 206, grifo meu)

Essa dependência é verificada nos dados da pesquisa “Contas Regionais” (referente ao ano de 2015) realizada pelo IBGE. Em plena crise econômica nacional, estando o PIB nacional em recessão (taxa de -3,5% com relação ao ano anterior), o Produto Interno Bruto (PIB) do Amapá recuava -5,5%, a mais baixa taxa entre todos os estados do país, claramente confirmando que a crise nacional de fato se tornou mais impactante onde a dependência é mais forte, ou seja, no Amapá, a Unidade Federativa mais sensível às crises econômicas nacionais. Sendo a economia do Amapá a mais dependente dos recursos da União para o seu funcionamento (CHELALA, 2008), e, tendo o estado do Amapá sofrido o maior impacto da crise econômica nacional em 2015 (IBGE, 2015), é entendido que a manutenção dessa atual dinâmica seja nociva para o estado.

Um aspecto que mantém esse incômodo posto de maior dependência econômica da União entre todas as Unidades Federativas (UF), é a baixa produtividade da economia amapaense, pois,

³Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/22218-pnad-continua-tri-taxa-de-subutilizacao-da-forca-de-trabalho-e-de-24-6-no-segundo-trimestre-de-2018>> Acessado em 29 de agosto de 2018.

não se observa resultados econômicos satisfatórios em proporção necessária e suficiente para que empreendimentos que gerem empregos – renda – e tributos ao estado do Amapá, sejam criados e mantidos, elevando a situação do Amapá de estado que atualmente consome muito mais do que produz.

Além do problema do Parcelamento do salário dos Servidores públicos vinculado ao GEA, o desemprego também é um grave problema enfrentado pela sociedade amapaense. Tomando como parâmetro a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)⁴ do IBGE, referente ao 2º trimestre (abril, maio e junho) de 2018, o Amapá apresentou uma taxa de desocupação de 21,3%, a mais alta do País. Nessa pesquisa são apresentadas informações contínuas sobre a inserção da população no mercado de trabalho. No 2º trimestre de 2018, o Amapá apresentou 602 mil pessoas em idade de trabalhar. Destas, 365 (237 mil fora da força de trabalho) mil estavam na força de trabalho, sendo que 287 mil estavam ocupadas e 78 mil desocupadas.

Além do parcelamento dos salários dos servidores públicos estaduais e, da maior taxa de desocupação do país, o Amapá ainda apresenta um alto índice de violência a nível nacional. Segundo o “Anuário Brasileiro de Segurança Pública” do ano de 2017, relatório feito pelo “Fórum Brasileiro de Segurança Pública” (organização sem fins lucrativos que tem por missão atuar como um espaço permanente e inovador de debate, articulação e cooperação técnica para a segurança pública no Brasil), o estado do Amapá é a terceira Unidade Federativa com maior taxa de “Roubo Seguido de Morte”, 2,4 mortes por 100 mil habitantes, atrás apenas de Goiás com 2,8 e o Pará com 2,7.⁵ Altos índices de desemprego contribuem para um aumento da violência, como indica Carvalho *et al* (2017) ⁶, sendo mais um motivo para que haja políticas públicas que incentivem a criação de empregos em número suficiente para absorver a grande massa desocupada, auxiliando o desenvolvimento delas próprias e o desenvolvimento do estado.

O problema explorado nesta monografia (dependência excessiva dos recursos da União)

⁴**PNAD do Segundo trimestre de 2018.** Disponível em: < <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/22218-pnad-continua-tri-taxa-de-subutilizacao-da-forca-de-trabalho-e-de-24-6-no-segundo-trimestre-de-2018>>. Acesso em 6 de setembro de 2018.

⁵**Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2017.** Disponível em: http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/10/ANUARIO_11_2017.pdf>. Acesso em 28 de novembro de 2018.

⁶**Relação da criminalidade com os índices de desemprego:** um estudo de caso. Disponível em: < <http://www.conhecer.org.br/enciclop/2017a/soc/relacao.pdf>>. Acesso em 13 de outubro de 2018.

leva a crer que a economia local não tem apresentado “desenvolvimento econômico” em nível satisfatório que possa alterar a sua condição de estado mais dependente. Por isso, há que se formular ao menos uma hipótese para sua solução. Logo, esta monografia busca nos exemplos de outras economias internacionais (além das obras especializadas nesse assunto) demonstrar que no momento em que estas enfrentavam crises econômicas e/ou sociais, foram realizadas políticas públicas e estruturais voltadas para a facilitação da iniciativa empreendedora pelos indivíduos da sociedade local, bem como políticas de incentivo à inovação, o que aumentou o desempenho a médio e longo prazo destas economias. Essas políticas em conjunto com a vantagem logística internacional que a posição geográfica do estado apresenta, poderiam ser os principais meios para que se possa atingir (a longo prazo) o desenvolvimento econômico da região amapaense.

“Desenvolvimento” é algo mais profundo a nível econômico que simplesmente o crescimento. O economista austríaco Joseph Schumpeter enfatizou a distinção entre os dois quando demonstrou que, enquanto o segundo consiste apenas na ampliação dos meios de produção, ou seja, num ganho quantitativo, enquanto que o primeiro só poderá ocorrer quando mudanças qualitativas são introduzidas na economia, isto é, inovações, e por indivíduos empreendedores. (SCHUMPETER, 1997). Portanto o corpo teórico principal utilizado para a investigação da hipótese desta monografia está baseado nas ideias do economista Joseph Schumpeter, que, em 1911 (ano da primeira edição do seu livro), afirmou ser o “desenvolvimento econômico”, um “fato econômico”, motivado por mudanças “endógenas e descontínuas” e que promovem profundas mudanças na “Vida Econômica” da sociedade, redistribuindo recursos e fatores de produção numa economia voltada para as transformações, sendo estas, o principal motor do verdadeiro sistema capitalista.

Para Drucker (2016, p. 34) a prática cultural-empreendedora baseia-se na teoria econômica schumpeteriana que vê a mudança como um processo normal e até mesmo saudável para uma região econômica. Nesse sentido, a principal tarefa da sociedade (no quesito econômico) seria procurar meios para fazer alguma coisa diferente e não simplesmente fazer melhor o que já está sendo feito. Drucker, nascido em Viena (Áustria) no ano de 1909, chamou a atenção para a diferença entre a “Economia Clássica” e a “Economia Shumpeteriana”, e vê que a primeira procura “[...] otimizar o que já existe, como o fazem as principais correntes da teoria econômica como os keynesianos, os adeptos de Friedman e os do lado da Oferta [...]” Segundo Drucker,

Shumpeter no seu clássico de 1911:

[...] rompeu com a economia tradicional, muito mais radicalmente do que John Maynard Keynes faria 20 anos depois. Ele postulava que **o desequilíbrio dinâmico provocado pelo empreendedor inovador**, em vez de equilíbrio e otimização, **é a “norma” de uma economia sadia** e a realidade central para a teoria econômica e a prática econômica. (DRUCKER, 2016, p. 35, grifo meu)

No primeiro capítulo de sua obra “A teoria do desenvolvimento econômico” (1997), intitulado: O fluxo circular da Vida Econômica enquanto condicionado por circunstâncias dadas, Schumpeter demonstrou que toda a Vida Econômica de uma dada economia, ou está estabilizada, ou caminha para a estabilidade num Fluxo Circular que é o funcionamento estrutural desta onde o *status quo* econômico se mantém preservado de profundas alterações, provocando uma grande concorrência interna pelo mercado consumidor, pois, não havendo produtos e serviços inovadores sendo ofertados no mercado, empreendimentos e novos seguimentos da economia se tornam raros, e, a tendência é de que a economia cresça em número, mas não se desenvolva ou, evolua. Assim, não havendo novidades que transformem profundamente a economia e aumente a sua diversificação em forma de novos empreendimentos e seguimentos econômicos originados de inovações, e, havendo apenas crescimento em quantidade, isso por si só, não configura um “desenvolvimento econômico”.

O primeiro capítulo da obra apresenta um modelo de economia estacionário, fundamentado num fluxo circular da vida econômica. Assim, toda a atividade econômica se apresenta de maneira idêntica em sua essência, repetindo-se continuamente. (SCHUMPETER, 1997, p. 9)

Esta monografia leva em conta a importância que a inovação incentivada pela cultura do empreendedorismo (aproveitando a vocação comercial internacional que a geografia local oferece) tem para o “desenvolvimento econômico”, como será visto nas análises de economias internacionais, mais a diante. Para Schumpeter (1997), o processo que culmina no “desenvolvimento econômico”, quando ocasiona mudanças profundas na Vida Econômica de uma determinada região econômica, é considerado um:

[...] fenômeno distinto, inteiramente estranho ao que pode ser observado no fluxo circular ou na tendência para o equilíbrio. É

uma mudança espontânea e descontínua nos canais do fluxo, perturbação do equilíbrio, que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente [...] (SCHUMPETER, 1997, p. 75)

É profundo o impacto que o desenvolvimento traz para uma sociedade, pois, segundo Cruz Jr (e, conseqüentemente, a diplomacia brasileira, haja visto que este e a obra são partes integrantes da Diplomacia da República Federativa do Brasil) este é “[...] entendido a partir do seu componente elementar de produzir maior equidade social e generalização de oportunidades de ascensão social [...]” (CRUZ JR, 2011, p. 164)

Por isso a busca pelo desenvolvimento social e pelo desenvolvimento econômico se mostram de suma importância para o Amapá, que apresenta índices baixos e preocupantes de índices como o do desemprego e o da violência, que são sem dúvida um dos efeitos negativos da excessiva dependência dos recursos da União.

Para não haver equívoco na diferenciação entre o ente federado Amapá e a Federação, se faz necessário diferenciar as duas unidades políticas as quais no Brasil são conhecidas como “Estado” e, “estado”. Sobre a primeira pode-se afirmar que é aquela das duas que possui “Soberania Estatal⁷”, enquanto que a segunda, sendo uma unidade política subalterna à primeira, não possui esta característica em comum ao grupo seletivo dos Estados Nacionais Modernos, ao qual a República Federativa do Brasil, faz parte. Segundo o livro de Introdução às Relações Internacionais, de Jackson & Sørensen:

O sistema de Estados é uma instituição histórica formada por pessoas. A população do mundo nem sempre viveu em Estados soberanos [...] Em épocas medievais, a autoridade política era caótica e dispersa, assim a maioria das pessoas dependia de um grande número de lideranças diferentes [...] No Estado moderno, a

⁷**Soberania Estatal:** conceito derivado do latim *summa potestas*, a soberania é prerrogativa exclusiva do exercício da capacidade de mando do Estado nacional reconhecido. Em sua vertente interna, diz respeito ao exercício de autogoverno, de poder de polícia e capacidade de organização político-administrativa, enquanto que em sua esfera externa diz respeito à sua presença reconhecida, à prerrogativa jurídica e à articulação internacional com base no *jus in bellum* (direito de decretar guerra e celebrar a paz com outros Estados), *jus tractum* (direito de negociar, assinar, ratificar e denunciar tratados) e *jus legationis* (direito de legação em sua dimensão ativa e passiva; sendo a dimensão ativa a capacidade de receber enquanto que na passiva diz respeito ao recebimento de agentes consulares e diplomáticos), *jus petitionis* (direito de solicitar a prestação jurisdicional em tribunais internacionais quando aceitar a *juris dire* de várias Cortes, podendo, para tanto, ser parte ativa ou passiva em processos judiciais) e *jus representationis* (direito de representar e fazer-se representar em organismos internacionais, agências multilaterais e programas com direito à voz, voto e determinação de agenda). (CASTRO, 2012, p. 76)

autoridade é centralizada em um governo legalmente supremo e a população vive sob leis convencionais estabelecidas pela autoridade. [...] (JACKSON; SØRENSEN, 2013, p. 53)

Portanto, para referência deste artigo, a unidade política (província da Federação) integrante da União conhecida como Amapá, será sempre referida como **estado**, enquanto que a “República Federativa do Brasil”, possuidora de Soberania, será sempre referida como **Estado**, ou, como no tema, **União**. O Estado, segundo Castro (2012, p. 76) é uma “Entidade político-jurídica que representa a engrenagem central das RI dotada de população permanente, de território reconhecido, de governo aceito e de exercício de soberania estatal no plano interno e externo [...]” Esta noção estatocêntrica, de acordo com a prerrogativa soberana de um Estado moderno, é irradiada de um momento histórico muito importante para as Relações Internacionais, a “Guerra dos Trinta Anos”, onde, pela primeira vez na história, os Estados europeus da primeira metade do Século XVII, inauguraram a noção de interesse do Estado ou, de segurança nacional. Segundo Thales Castro,

A característica ímpar do século XVII como marco para as Relações Internacionais – ponto de partida no *locus* histórico das considerações introdutórias – se deu não somente pela criação do conceito moderno de Estado com sua *summa potestas* (soberania) por meio do tratado assinado em Munster e Osnabruck da Paz de Westphalia (1648), mas, principalmente, pelo fato de que fora reconhecido o princípio do estatocentrismo como engrenagem mestra da política entre as nações. [...] (CASTRO. 2012, p. 36)

As considerações feitas sobre a relevância dos elementos geográficos na produção de uma política pública neste artigo (especificamente a questão da “Posição geográfica do Amapá”) fundamentam-se na consciência da importância da **Geopolítica**, ferramenta de uso estatal para confeccionar estratégias públicas, elaboradas a partir dos elementos naturais e geográficos do Estado. Segundo Shiguenoli Miyamoto, “a geopolítica pode ser considerada uma área recente de estudos. Surgiu *stricto sensu* no final do século passado, quando o termo foi utilizado pela primeira vez pelo professor sueco Rudolf Kjellén (1864-1922), em 1899.” (MIYAMOTO, 1995, p. 21),

[...] a geopolítica tende a demonstrar a subordinação da política internacional dos Estados ao fator geográfico [...] há, portanto, necessidade de considerar o território que cada Estado possui, seu

espaço e sua posição, além das potencialidades econômicas e militares e os recursos humanos com que poderá contar. [...] (MIYAMOTO, S. 1995, p. 14)

É fato que a geopolítica costuma tratar questões ligadas diretamente aos Estados Soberanos (como a República Federativa do Brasil) a partir da sua constituição geográfica, porém, para efeito deste artigo, a geopolítica será tratada como elemento estratégico para que o Amapá produza política pública voltada para o empreendedorismo inovador e comércio exterior (a partir do empreendedorismo comum) a partir de suas peculiaridades naturais. Segundo Cruz Jr. (2011, p. 46) as teorias de inovação correspondem a uma teoria de desenvolvimento aplicável tanto a países industrializados e desenvolvidos, como a países emergentes, a regiões econômicas supraestatais, como a União Europeia, e, até mesmo “a cidades e áreas geográficas”.

A Teoria das Relações Internacionais (TRI) representa a síntese do pensar e do agir dos sujeitos na esfera externa. Para Castro, a TRI é [...] uma forma de saber internacional, ou melhor, de saberes internacionais complexos e inter-relacionados [...]”. O debate inicial da TRI envolve duas análises distintas sobre as motivações e o agir de um sujeito no plano internacional: o **Idealismo** (liberalismo) e, o **Realismo**. Em síntese, “[...] os Realistas enfatizam a importância da segurança e da ordem; os Liberais, da liberdade e da justiça; e os acadêmicos de Economia Política Internacional, a igualdade econômica e o bem-estar”. (JACKSON; SØRENSEN, 2013, p. 27)

Castro (2012, p. 338) observa que os “Liberais-Idealistas” são aqueles que, em se tratando de Relações Internacionais, defendem a noção progressista e otimista sobre a natureza humana, a confiança no progresso humano, a partilha de responsabilidades comuns em prol da paz, da justiça e da cooperação, bem como a força normativa das instituições multilaterais, dos regimes internacionais e das regras pactuadas entre os povos.

Para Jackson & Sørensen (2013) Norman Angell (1872-1967) foi um proeminente idealista liberal. Em 1919, publicou o livro *The Great Illusion* (A Grande Ilusão), em que a ilusão se refere ao fato de muitos políticos ainda acreditarem que a guerra serve para propósitos lucrativos e que seu sucesso é benéfico para o vencedor. Seu pensamento foi resultado de uma análise sobre o cenário internacional fragmentado e parcialmente destruído do pós Primeira

Guerra Mundial. Percebeu o autor que geralmente a guerra iniciava por causa do falso entendimento de que a mesma seria um instrumento de obtenção de riquezas para o Estado. O advento do liberalismo, o comércio internacional estava se tornando cada vez mais o elemento diferencial na disputa entre os países, o que eliminou o sentido das guerras, embora não as tenha eliminado definitivamente.

Em condições totalmente primitivas, o roubo era uma ocupação medianamente produtiva. [...] quando a riqueza depende principalmente do crédito e do prestígio que tem no mercado os documentos que o registram, a má-fé revela-se tão improdutiva e arriscada quanto o trabalho honrado em épocas anteriores. [...] a desordem e a agressão eram incompatíveis com a existência e o êxito dos negócios. (ANGELL, 2002, 58)

Já aqueles que aderem a condução política em princípios do “Realismo Clássico”, entendem que no cenário internacional os atores devem agir conforme a compreensão de que o ser humano não é “bom” por natureza e, que devido a isso, para se antecipar ao caos e aos ímpetos e desejos de dominação dos demais “*players*”, o ensino e a prática das Relações Internacionais, deveriam “[...] centralizar-se, preponderantemente, no conceito de anarquia internacional, na maximização do poder, no militarismo e no sistema de autoajuda dos Estados diante dos dilemas de segurança.” (CASTRO, 2012, p. 70)

Vemos que, com relação aos Liberais, o comércio exterior tem uma grande importância para que a sua análise faça sentido. No entanto, a competição comercial, tão ligada ao fenômeno do empreendedorismo, é um elemento intimamente ligada ao campo “Realista” das TRI. Schumpeter afirmou que o empreendedor e a sua família adquirem, a partir dos frutos de seu sucesso, uma posição na sociedade que não depende imediatamente de suas condutas pessoais. Para o austríaco, esse representa o fator mais importante de ascensão na escala social no mundo capitalista. “Como isso ocorre com a destruição pela concorrência de negócios antigos e, portanto, das vidas deles dependentes, sempre corresponde a um processo de declínio, perda de prestígio, de eliminação.” (SCHUMPETER, 1997, p. 142)

Hans J. Morgenthau (1904-1980), advogou que o impulso da ação do ser humano (e, conseqüentemente o do Estado) é o de prover primeiramente a aquisição de tudo aquilo que seus próprios desejos egoístas exigem. Para o autor, que se opôs aos princípios do Liberalismo, houve

um equívoco por parte dos que defendiam o liberalismo, haja visto que estes tem fé na natureza humana, ao passo que, os que pensam o contrário, se baseando na história dos conflitos humanos, viram que esta natureza tende mais para o mau, tornando esta concepção (aos olhos dos que a defendem) a realidade da política internacional. Portanto, para Morgenthau (2003, p. 28), “[...] essa preocupação teórica com a natureza humana tal como ela se apresenta, e com os processos históricos, à medida que eles ocorrem, fez com que a teoria aqui caracterizada ganhasse o nome de realista”.

O comércio exterior é um campo onde há inegável competição (princípio do Realismo) entre os que atuam nele. Por outro lado, promove o contato com povos do mundo inteiro, conectando realidades sociais e econômicas no processo de globalização e até mesmo na busca pelo equilíbrio econômico e prosperidade que podem gerar uma paz (Liberalismo).

Além do propósito socioeconômico explícito nessa monografia, uma das principais justificativas para o empreendimento da mesma, se relaciona ao papel social do graduando em uma Universidade Pública Federal. Em seu Plano de Desenvolvimento institucional do ano de 2015, a Universidade Federal do Amapá, ciente de sua responsabilidade social com o estado do Amapá, com a região e com o Brasil - haja visto que a sua mantenedora é a União –, ressalta que a sua missão é promover de forma indissociável ações de ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para a formação de cidadãos e, para o desenvolvimento social e econômico.

Por sua vez, o papel do curso de Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade Federal do Amapá, como exposto no seu Plano Pedagógico (PPCRI), se deve a condição de auxiliar o desenvolvimento social, econômico e científico em um estado da União que faz fronteira política com a União Europeia (através da Guiana Francesa, território da França) e, com o Suriname (território onde sua população fala o inglês). A posição geográfica onde se situa o estado do Amapá, segundo o que demonstra o PPCRI, possui uma vocação natural e comercial e, portanto, o curso de Relações Internacionais tem como meta auxiliar no desenvolvimento da região e do país por meio dessas vocações e das peculiaridades fronteiriças que o Estado possui.

Thales Castro (diplomata brasileiro, cônsul, escritor, professor, assessor de várias instituições importantes da diplomacia nacional e internacional), ao destrinchar as especificidades locais dos cursos de Relações Internacionais pelo país, enxerga que:

[...] Em cidades portuárias com grande vocações exportadoras, pode-se esperar certa ênfase em matrizes curriculares voltadas para o comércio exterior, para as finanças internacionais e para temáticas da economia política [...] que visam à maximização das potencialidades locais em interlocução com o mercado de trabalho e com as dinâmicas comerciais, econômicas, culturais e sociológicas. (CASTRO, 2012, p. 302)

Esta visão de um renomado diplomata brasileiro com larga experiência na área indica que o Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Amapá, por todas as características geográficas supracitadas que indicam uma vocação para a área do comércio exterior, por exemplo, é extremamente estratégico para que o próprio estado do Amapá possa encontrar novas fontes para o crescimento econômico local

A importância atribuída neste artigo ao curso de Relações Internacionais na sua característica analítica é pelo fato de que sua própria natureza busca soluções a partir do ambiente internacional para os problemas sociais que o país enfrenta (em uma visão Idealista-Liberal, que será sucintamente vista mais adiante), tanto pela sua essência diplomática quanto pelos conhecimentos interdisciplinares. Segundo o Plano Pedagógico do Curso de Relações Internacionais da Unifap, sua matriz curricular está dividida em sete grandes áreas: História e Política Externa; e Teoria das Relações Internacionais e análise do Sistema Internacional; Economia e Negócios Internacionais; Direito; Temas Regionais; Idiomas; Metodologia e Pesquisa; e Suporte interdisciplinar.

Promover ajustes sociais por meio de medidas que desenvolvam a economia é um meio de utilização da política para promover mais equidade social. Segundo Ignacy Sachs (2008), “desenvolvimento” se distingue de crescimento à medida que os objetivos do primeiro vão muito além de apenas uma mera multiplicação de riqueza material. Para Sachs:

Igualdade, equidade e solidariedade, estão, por assim dizer, embutidas no conceito de desenvolvimento [...] Em vez de maximizar o crescimento do PIB, o objetivo , maior se torna promover a igualdade e maximizar a vantagem daqueles que vivem nas piores condições, de forma a diminuir a pobreza [...] (SACHS, 2008, p. 14)

Para isso, este Trabalho de Conclusão de curso, ciente da responsabilidade que a Universidade Federal do Amapá tem para com o desenvolvimento da sociedade, e, com o

conhecimento adquirido do Curso de Bacharelado de Relações Internacionais na busca pelo desenvolvimento local a partir de premissas internacionalistas, vê na busca por uma economia voltada à inovação empreendedora em conjunto com as oportunidades que a localização geográfica local proporciona, principalmente com relação ao comércio exterior, um meio para se alcançar desenvolvimento econômico e maior independência econômica da União, através da produção de produtos e serviços que possam ser comercializados dentro e fora do país, melhorando a economia local. Levando em conta os problemas supracitados no estado do Amapá, o objetivo desta monografia é o de apresentar uma alternativa de resolução dessa incômoda dependência econômica, através, por exemplo, de uma política pública que incentive e mantenha uma cultura de empreendedorismo e a inovação na região para que, a médio e longo prazo, juntamente com os fatores geográficos amapaenses (como a localização na foz do rio Amazonas, a fronteira política com a União Europeia e uma maior proximidade geográfica do Porto de Santana, Amapá, em relação a portos da Europa e dos Estados Unidos da América, comparando-se o Amapá com relação a outras regiões do Brasil, como o Sudeste), possam incentivar a criação (ou até mesmo a migração) de micro, pequenas e médias empresas na região, e, até mesmo, grandes projetos sustentados por novas tecnologias, para que absorvam trabalhadores ociosos e auxiliem na geração de tributos necessários para a manutenção de políticas públicas necessárias para o desenvolvimento e no investimento de muitas outras em vários campos da sociedade amapaense e nacional. Políticas Públicas são “[...] formas de intervenções planejadas dos órgãos públicos no sentido de promover ações que resolvam problemas sociais.” (BONINI; PANHOCA; CIANCIARULLO, 2014, p. 74)

Com relação ao procedimento de montagem de uma pesquisa científica em R.I, segundo Gilberto Safarti (2005), deve o internacionalista se preocupar em dar atenção ao fato de que “toda pesquisa científica deve começar explicitando a sua questão de pesquisa. [...] Uma vez identificada a sua questão de pesquisa, é hora de formular hipóteses que possam responder à sua pergunta [...]”.

Como exposto na introdução, a questão de pesquisa, ou ainda, o problema de pesquisa desta monografia, é a excessiva dependência socioeconômica que o Amapá possui com relação à União, o que foi claramente verificado no episódio do “parcelamento dos salários dos servidores públicos estaduais”. O sentido de produzir este trabalho de conclusão de curso está fundamentado

na vontade de apontar um meio, a partir da análise internacionalista, para que esta situação possa mudar. Para a pesquisa dentro da área de RI, Safarti (2005, p. 41) afirma que “dentro da construção de seu projeto de Relações Internacionais, o estudante tradicionalmente se defrontará com dois métodos científicos de condução de uma pesquisa: quantitativo e qualitativo [...]”. A metodologia **quantitativa** se baseia em números e métodos estatísticos, enquanto que o método **qualitativo** busca resolver o problema central e concluir sobre a hipótese através de materiais didáticos, livros, reportagens, artigos científicos, entrevistas, entre outros. Esta monografia se utilizará da metodologia que contemple as duas, pois, como mostra Safarti, “há casos nos quais o método qualitativo é mais interessante de ser aplicado, ao passo que, em outros, o qualitativo responderá melhor às expectativas do pesquisador e há, ainda, casos nos quais **ambos podem ser aplicados em conjunto**.” (SAFARTI, 2005, p. 43, grifo meu)

Para basear o entendimento de que o fenômeno do empreendedorismo inovador pode auxiliar a economia amapaense a sair da estagnação sistemática na qual se apresenta, esta monografia se baseia em artigos, revistas eletrônicas, matérias jornalistas de abrangência local e nacional, e, principalmente, de livros disponíveis na Biblioteca Central da Universidade Federal do Amapá e de livros digitais da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG)⁸, e do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI) braço acadêmico do Ministério das Relações Exteriores (MRE), ambas instituições de vocação internacionalista que prestam enormes serviços à sociedade produzindo acervo especializado na área. Também são utilizadas obras em que a temática do empreendedorismo, da inovação, do comércio exterior e, das Relações Internacionais, estão inter-relacionadas.

Para análise de dados econômicos que atestam a situação econômica e social do estado, bem como a importância que o empreendedorismo tem para a geração de empregos numa economia, a inovação e o comércio exterior tem para o crescimento econômico e para o desenvolvimento econômico, são usados os dados mais atualizados possíveis do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), contidos em seu site oficial na internet, e, da Secretaria de Planejamento do estado do Amapá (SEPLAN). Os dados referentes ao comércio

⁸A **Fundação Alexandre de Gusmão** (FUNAG) é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores, que tem como objetivos básicos o incentivo ao conhecimento das Relações Internacionais e a análise da ação do Brasil no Sistema Internacional. Disponível em: < <http://www.funag.gov.br/index.php/pt-br/funag> > Acesso em 9 de setembro de 2018

exterior do Amapá são retirados do site do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MICES), além dos livros lançados pela FUNAG e pela IPRI.

O levantamento da divisão de economias nacionais pelo mundo conforme o seu estágio de desenvolvimento econômico (Fator, Eficiência e, Inovação), bem como as políticas públicas voltadas para o incentivo de inovação e empreendedorismo são feitas a partir de Instituições com íntima conexão com o assunto, como o “Monitor Global do Empreendedorismo” (GEM) e, de artigos de relevância nacional sobre o tema.

A pesquisa GEM foi concebida como uma avaliação abrangente do papel do empreendedorismo como principal propulsor do crescimento econômico. Mediante coletas anuais, a busca por dados relevantes sobre o tema. Os dados são capturados de modo a facilitar comparações entre os países a respeito da atividade empreendedora nacional, estimar o papel da atividade empreendedora no crescimento econômico, determinar as condições responsáveis pelas diferenças entre os países em relação ao nível de empreendedorismo e facilitar políticas que possam ser eficazes na melhoria do ambiente para novos negócios. (LIMA *et al*, 2017, p. 108)

A importância de analisar as publicações do *Global Entrepreneurship Monitor* para confecção de pesquisas sobre o empreendedorismo e seu impacto nas economias internacionais, se deve principalmente a sua robusta e consolidada estrutura internacional de pesquisadores e colaboradores ao redor de dezenas de países no mundo, como demonstra relatório de pesquisadores da Suécia e colaboradores do GEM:

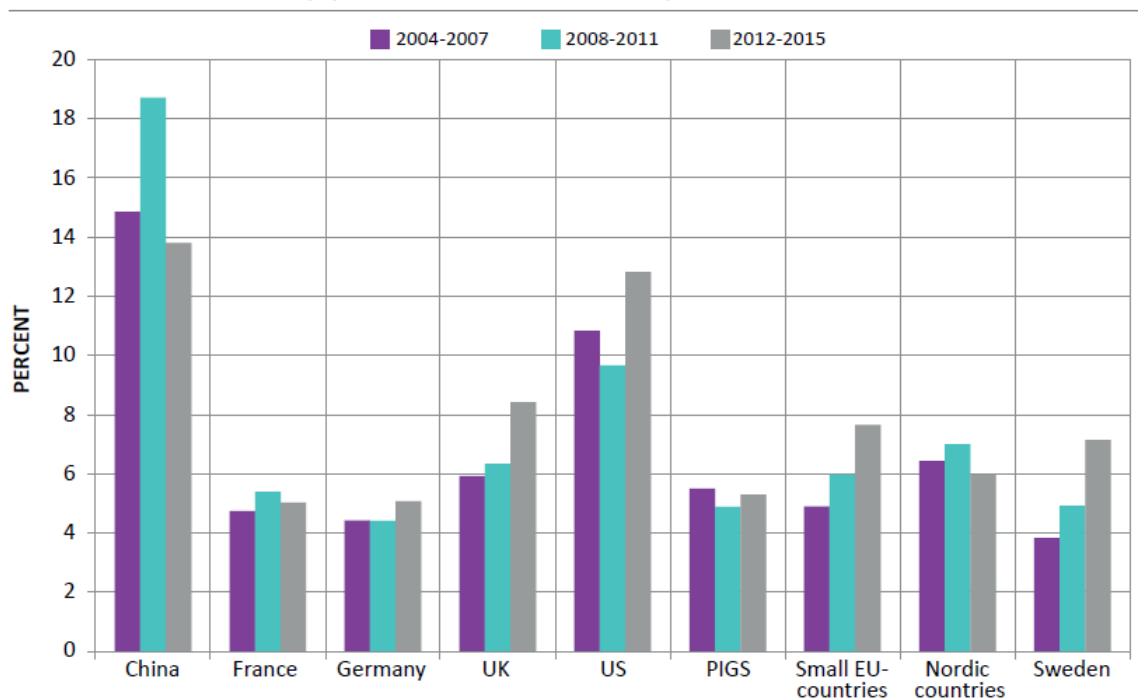
Since the first survey, which covered 10 countries, was conducted in 1999, the study has grown to include 181,000 respondents in 62 countries in 2015, representing over 72 percent of the world's population and 90 percent of the world's GDP. This makes GEM the largest ongoing study of entrepreneurship and entrepreneurial dynamics in the world. (BRAUNERHJELM et al, 2016, p. 11)

Como meio de obtenção de provas para o impacto que o empreendedorismo (tanto o comum quanto o inovador) oportuniza para qualquer economia se desenvolver, serão analisadas as duas maiores economias mundiais, a estadunidense e a chinesa, além da britânica, atuais primeiras, segunda e quinta colocadas no desempenho do PIB entre todas as economias da

Comunidade Internacional (excluindo-se economias de blocos econômicos, tal como a Zona do Euro da União Europeia), além de apresentarem os atuais três maiores índices de novos empreendimentos entre todos os países participantes da pesquisa GEM, conforme demonstra a pesquisa da equipe sueca (Gráfico 1) desta instituição internacional, ao comparar os números do país nórdico, com o dos EUA, da China, das maiores economias da Europa (Alemanha, Reino Unido e França), dos países baixos (Holanda e Bélgica), dos países sul-europeus (Portugal, Espanha, Itália e Grécia), além dos demais países escandinavos. Segundos esses dados, A China vem dominando a criação de novos empreendimentos desde 2004 pelo menos, sendo seguida pelos EUA e, logo depois, pelo Reino Unido:

GRÁFICO 1

Atividade Empreendedora Total em Estágio Inicial.



Fonte: BRAUNERHJELM *et al*, 2016, p. 20

Ao fim da análise do Sistema Inovador desses três países, será feito uma breve análise do atual esforço brasileiro em construir um Sistema de Inovação. Com o objetivo de apontar políticas públicas de impacto empreendedor para governos municipais e estaduais, será utilizado como parâmetro dados da *Kauffman Foundation* e da *Information Technology & Innovation*

Foundation (ITIF), ambas instituições de natureza privada e que estão sediadas nos EUA, e que promovem estudos a cerca de políticas públicas que apresentaram resultados satisfatórios no índice empreendedor em diferentes estados daquele país e da macroeconomia em si.

Para demonstrar o potencial competitivo que todo produto ou serviço ofertado no estado do Amapá possui no mercado internacional (principalmente com relação aos demais estados brasileiros) será utilizada a ferramenta da internet “Google Maps” para comparar as distâncias que produtos e serviços originários dos estados do Amapá e de São Paulo (entre o porto de Santana/AP e o porto de Santos/SP) devem percorrer para chegar em portos localizados na Europa (Roterdã, na Holanda), nos Estados Unidos da América (Flórida), e, na costa da China.

No decorrer desta monografia o leitor vai obter as seguintes informações: o nível de dependência econômica do Amapá com relação aos recursos da União cruzando dados de 2005 com os de 2015 obtidos nas pesquisas do IBGE; compreender através da história (desde o ano 1500 d.c até os dias atuais) a importância geopolítica das terras do atual Amapá, através das muitas tentativas de colonizações e conquistas deste território pelos europeus e pelo papel desempenhado pela região na Segunda Guerra Mundial e na Guerra Fria, além de uma análise sobre a competitividade da economia local frente ao internacional através de dados bibliográficos e de índices econômicos e matérias jornalísticas sobre a soja amapaense e a presença cada vez mais robusta das Forças Armadas Brasileiras no estado, além de comparações entre as distâncias do porto de Santana/AP e os grandes centros econômicos mundiais; analisar o bom desempenho da Balança de Pagamento que o Amapá vem apresentando há anos, exportando mais do que importando, ainda que com déficit na relação do valor agregado entre o que é exportado e o que é importado.

Entender o que é “empreendedorismo” tanto o comum quanto o inovador, seu significado literal e etimológico, sua importância para a sociedade moderna desde o século XVII; serão analisados os processos de transformação da estrutura econômica dos EUA, Reino Unido e China, em economias do “conhecimento inovador” que no caso dos EUA, reforçou sua supremacia econômica no mundo, no caso do Reino Unido, o tirou de uma crise econômica e de produção de tal proporção que esta chegou a ser conhecida no início da década de 1980 como a “doente da Europa”, além do caso chinês que, após reformas estruturais e políticas entre os anos 1970 e 1985, transformou-se no que atualmente é a economia com as maiores taxas de

crescimento do mundo, capaz de provocar uma guerra comercial com os EUA por supremacia global, tal como a concepção Realista das RIs prevê na disputa entre nações; também será analisado brevemente o conjunto de principais esforços atuais no Brasil para que a economia se torne uma geradora de inovações; e, por fim, as novas estratégias que governos estaduais nos EUA vem implementando para melhorar ainda mais o ambiente inovador.

Para comprovar o impacto em longo prazo na economia após a adoção de medidas que facilitem a atividade empreendedora e a formação de um ambiente econômico voltado para criação de inovações, serão analisados os índices (oriundos do Banco Mundial) do PIB dos EUA, da China e, do Reino Unido (Gráfico 3) no período de 1960 a 2017 e, também, da taxa de criação de empregos nos três países no período de 1950 a 2018 (Gráficos 4, 6 e 7).

2. A DEPENDÊNCIA ECONÔMICA AMAPAENSE DOS RECURSOS DA UNIÃO.

A dependência econômica do Amapá com relação aos recursos da União esta clara em análises acadêmicas como em CHELALA (2008) e PORTO, (2007), ambos da Universidade Federal do Amapá, em análises técnicas de instituições como o IBGE, e, ainda, de diversos veículos de comunicação local e nacional, que, em síntese, apontam que esta dependência é nociva e insustentável.

A recente crise econômica nacional que reflete negativamente na economia amapaense é, segundo várias análises de instituições voltadas para questões econômicas, a pior que o país já enfrentou já que a quantidade de meses consecutivos em que a economia nacional esteve em déficit, foi a mais larga da história, como demonstra análise da jornalista Karina Trevisan do Portal G1 de notícias, em março de 2017⁹.

Uma das consequências disso foi a promulgação no dia 15 de dezembro de 2016 da “Emenda Constitucional 95” que limita os gastos públicos por 20 anos¹⁰. Encaminhada pelo governo de Michel Temer ao Legislativo com o objetivo de equilíbrio das contas públicas por meio de um rígido mecanismo de controle de gastos. Desde início de 2018, os gastos federais só poderão aumentar de acordo com a inflação acumulada conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Esta situação aponta claramente que os recursos da União para o Amapá podem neste período serem diminuídos e situações como a que está ocorrendo atualmente com relação ao parcelamento dos servidores públicos do estado podem se agravar em eventuais novas crises. Por isso se faz tão necessário elaborar planejamentos e políticas públicas que busquem diminuir esta dependência.

Na UNIFAP, dois pesquisadores se destacam na análise dessa situação. Ao analisar as transformações históricas do espaço amapaense, Porto (2007, p. 114) demonstra que “[...]”

⁹**Brasil enfrenta pior crise da história pouco tempo após boom econômico.** Disponível em <<https://g1.globo.com/economia/noticia/brasil-enfrenta-pior-crise-ja-registrada-poucos-anos-apos-um-boom-economico.ghtml>> Acesso em 27 de agosto de 2018.

¹⁰**Promulgada emenda constitucional do teto de gastos públicos.** Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/15/promulgada-emenda-constitucional-do-teto-de-gastos>>. Acesso em 27 de agosto de 2018.

Discorrer sobre o processo econômico no pós-guerra e suas consequências no Amapá é verificar a sua dependência em relação ao Governo [...]”.

Segundo Chelala (2008, p. 195), outro pesquisador da UNIFAP, na comparação da situação socioeconômica do Amapá com as demais Unidades Federativas, “o estado do Amapá revelou-se a unidade da federação na qual é maior a magnitude do Estado na socioeconomia de acordo com as dimensões pesquisadas.”

O próprio problema do desequilíbrio entre os setores produtivos que o Amapá vem apresentando há muito tempo, é em boa parte explicado por esta dependência econômica dos recursos da União, como exposto por Elder de Abreu na página da internet do GEA¹¹, onde viu que o grande desafio da economia local é equilibrar a produtividade dos seus três setores.

Para atestar o tamanho da dependência econômica do Amapá dos recursos da União, Chelala (2008) em sua dissertação de mestrado em desenvolvimento regional da Universidade Federal do Amapá, desenvolveu uma metodologia para concluir a supracitada conclusão. Este “**índice de Magnitude do Estado**” (IME) leva em consideração os seguintes fatores:

1. Participação percentual da administração pública no Produto Interno Bruto da unidade da Federação;
2. Quantidade proporcional de servidores públicos da unidade da Federação;
3. Valor dos salários e outras remunerações destinadas a servidores públicos em relação ao valor global de salários e outras remunerações da unidade da federação;
4. Despesa total do setor público em relação à população da unidade da federação (gasto público *per capita*);
5. Carga tributária da unidade da federação;
6. População residente na unidade da federação em relação à quantidade de estabelecimentos econômicos privados na mesma área geográfica;
7. Arrecadação do ICMS em relação à receita total do estado;
8. Consumo de energia elétrica das principais classes de consumidores privados em relação ao consumo global de energia da unidade da federação.

As Unidades da Federação que foram selecionadas para esta comparação foram o Distrito Federal, Roraima, Amapá, Acre, Rondônia, Tocantins, Maranhão e, São Paulo. Uma média geral

¹¹**PIB do estado revela economia regionalizada dos municípios.** Disponível em <<https://www.portal.ap.gov.br/noticia/0106/pib-do-estado-revela-economia-regionalizada-dos-municipios>> Acesso em: 27 de agosto de 2018.

retirada entre estas também foi aferida para que o estudo oferecesse um resultado ainda mais profundo. Para Chelala “o indicador final é resultado da análise dos dados disponíveis que mais expressam a manifestação do Estado das unidades da federação selecionadas”. (CHELALA, 2008, p. 154)

Para esta monografia será concentrado o esforço em analisar apenas o primeiro dos fatores usados para a conclusão do autor sobre a magnitude do estado na socioeconomia amapaense. A tabela a baixo representa a participação percentual da atividade pública (administração, saúde e educação) no PIB do Amapá, ano de 2005 (IBGE).

TABELA 1

Percentual da Participação do estado na socioeconomia por estados (2005)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL
Distrito Federal	54,3
Roraima	48,4
Amapá	45,8
Acre	33,4
Rondônia	27,5
Tocantins	21,4
Maranhão	19,1
São Paulo	8,5
Média Geral do Brasil	15,0

Fonte: CHELALA, 2008, p. 122

Os dados do ano de 2005 do IBGE demonstraram claramente que o estado tem uma forte dependência com relação à União (a terceira maior) assim como o Distrito Federal e Roraima, primeiro e segundo lugares no índice, respectivamente. Já o estado de São Paulo, apresentava naquele ano a menor participação da administração pública na economia entre todos os estados do país, o que, segundo o autor, deixou claro que “[...] é o setor privado que, como as indústrias, o comércio os serviços e a agropecuária que concentram a maior parcela de geração de renda na mais desenvolvida das unidades da federação brasileira.” (CHELALA, 2008, p. 123)

Passados 10 anos desde a publicação destes números pelo IBGE (o que apresenta um

espaço de tempo mínimo confortável para comparações), o instituto então apresentou estudo mais recente sobre estes índices, datado do ano de 2015. Segundo esses dados, localizados no “Sistema IBGE de Recuperação Automática” (SIDRA) a situação melhorou um pouco, mas não o suficiente para diminuir a dependência econômica. Em 2015, o SIDRA (que visa facilitar aos administradores públicos e à sociedade em geral, através da Internet, a obtenção gratuita dos dados agregados de estudos e pesquisas realizados pelo IBGE) revelou nos dados a baixo a “participação do valor adicionado bruto a preços correntes da administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social no valor adicionado bruto a preços correntes total (%) ano 2015”:

TABELA 2

Participação do valor adicionado bruto a preços correntes da administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social no valor adicionado bruto a preços correntes total (%) ano 2015.

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL
Distrito Federal	44,71
Rondônia	27,81
Acre	36,47
Roraima	47,77
Amapá	43,67
Tocantins	30,36
Maranhão	26,18
São Paulo	10,09
Brasil	17,18

Fonte: Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5938#resultado>>. Acesso em 1 de novembro de 2018.

Como pode ser observado, em 2005 o percentual da participação do estado na economia amapaense era de 45,8%, e, passados 10 anos esse índice passou para 43,67%, uma pequena queda, porém deve ser levado em conta que para o ano de 2015 também entraram no índice as atividades públicas da “defesa” e “seguridade social” (o que pode indicar que houve uma queda ainda mais significativa neste índice). Já o estado de São Paulo apresentou um aumento neste índice que em 2005 era de 8,5 %, estando em 2015 esse índice paulista em 10,09%. O Brasil

também teve um leve aumento de 15% para 17,18% de 2005 até 2015. Fica comprovado assim que esta dependência ainda é alta, ainda que esta tenha diminuído (pelo menos no primeiro dos aspectos investigados por Chelala em 2008) no período de 10 anos. Também seguindo nesta linha de conclusão, Jadson Porto afirmou que no Amapá,

[...] permanecem alguns problemas como o da grande dependência das Transferências da União [...] A continuidade dessa dependência é explicada pelos seguintes aspectos: atratividade reduzida para a vinda de novas empresas e sua manutenção no estado do Amapá [...] (PORTO, 2007, p. 177)

Estas análises acadêmicas indicam que esta excessiva dependência dos recursos da União, não apontam para uma situação em que o estado do Amapá possa se desenvolver com satisfatórios números de geração de empregos e renda para a crescente demanda do estado. Segundo Chelala (2008. P. 207) “[...] a maior magnitude relativa do Estado na socioeconomia pode não representar um estado forte, [...] ao contrário, há mais indícios de vulnerabilidade do estado do Amapá do que de força [...]”.

Dessa forma, a busca por uma economia mais estável e equilibrada deve, assim como em qualquer outra economia, ser tratada como meio para o desenvolvimento social, como observa Sachs (2008) pois, as crises econômicas parecem ser cíclicas e os que mais sofrem quando ela ocorre é a parcela mais humilde da população, tendo as Instituições públicas como a UNIFAP, que constantemente procurar soluções para que calamidades econômicas como essas crises não sejam tão comum por ser a economia dependente dos repasses federais.

3. A VANTAGEM DA POSIÇÃO GEOGRÁFICA DO AMAPÁ

3.1 AMAPÁ, A PRIMEIRA TERRA DO ATUAL BRASIL A SER ALCANÇADA PELOS EUROPEUS: DOS ESPANHÓIS, PORTUGUESES, INGLESES, HOLANDESES E FRANCESES AOS NAZISTAS. A CRESCENTE PRESENÇA DAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS NA REGIÃO.

O território que hoje constitui o estado do Amapá já foi muito cobiçado por outras nações por sua posição geográfica vantajosa para Silva (2014), “vantagem” vem “do francês *Avantage*, benefício, proveito, lucro, [...] ser mais bem favorecido [...]”, e diversas obras se debruçam sobre esta questão histórica e geopolítica. Fernando Santos (2001), ao analisar a chegada dos exploradores europeus no início do Século XVI no território que hoje corresponde ao Brasil, indica que os primeiros a chegarem não foram os portugueses (que pisaram em terra firme no hoje, nordeste brasileiro, em 21 de abril de 1500), mas sim os espanhóis liderados por Francisco Pizón, na costa do que hoje é o Amapá:

Em março de 1500, navegou pelo Rio Oiapoque e litoral amapaense, quando aportou para abastecer-se de água potável e acabou aprisionando 30 índios, para vendê-los como escravos. Assistiu ao fenômeno da pororoca, que causou pânico à tripulação, fazendo com que, às pressas, retornassem à Espanha. (SANTOS, 2001, p, 8)

Cristóvão Lins (1997) e Fernando Santos (2001) demonstram que toda a área do norte do Amapá até o Sul, o Jari (compreendendo as margens do Rio Jari entre os atuais estados do Amapá e o do Pará), foi visitada e até mesmo colonizada por certo tempo, por ingleses, holandeses e até mesmo irlandeses no período em que os portugueses voltavam sua preocupação para a invasão francesa do Maranhão até 1615. Nesta época, os portugueses estavam subordinados ao trono espanhol devido a União Ibérica, “que foi o período compreendido entre os anos de 1580 a 1640, em que as Coroas da Espanha e Portugal foram reunidas sob a tutela da dinastia espanhola dos Habsburgos.” (RIBEIRO, 2005, p, 34)

Segundo Santos (2001) em 1627, Bento Maciel Parente, enviou documento oficial à “Coroa Portuguesa” demonstrando a grande dificuldade de manter uma grande área como a

Amazônia, sugerindo que fosse dividida em “Capitanias”, no que culminou com a criação da Capitania do Cabo Norte, a fim de reforçar a presença militar e colonial na área, a fim de manter a sua posse. Durante essas tentativas de ocupação por colonizadores não-portugueses, forças militares luso-brasileiras (na maioria das vezes o corpo principal das tropas eram de seus aliados povos indígenas na região) foram empregadas juntamente com fortificações para a expulsão de invasores e proteção de toda esta área atual, o que culminou, por exemplo na construção em 1616 do Forte do Presépio em Belém e a Fortaleza de São José em Macapá, no ano de 1782. Por determinação do governo do Estado do Maranhão, em 1627, Bento Maciel, viajou à Espanha para explanações às Cortes Espanholas das ações militares no combate aos invasores e para defender a necessidade imediata de ocupação do delta do rio Amazonas, com sua efetiva colonização.

Seus argumentos foram convincentes, mas somente em 14 de julho de 1637, o rei Felipe IV decidiu-se pelo povoamento da área, criando a Capitania Cabo do Norte, compreendendo as terras que hoje são amapaenses, até o rio Nhamundá (hoje Paru no estado do Pará) “[...] doando-a a esse sertanista que não chegou a se estabelecer na área ou mesmo determinar sua colonização, por não dispor de recursos financeiros para bancar o empreendimento, e como militar, estava envolvido no combate a invasores estrangeiros.” (SANTOS, 2001, p. 11)

FIGURA 1
Capitania do Cabo Norte.



Fonte: SANTOS, 2001, p. 11

Ao discorrer sobre a importância estratégica da região que hoje é conhecida como Amapá - ao ponto de o Reino de Portugal iniciar a construção da Fortaleza de São José de Macapá em 1764 -, Chelala (2008, p. 116) expõe que “[...] sua principal importância era mesmo geopolítica, por ser região fronteira e uma das portas de entrada do Rio Amazonas.”

Para Jadson Porto (2007), ao analisar a conjuntura histórica da ocupação militar e de povoamento civil portuguesa na Amazônia, principalmente na foz do rio Amazonas, Portugal, a fim de barrar as constantes expedições de outras nações europeias na região que cobiçavam suas terras e riquezas naturais, fica claro que “[...] Macapá tem fundamental importância na ocupação da Amazônia, ao garantir, juntamente com Belém, a defesa portuguesa sobre as duas entradas do Rio Amazonas.” (PORTO, 2007, p. 106)

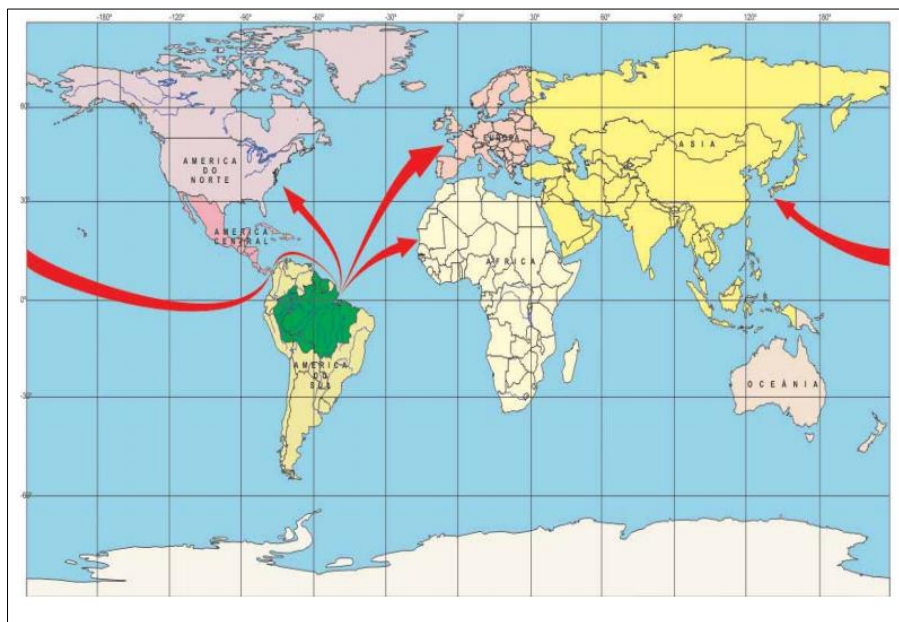
No livro “A questão Geopolítica da Amazônia” (2005) do autor Nelson de Figueiredo Ribeiro (livro lançado pelo Senado Federal) o autor indica que a região amazônica encontra-se por si própria, numa posição estratégica do globo terrestre e que as suas riquezas naturais e dimensão sempre despertaram interesse de diversas nações que, no decorrer dos séculos após a dominação da área pelos portugueses, inovaram em artimanhas de natureza militar (como os ingleses e holandeses que criaram fortificações e enviaram expedições militares para a região), ocupação através de vários povoados (que durante o século XVII foram arrasadas por tropas luso-brasileiras), jurídicas como quando os franceses questionaram o conteúdo e validade do Tratado de Utrecht, e, na segunda metade do século XX, com argumentos de natureza ambiental que buscava uma diminuição da soberania brasileira na área, com o argumento de que a região é na verdade um patrimônio da humanidade, e que por isso deveria estar sob controle internacional.

Para Ribeiro (2005) essa cobiça persistente de muitos impérios europeus com relação a Amazônia desde a época em que o Brasil era apenas uma colônia encontra sua explicação também na sua localização geográfica, ao longo do Equador, pelas suas fronteiras ocidentais barradas pela Cordilheira dos Andes e pela sua fronteira oriental, aberta para o Atlântico, o que a torna uma região exposta aos interesses europeus e norte-americanos.

A figura a seguir, retirada da introdução do livro de Ribeiro (2005), demonstra claramente que há uma vantagem na posição geográfica da Amazônia com relação ao meio internacional. Nesta figura o Amapá, por estar na parte mais setentrional da Amazônia brasileira, serve,

inclusive, como ponto de partida das setas (em vermelho) para demonstrar eventuais rotas de navegação e rotas aéreas.

FIGURA 2
Localização espacial da Amazônia no contexto mundial.



Fonte: RIBEIRO, 2005, p. XLIX

Segundo o autor, em 1648, os holandeses foram expulsos das fortificações que haviam construído em Macapá, o que marcou o fim de sua cobiça nestas regiões. Já com os franceses, a disputa pelo domínio da região, que é hoje o estado do Amapá, foi mais prolongada, pois, persistiu desde os anos 30 (trinta) do século XVII, até a aurora do século XX, 1900. Portanto, durante 270 anos. No período em que a Amazônia estava ocupada pelos portugueses e, formalmente, sob o domínio da Coroa espanhola, os franceses tentaram muitas vezes ocupar a região do Amapá. Durante os séculos XVII, XVIII e XIX, a manutenção da região do atual Amapá foi tratada pelos portugueses e pelo império brasileiro como vital e, dessa forma, investiram em construções de fortificações que auxiliaram na proteção da área:

[...] em 1660, o Forte do Araguari, à margem do rio de mesmo nome, para proteger os missionários franciscanos que ali estavam; em 1686, foi construída a Fortaleza de Santo Antônio de Macapá, sobre as ruínas do Forte de Camaú, construído pelos ingleses; em

1688, foi implantado o Forte do Batabouto, na confluência do rio de mesmo nome com o rio Araguari. em 1738, foi construído o Reduto de Macapá com objetivo de observar a movimentação dos franceses; entre 1761 e 1782, foi construída a fortaleza de São José de Macapá, na mesma área em que havia sido instalado o Reduto de Macapá, seu papel era afastar os franceses da região do Amapá; em 1761, foi instalada a Vigia do Curiaú, na confluência com o Amazonas, abaixo de Macapá; No século XIX, em 1802, foi implantada a Vigia da Ilha de Bragança, com a finalidade de auxiliar a Fortaleza de Macapá. (RIBEIRO, 2005, p. 106-107)

Portanto, foi grande o esforço do reino Português, do Império Brasileiro e, finalmente, da República brasileira, para manter a área sob domínio, haja visto a verificada importância estratégica desta região, tanto em termos naturais quanto geopolíticos. Sarney e Costa (1999), ao analisarem a importância política do desfecho da contenda entre o Brasil e a França, conhecido como “contestado franco-brasileiro” (a disputa da área pelos dois países) em 1990, através da atuação do diplomata Barão do Rio Branco, que, através do “Laudo Suíço¹²” (parecer favorável aos argumentos do Estado brasileiro) conseguiu assegurar a região cobiçada pela França, destacaram que:

O Amapá é um **estado vocacionado para a área internacional**. Veja-se sua **posição estratégica no extremo norte**, junto ao Caribe. É a entrada do Amazonas, com o melhor porto fluvial da Amazônia, Santana, com um calado de mais de quinze metros, o que lhe assegura receber navios de até setenta toneladas. Ele será o grande porto da área, onde os navios da rota oceânica poderão desembarcar suas cargas que subirão o rio Amazonas em barcas que não voltarão vazias, mas com as mercadorias e cereais produzidos em toda a Amazônia e mais os grãos do Mato Grosso, vindos na hidrovia do rio Madeira. (SARNEY; COSTA. 1999, p. 22, grifo meu)

Durante a Segunda Guerra Mundial, a posição geográfica amapaense, por sua proximidade com o território estadunidense, foi fundamental para a força aérea dos Estados

¹²Em 1897, quando se decidiu que a fronteira com a Guiana Francesa também seria resolvida por arbitragem, desta vez tendo o governo suíço como juiz, o nome de Paranhos Júnior, advogado vitorioso na Questão de Palmas, despontou como candidato natural para defensor do Brasil nessa nova causa. Em abril de 1899, Rio Branco entregou sua primeira memória, composta de cinco grossos volumes. Nos oito meses seguintes, escreveu uma “réplica” à memória preparada pelos advogados franceses e, em dezembro de 1899, entregou a segunda memória, em seis volumes, entre texto, documentos e mapas. Em 1º de dezembro de 1900, o Conselho Federal Suíço anunciou seu veredito em favor do Brasil. (PEREIRA, M., 2012, p. 32)

Unidos da América, o que ficou evidente já que a “[...] construção da base aérea no município de Amapá foi efetivada em 1941, antes da adesão do Brasil à Guerra, e a sua função era abastecer os aviões norte-americanos que se destinavam à África e Europa.” (PORTO, 2007, p. 111)

Ainda no contexto da Segunda Guerra Mundial, há indícios em relatos bibliográficos e jornalísticos da presença de militares/cientistas alemães da época do Nazismo em terras amapaenses, provavelmente realizando reconhecimento da área que, segundo pesquisadores, seria por onde as forças armadas do eixo invadiriam o território sul-americano. Expedições para esta região amapaense de oficiais e cientistas nazistas foram realizadas, tendo inclusive, um deles (Joseph Greiner) sendo acometido por doença e, não resistindo, enterrado na região do Vale do Jari, como destacou matéria do jornalista Simon Romero, no portal de notícias UOL em dezembro de 2016.¹³

Em seu livro “A JARI E A AMAZÔNIA” do ano de 1997, no capítulo II intitulado de “A expedição alemã ao Jari: Científica o com outros fins?”, Cristóvão Lins (1997), descreve uma expedição alemã ao Jari, que na época da recém-criada Alemanha nazista, esteve nessa região, e que, segundo os seus idealizadores e o governo alemão, tinha objetivos científicos apenas. Lins descreve esse episódio dos anos 1930 através de um presente dado por um amigo alemão que encontrou num sebo em Berlim o livro oficial da expedição impresso em 1938 na época do regime nazista, e escrito pelos próprios integrantes dela, intitulado de “Mistério do inferno da mata virgem”. Nesta época o presidente do Brasil era Getúlio Vargas, e, na abertura do livro, na seção de agradecimentos, as entidades que apoiaram a expedição, além do governo brasileiro, também foi lembrado o apoio do “*Reich*” alemão, a organização do Partido Nazista no exterior, o Instituto Imperador Guilherme Para Biologia, e o Museu Nacional do Rio de Janeiro. O idealizador da expedição chamava-se “Schulz-Kampfhenkel”, que no livro omite seu primeiro nome, “*Otto*”. “A ideia era realizar uma ‘excursão da tropa de choque para terras incógnitas” (LINS, 1997, p. 41)

Oficialmente, a finalidade da expedição seria o levantamento da geografia animal, estudos e etnográficos e da geografia da região. Também estava previsto o plano de atravessar a floresta

¹³**Sepultura nazista no Brasil resiste como registro de plano secreto de colonização.** Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/the-new-york-times/2016/12/10/tumulo-nazista-no-brasil-resiste-como-registro-de-plano-secreto-de-colonizacao.htm>>. Acesso em 5 de setembro de 2018.

até a Guiana Francesa, território ultramarino da arqui-inimiga à época do Reich (França), utilizando para isso, o Rio Jari como meio. “Daí vem a suspeita da expedição ter outra finalidade além das já mencionadas. No próprio livro é mencionado um nebuloso objetivo: ‘Realizar experiências técnicas em prol de missões maiores no futuro’”. (LINS, 1997, p. 42)

Afirmou Otto, quando a imprensa brasileira passou a desconfiar do intuito da expedição que, a única intenção da expedição era contribuir para o desenvolvimento do intercâmbio cultural entre o Brasil e a Alemanha. Quando Otto conseguiu eliminar o receio da imprensa com relação à expedição (com a sua ida ao Rio de Janeiro para uma entrevista com importante jornalista, presidente da Associação Brasileira de Imprensa) obteve apoio político até mesmo do governador do Pará na época, José Malcher, além de alguns militares na região. Foi nesta viagem, inclusive, que ele conheceu e contratou o alemão Joseph Greiner para ser o capataz da expedição. “Greiner estava erradicado no Brasil e falava fluentemente o português. Este novo membro da expedição viria a falecer de malária [...] no dia 2 de janeiro de 1936”. (LINS, 1997, p. 43)

Segundo Lins (1997, p. 44), finalmente partiram para o Jari em 21 de setembro de 1935 (ao sair de Belém, onde ficaram certo tempo) e, ao chegar em Breves (cidade localizada na Ilha de Marajó) foram ao encontro de alemães donos de uma serralheria, onde, em sua frente “[...] tremulavam juntas as bandeiras brasileira e a alemã (esta com a suástica nazista), tendo como cenário a mata verde e escura da floresta de várzea amazônica.” De lá foram para a cidade de Almeirim de onde começaram a coletar dados topográficos da região com direito a filmagens e fotos aéreas. Ao receber apoio de caboclos da região, conheceram os índios *Aparis*, que os apoiaram pelo resto da expedição, a qual estava (segundo Otto e seus companheiros) a serviço do “papai grande da ciência”. A expedição então enfrentou muitas dificuldades, sendo a maior, a morte do capataz, sendo finalizada em fevereiro de 1937. Segundo Lins, o relatório final da expedição encontrado no livro, resume os seguintes resultados:

1 Foi a primeira travessia no sentido sul-norte para a Guiana Francesa; 2. Coleção de aproximadamente quinhentos mamíferos diferentes; 3. Centenas de répteis e anfíbios; 4. 1.500 objetos arqueológicos; 5. Comprovação da existência de índios na região do Jari, que foram catalogados etimologicamente através de inventário cultural com cerca de 1.200 itens e gravações, 2.700 metros de filme (16mm) e mais de 2.500 fotografias; 6. Foi testado o funcionamento do avião em regiões equatoriais, sendo constatada

a ineficiência dos flutuadores de compensado. (LINS, 1997, p. 51)

Para Lins (1997), ainda há dúvidas se a expedição era de cunho meramente científico ou se a mesma tinha como objetivo iniciar planejamento para uma possível Guiana Alemã. Seja qual for o verdadeiro objetivo, este episódio em conjunto com as demais tentativas de dominação da área por outros países europeus, demonstra de fato, o quanto a região amapaense é geopoliticamente valiosa, tendo, ao longo de 500 anos, sido objeto de desejo de diferentes potências mundiais.

Todo esse histórico de cobiça internacional pela região em conjunto com a consciência de que a área é de extrema importância geopolítica para o Brasil, obriga a União a aumentar cada vez mais a presença militar no Amapá, como confirma a crescente presença das forças armadas do país no estado. No dia 26 de janeiro de 2017, uma cerimônia militar ocorrida no estado, marcou a inauguração da 22ª Brigada de Infantaria de Selva, chamada de “Brigada da Foz do Amazonas”, comandada pelo General de Brigada Luiz Gonzaga Viana Filho. Segundo informativo digital do Exército do Brasil em sua página oficial na internet¹⁴, a criação da Brigada está alinhada com a Estratégia Nacional de Defesa, de priorização da região amazônica pelas Forças Armadas, garantindo a área de fronteira do Brasil com Guiana, Guiana Francesa e Suriname. Atualmente, a Brigada conta com um efetivo de 1.000 militares, devendo chegar a 3.000 até 2019.

Esta nova Unidade está diretamente subordinada ao Comando Militar do Norte e é integrado pela Companhia de Comando da 22ª Brigada de Infantaria de Selva, pelo Comando Fronteira Amapá/34º Batalhão de Infantaria de Selva (34º BIS), pelo 2º Batalhão de Infantaria de Selva, em Belém, no Pará; e pelo 24º Batalhão de Infantaria de Selva, em São Luís, no Maranhão.

Palavras do General de Exército Carlos Alberto Neiva Barcellos (Comandante Militar do Norte), que na ocasião estava na cerimônia de inauguração, confirmam a visão da importância da

¹⁴Com A Inauguração Da Brigada Da Foz Do Amazonas, A Presença Do Exército Brasileiro Na Região É Reforçada. Disponível em: <http://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito/-/asset_publisher/MjaG93KcunQI/content/em-roraima-operacao-escudo-e-intensificada-e-iniciam-se-acoes-na-regiao-fronteirica-de-pacaraima> Acesso em 4 de novembro de 2018.

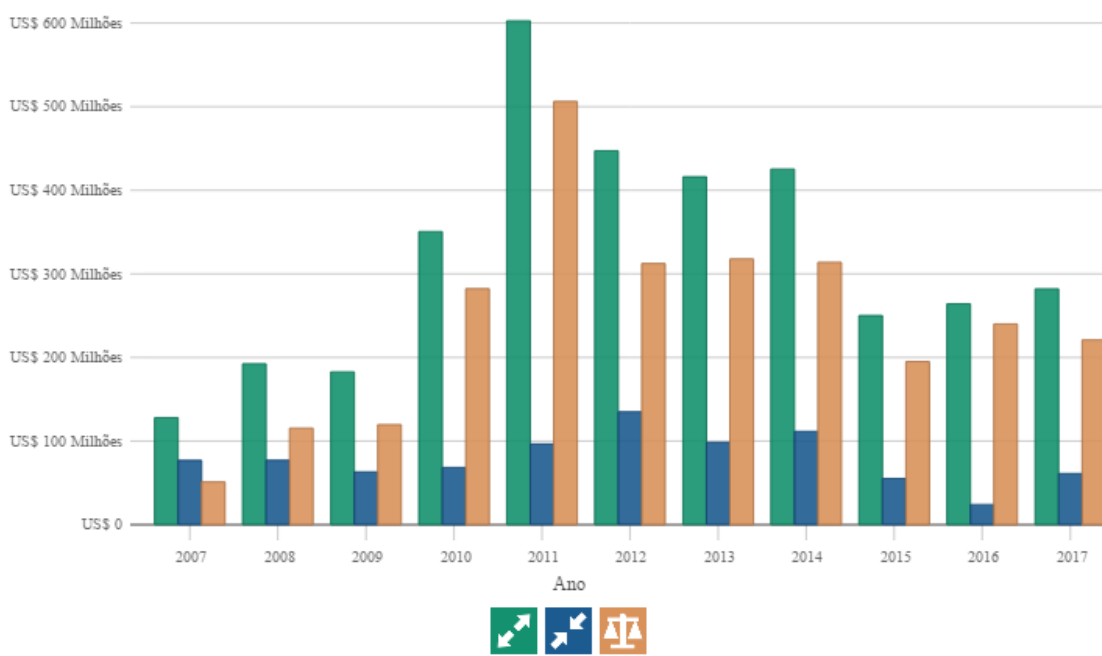
área para a defesa do país. Quando na ocasião da inauguração, disse o General: “[...] Hoje é um dia histórico para o Exército Brasileiro e para o estado do Amapá. Estamos oficializando a instalação de um Comando de Brigada numa área estratégica”. (NEGREIROS, 2018)

3.2 OS SUCESSIVOS SUPERÁVITS DO COMÉRCIO EXTERIOR AMAPAENSE

Em quesito Comércio Exterior, percebe-se que o Amapá tem, com relação a outras Unidades Federativas, participação tímida no ranking nacional de estados exportadores. Ainda assim, o estado tem obtido saldo positivo há mais de 10 anos (período em que a pesquisa é feita) em sua Balança Comercial (diferença que há entre o total de exportações menos o total das importações que são realizadas em cada país), como atesta o gráfico a seguir do site do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC):

GRÁFICO 2

Balança Comercial brasileira por unidade da federação: Amapá.



Fonte: Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/comex-vis/frame-uf-produto?uf=ap>> Acesso em 15 de outubro de 2018.

No ano de 2017, o valor em milhões de dólares em exportação (verde), importação (azul) e, de saldo (alaranjado) do estado do Amapá, foram, respectivamente: US\$ 282,03; US\$ 61,08; e US\$ 220,95. Este resultado colocou o estado em 22º no ranking dos estados que mais exportaram em 2017, e, o 25º que mais importou. A contribuição do estado para o valor total de exportações brasileiras foram de apenas de 0,1%.

Sobre as exportações do estado em 2017: 83% foram de “Produtos Semifaturados” (US\$ 234,88 Milhões), sendo que o ouro correspondeu a 74% desse índice, enquanto que outros 24% foram de madeira em “estilhas ou em partículas”. Já os “Produtos Básicos” corresponderam a 9,53% (US\$ 29,77 Milhões) das exportações, sendo que a soja correspondeu a 74% desse índice, o minério de ferro com 12%, o Cromo com 7,1% e o manganês outros 3,2%. Os “Produtos manufaturados” foram responsáveis por 5,3% (US\$ 17,35 Milhões) das exportações.

Já sobre as importações do ano de 2017: aproximadamente 75% foram de “Produtos manufaturados” (US\$ 55,23 Milhões), como iates, barcos, canoas e embarcações de recreio ou esporte, responsáveis por 11% desses produtos; máquinas e aparelhos de terraplanagem e perfuração respondendo por 3,4%; outros 10% de Hidróxido de Sódio; motores de embarcações com 1,1% do total de manufatura importada, etc. Aproximadamente 10% (US\$ 5,84 milhões) das importações de 2017 foram de “Produtos Básicos”, sendo o “Trigo em Grãos” responsável por 59% do valor e o arroz outros 39%.¹⁵

Estes resultados de um lado, explicitam a baixa produtividade econômica do Amapá, tanto em termos de quantidade, quanto de qualidade medida em valor agregado. Entretanto, de outro, expõe a competitividade dos produtos locais no ambiente internacional, pois, há muitos anos a economia local vem exportando bem mais do que importando, um resultado muito bom e com possibilidade de melhorar ainda mais. O Comércio Exterior é muito importante para o crescimento de uma economia e, portanto, parece ser necessário o Amapá pensar em promover políticas voltadas para explorar esse potencial do estado.

¹⁵**Balança comercial do estado do Amapá.** Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-externor/estatisticas-de-comercio-externor/comex-vis/frame-uf-produto?uf=ap>> Acesso em 14 de outubro de 2014

3.3 A VOCAÇÃO COMERCIAL ATRAVÉS DE SUA POSIÇÃO GEOGRÁFICA: A ZONA DE LIVRE COMÉRCIO, E, O MANGANÊS AMAPAENSE NO CONTEXTO DA GUERRA FRIA.

Porto (2007), analisando as propostas de criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana¹⁶ (ALCMS), e, por conseguinte, a posição geográfica do estado do Amapá para o incentivo deste projeto, que estabeleceu um importante meio para o desenvolvimento atual do comércio na região, destacou que:

[...] considerando a distância aos centros da economia mundial, pode-se dizer que **tem posição geográfica privilegiada**, pois está próximo dos EUA, da União Europeia, do Japão, China e sudeste asiático, sendo que estes três últimos são mencionados em função do Canal do Panamá. Esta posição [...] encontra-se na rota dos transatlânticos turísticos e comerciais, o que permite criar condições para aperfeiçoar as infra-estruturas do estado, tanto para atender a atividade turística como para o comércio nacional e internacional. (PORTO, 2007, p. 165)

No ano de 1999 quando da proposta, do até então Senador da República José Sarney, que previa a criação de uma Zona Franca de Macapá, a mesma sofreu grande resistência política no congresso, pois, “[...] o que se verifica nesta situação é a inserção do estado do Amapá na guerra fiscal com o Amazonas, e a resistência dos representantes deste último, por perceberem a **vantagem da posição geográfica amapaense** [...]” (PORTO, 2007, p. 164, grifo meu)

Em 2007, o Projeto de Lei de que dispôs sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) nos Municípios de Macapá e Santana, no estado do Amapá, de autoria novamente do senador José Sarney, tinha por justificativa auxiliar no desenvolvimento industrial da área que, somente a ALCMS, não promoveria em curto prazo. O senador exaltou na seção de Justificativa que a posição geográfica do Amapá lhe confere uma condição privilegiada frente ao

¹⁶Criada pela Lei nº 8.387/1991 e regulamentada pelo Decreto nº 517/1992, a **ALC de Macapá e Santana** foi implantada oficialmente em março de 1993, ocupando uma área de 220 quilômetros quadrados. A economia é baseada na agricultura, mineração, extração de madeiras, pecuária e piscicultura. A ALC está localizada em região de fronteira com a Guiana Francesa, com atividades voltadas à importação nacional e estrangeira. Disponível: <<http://site.suframa.gov.br/assuntos/areas-de-livre-comercio>>. Acesso em 16 de outubro de 2018.

comércio internacional¹⁷.

Ao analisar a importância para o mercado internacional do manganês retirado do solo amapaense durante o período da Guerra Fria, o que incluiu diretamente o Amapá no mapa político-estratégico estadunidense para o esforço contra a expansão da União Soviética no auge da Guerra Fria, Porto verificou que,

[...] O interesse pela exploração no norte do Brasil, baseava-se na distribuição desigual das reservas manganíferas no espaço mundial, fazendo com que a produtividade amapaense, considerando sua posição geográfica próxima aos maiores centros consumidores, notadamente o norte-americano, detivesse grande valor político e econômico para as realidades regional e nacional [...] (PORTO, 2007, P. 120)

Os autores e jornalistas mencionados nesta monografia que analisaram a situação amapaense concordam que o Amapá possui uma vocação natural para o Comércio Exterior, pois, além das riquezas naturais - como o ouro, o manganês, o petróleo (encontrado há poucos anos e ainda não explorado), os produtos coletáveis e sustentáveis da floresta, o açaí, e outros produtos com alta aceitação no mercado - o estado possui uma posição geográfica de destaque no meio internacional.

3.4 A VANTAGEM LOGÍSTICA QUE OS EXPORTADORES POSSUEM NO AMAPÁ, COMPARADO AO CENTRO-SUL BRASILEIRO: A SOJA COMO O MAIOR EXEMPLO.

Tendo em vista as análises de historiadores, jornalistas e políticos sobre a posição geográfica do Amapá, agora, esta monografia apresentará três comparações de distâncias entre portos localizados no estado do Amapá e no estado de São Paulo, com relação a portos de grande entrada e saída de bens na Europa, nos EUA e, na China, utilizando a ferramenta “Google Maps”, disponível na internet e que oferece a possibilidade de medir distâncias de qualquer canto a outro do globo. Estas comparações procurarão entender o motivo desta região ser considerada

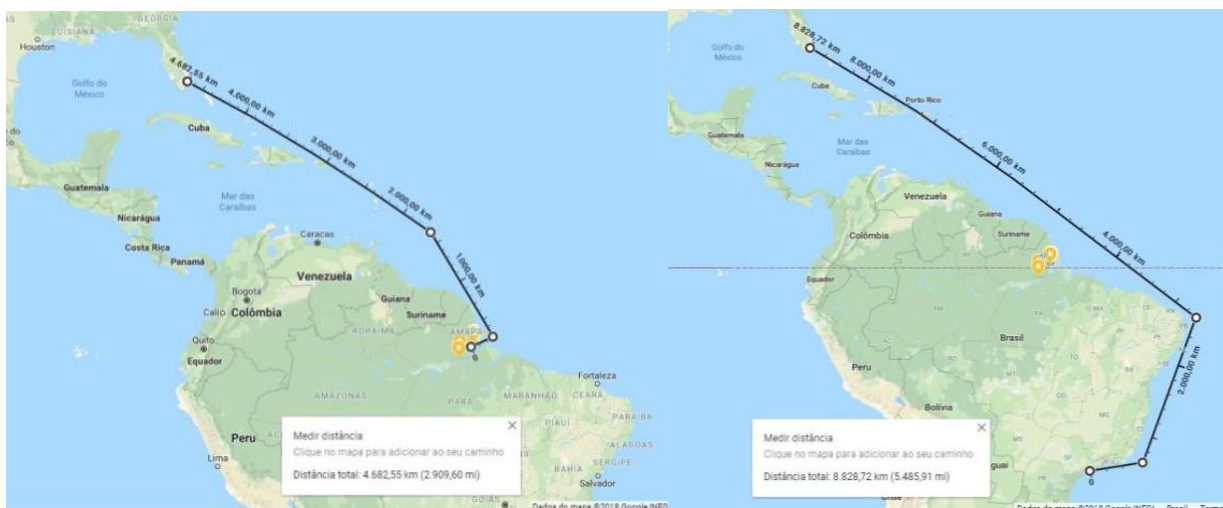
¹⁷Disponível em: < <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getTexto.asp?t=10361>>. Acesso em 16 de outubro de 2018.

estratégica para o país e, para a população que nela habita.

A escolha do Porto de Santos no estado de São Paulo, para comparação com o Porto de Santana (AP), se deve pelo fato de este ser o maior porto da América Latina e estar na região Sudeste do Brasil, a maior produtora de bens e serviços. Já a escolha dos portos localizados nos EUA, na Holanda e, na China, se deve pelo fato de que essas três economias serem as que mais importam no mundo, pois, enquanto que os EUA e a China possuem as duas maiores economias de Estados Soberanos do Sistema Internacional, a Holanda faz parte da Economia da Zona do Euro, na União Europeia.

FIGURA 3

Comparação: Porto de Santana/AP x Porto de Santos/SP, com relação à Flórida/EUA.



Fonte: Elaboração própria através do Google Maps.

Enquanto que a distância entre o Porto de Santana no estado do Amapá e, o os portos localizados no estado da Flórida/EUA é de aproximadamente 4.682, 55 km, a distância que um navio precisa percorrer para fazer o trajeto “Porto de Santos (SP)-Flórida (EUA)” é de aproximadamente 8.828, 72 km. Portanto, é evidente que para um consumidor estadunidense com interesse em importar determinado produto brasileiro que, tanto o Amapá quanto São Paulo ofertam (e na condição dos dois produtos terem qualidades aproximadas), ele vai optar por aquele em que o frete seja mais barato, estando o produto amapaense em uma condição vantajosa nesse quesito. Os EUA, aliás, são os principais compradores de produtos que saem do estado, conforme

Diversos veículos de imprensa noticiaram em 2017 a conclusão de silos de armazenamento de grãos no porto de Santana, no Amapá, e, todos destacaram o potencial econômico que aquela posição permite aos produtores locais. Segundo uma extensa reportagem da “Revista Globo Rural”¹⁸ do ano de 2017, ao entrevistar Victor Hugo Holanda, então Diretor Operacional da Companhia Docas de Santana (CDSA), empresa pública integrante da administração indireta da Prefeitura Municipal de Santana, este afirmou que a perspectiva de crescimento está amparada em grande parte na posição geográfica privilegiada, pois, segundo ele, “Santana é o porto brasileiro mais próximo da Europa, da África e da saída para o Caribe e o Canal do Panamá, que é o grande facilitador da logística internacional”.

A reportagem destaca que está acontecendo uma grande procura por terras no estado devido a ciência da competitividade econômica da soja produzida na região ser muito grande. Profissionais de alto nível e muitos investidores estão migrando para o Amapá. Um porto privado com capacidades ainda maiores que do porto de Santana está sendo elaborado e em breve implantado para que a região receba quantidades ainda maiores de grãos vindo do Centro-Oeste do país, e, para também suportar a crescente demanda de escoamento portuário que o crescimento da produtividade amapaense vai acarretar com o tempo.

Estudos promovidos pela “Agência de Desenvolvimento Econômico do estado do Amapá” (Agência Amapá) - através da 4ª edição do “Guia do Investidor”¹⁹ lançado em 2015 - notaram muitas vantagens competitivas para a produção, por exemplo, de alimentos no estado e que poderiam ser escoadas para o mercado regional e internacional pois sua competitividade logística lhe conferiria vantagem no mercado internacional. Além disso, esta análise viu que a soma de fatores como a disponibilidade de muitas terras para plantio, a adequação e ampliação do terminal portuário na CDSA, um bom regime de chuvas abundantes e regulares, o baixo custo de implantação de projetos e, a experiência de sucesso da soja até o momento, tornam a vantagem competitiva que a geografia fornece aos empreendedores, muito concreta.

Segundo estas análises, a vantagem logística foi atestada quando, no mercado

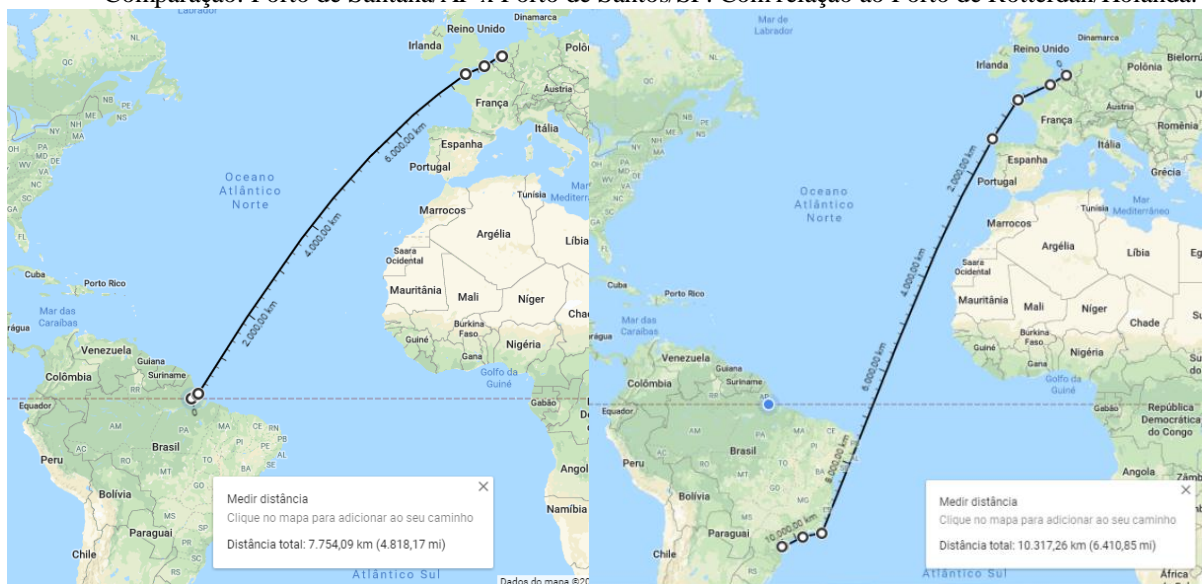
¹⁸A reportagem do Globo Rural visitou, pela primeira vez, a região de Macapá para conhecer os investimentos em logística e ver de perto seus efeitos sobre a nascente produção agrícola local. Disponível em: <<https://revistagloborural.globo.com/Colunas/caminhos-da-safra/noticia/2017/07/mais-perto-da-europa1.html>>. Acesso em 15 de outubro de 2018.

¹⁹OLIVEIRA, N (Coord.). **GUIA DO INVESTIDOR AMAPÁ**: a nova fronteira do desenvolvimento. 4 ed. Macapá: GEA, 2015.

internacional, o comprador localizado no Porto de Rotterdam, na Holanda (maior porto da Europa e terceiro maior do mundo atrás do porto de Xangai e o de Singapura), teria que desembolsar a quantia de US\$ 75 por tonelada de soja transportada que saísse do Porto de Santana, enquanto que o mesmo comprador se quisesse comprar soja escoada pelo porto de Paranaguá (Paraná) teria que pagar US\$ 125 por tonelada para a empresa transportadora. Este mesmo comprador teria que remunerar a empresa transportadora aproximadamente US\$ 185 por tonelada se quiser buscar a carga diretamente do estado de Mato Grosso.

FIGURA 5

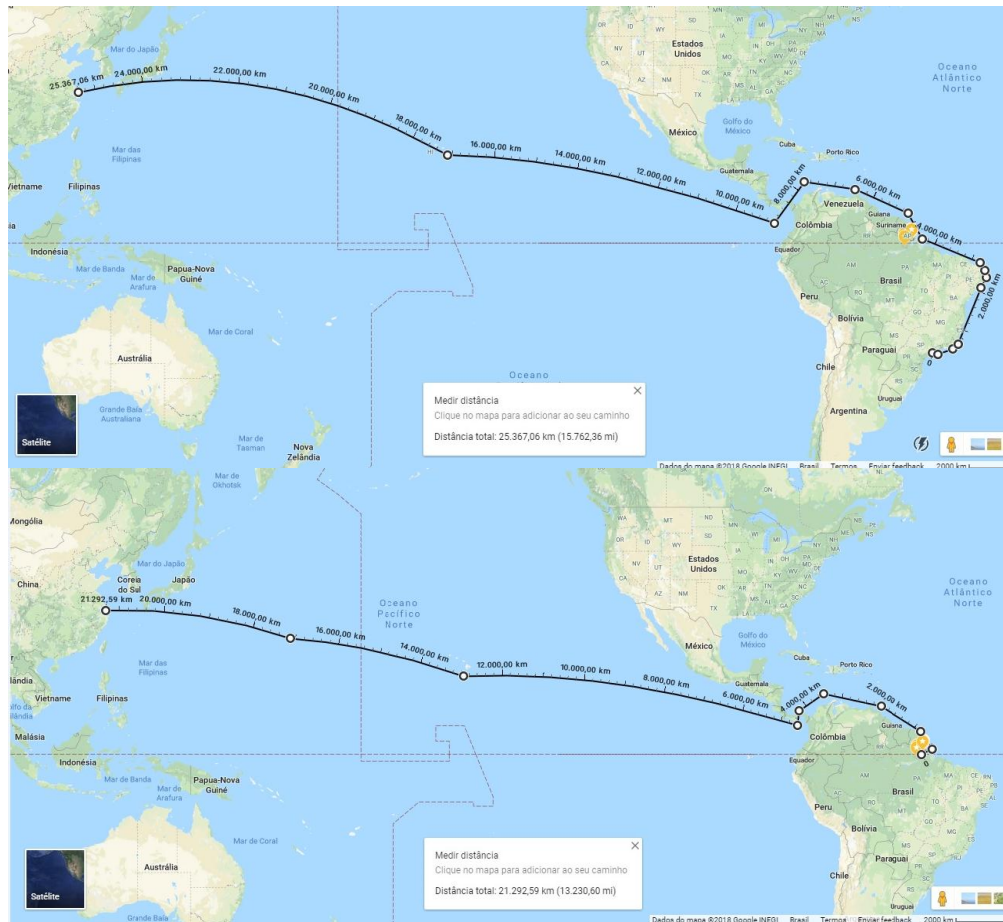
Comparação: Porto de Santana/AP x Porto de Santos/SP. Com relação ao Porto de Rotterdam/Holanda.



Fonte: Elaboração própria através do Google Maps.

A métrica fornecida pelo “Google Maps” demonstra como a geografia amapaense desbanca a geografia do Centro-Sul e Centro-Oeste do país no quesito competitividade logística, pois, a distância entre o porto de Santana e o Porto de Rotterdam é de aproximadamente 7.754 km, enquanto que o mesmo porto holandês está a aproximadamente 10.317 km de distância do porto de Santos, o que dá uma diferença de pouco mais de 2.500 km de diferença entre os dois trajetos. Outro mercado internacional importante é o chinês, localizado para além do Oceano Pacífico e para onde boa parte das exportações nacionais é enviada. Com relação ao Brasil, o a zona costeira mais próxima de seus portos é com certeza a costa do Amapá, como demonstra a Figura a seguir:

FIGURA 6
 Comparação: Porto de Santana/AP x Porto de Santos/SP. Com relação a costa da China.



Fonte: Elaboração própria através do Google Maps.

Enquanto que a distância aproximada que um navio precisa percorrer entre o Porto de Santana/AP e a costa chinesa é de 21. 300 Km, o mesmo navio para fazer o trajeto Porto de Santos/SP-Costa chinesa é de aproximadamente 25.370 Km, ou seja, 4.000 Km de diferença. Sem dúvida, para um exportador, será sempre melhor produzir nos locais mais próximos dos mercados internacionais para os quais pretende vender seus produtos ou oferecer seus serviços, e, nesse caso, o Amapá oferece ao menos essa vantagem no quesito logística.

4. O EMPREENDEDORISMO COMUM E O INOVADOR.

Como dito a cima, tanto no tema quanto no referencial teórico, esta monografia se debruça sobre a importância que o empreendedorismo comum e o empreendedorismo inovador têm para as economias mais desenvolvidas e para aquelas que querem se equiparar a estas. Diversos autores, estudiosos, economistas, políticos, diplomatas, documentos públicos, etc., apontam o “empreendedorismo o comum” e a “inovação” como fatores chave para o desenvolvimento econômico dos países. Marzano (2012, p. 35) viu que, Schumpeter, ao analisar as economias mais dinâmicas e ricas do início do Século XX, vislumbrou que “[...] os empreendedores revolucionam o mercado, forçando a adoção de novos padrões de produção e consumo [...]”. Por isso, uma atenção especial deve-se dar a análise desse fenômeno econômico do empreendedorismo, dado a sua importância e, para isso, será feito a seguir uma breve análise sobre importância histórica e o significado do termo.

4.1 A ORIGEM, EVOLUÇÃO HISTÓRICA E IMPORTÂNCIA.

Hisrich; Peters; Shepherd (2009), ao analisarem a história ocidental a partir do fim da “*Idade Média*”, perceberam que o empreendedorismo assumiu diferentes características nos vários contextos de desenvolvimento econômico do Ocidente, além de concluírem que nem sempre houve uma relação íntima entre os que conduziam os processos empreendedores e o risco de insucesso dos mesmos. Segundo análise dos autores, na Idade Média, o termo começou a ser usado para designar tanto participantes de grandes projetos de produção quanto os seus administradores. Nestes projetos os empreendedores não corriam riscos, pois os recursos eram fornecidos pelos clérigos, poção da sociedade medieval mais influente. Já a partir do século XVII houve uma ligação do fator “risco” com o empreendedorismo haja vista que os empreendedores firmavam contratos com os governos que, em caso de lucros ou perdas, o excedente ficava com o empreendedor. No século seguinte (XVIII), período em que a “pessoa com capital” foi diferenciada daquela que “precisava de capital”, a industrialização oportunizou o desenvolvimento de novas tecnologias como forma de reação às rápidas transformações mundiais

impulsionadas pelo capitalismo. Nos séculos XIX e XX, ocorreu que houve uma comparação entre o empreendedor e o administrador, o que Schumpeter em 1911, quando escreveu a primeira edição de seu livro, questionou ao diferenciar a função de um e do outro.

Castro (2012) ao discorrer sobre a história da ascensão da Inglaterra, lar da Revolução Industrial e potência mundial já naquela época, afirma que Adam Smith, filósofo e economista escocês (1723 – 1790), autor de “A Riqueza das Nações” (1776) aproveitou-se que o “[...] momento de industrialização da Inglaterra demandava ideário teórico e de justificativa para os novos momentos de acúmulo do capital industrial com base no empreendedorismo [...]” (CASTRO, 2012, p.364)

Portanto, a história ocidental demonstra que o empreendedorismo comum e do empreendedorismo inovador auxiliou a catapultar economias, auxiliando, por exemplo, ascensão social através de, por exemplo, a criação de empregos. Desde então o empreendedorismo tem assumido importância crucial para o desenvolvimento das sociedades internacionais. O desemprego é uma crise que o estado do Amapá vem enfrentando há anos. Para muitos dos economistas, pesquisadores, escritores, envolvidos e interessados no assunto, a relação entre o empreendedorismo e o emprego, são íntimas. Dolabella concluiu que “O empreendedorismo é a melhor arma contra o desemprego.” (DOLABELLA, 2006, p. 30).

Num estado em que os índices de desocupação e desemprego sempre estão entre os mais altos da União, toda e qualquer alternativa para diminuir estes incômodos índices são bem vindos. Sendo o empreendedorismo um fator crucial em muitas economias desenvolvidas em torno do globo, não pode ser desprezado pelo estado amapaense que, ainda está preso às condições e índices de economias subdesenvolvidas, mesmo em relação a outras Unidades Federativas do país, o que demonstra a necessidade de um desenvolvimento intenso na região.

Em pesquisa publicada no ano de 2013, intitulada “Estágios de desenvolvimento econômico e políticas públicas de empreendedorismo e de micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) em perspectiva comparada: os casos do Brasil, do Canadá, do Chile, da Irlanda e da Itália”, o pesquisador e escritor Gilberto Sarfati, ao analisar a importância que o empreendedorismo passa a ter para o desenvolvimento econômico, fato observado em análises a outros países, viu que:

As micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) representam mais de 98% do total das empresas nas economias desenvolvidas, mais de 60% do emprego na economia e cerca de 50% do Produto Interno Bruto (PIB). Por outro lado, nas economias menos desenvolvidas as MPMEs empregam pouco mais de 30% da força de trabalho e representam pouco mais de 10% do PIB [...] (SARFATI, 2013, p. 26)

Como visto a cima, as diferenças extremas entre as economias desenvolvidas (como EUA, Japão e Canadá) e as em desenvolvimento (tal como a brasileira) apontadas neste importante artigo²⁰ demonstram a importância que a atividade empreendedora pode ter no desenvolvimento econômico (geração de empregos, renda, tributos para o estado) de uma região.

Dados como estes, ainda que sejam comparações entre economias nacionais, apontam um caminho a se seguir para que o estado do Amapá consiga superar suas deficiências econômicas. No artigo supracitado, Sarfati (2013) ao analisar várias pesquisas e obras que se debruçam sobre o tema, viu que há “[...] uma correlação positiva entre a incidência da atividade empreendedora e o crescimento da economia, aumento do emprego, diminuição da desigualdade social [...] e desenvolvimento de iniciativas de sustentabilidade.” (SARFATI, 2013, p. 27).

Estudo intitulado de *The Entrepreneurial Challenge – A comparative study of entrepreneurial dynamics in China, Europe and the US*, criado pelo *Swedish Entrepreneurship Forum* (principal organização da rede nacional sueca para iniciar, conduzir e comunicar pesquisas relevantes em termos de políticas no campo do empreendedorismo, inovação, dinâmica de negócios e crescimento), do ano de 2016, em parceria com o GEM, demonstra o que pensa a sociedade empreendedora mundial a cerca da importância deste fenômeno econômico para o mundo contemporâneo:

Why is entrepreneurship important? Because entrepreneurs are, as Schumpeter put it, “the agents of change”. The first industrial revolution was, in conjunction with institutional changes, driven by entrepreneurs, as were the second and third industrial revolutions.

²⁰Esta pesquisa explora em perspectiva comparada as políticas públicas de empreendedorismo e Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs) no Brasil, no Canadá, no Chile e na Itália. A hipótese fundamental é que economias no estágio de inovação tendem a desenvolver mais políticas de empreendedorismo do que as de países no estágio de eficiência. Da mesma forma, países no estágio de inovação tendem a usar menos instrumentos de políticas de MPMEs do que países em estágio de eficiência, quase sempre para incentivar grupos, setores ou regiões em específico. (SARFATI, 2013, p. 25)

Today, we face an unprecedented level of global challenges that cannot be solved without the contribution of global entrepreneurship. (BRAUNERHJELM *et al.*, 2016, p. 11)

Tanto para os suecos, estadunidenses e chineses, quanto também, para os pesquisadores e colaboradores brasileiros do GEM, o empreendedorismo é imprescindível para que haja um desenvolvimento econômico, é o que afirmam em relatório do ano de 2016. Segundo estes colaboradores brasileiros do Monitor, desde que estes começaram a fazer a pesquisa GEM há 17 anos, o empreendedorismo tem se mostrado uma ferramenta de desenvolvimento econômico e que traduz o desejo de muitos brasileiros, pois, segundo a equipe brasileira do GEM (Lima *et al.*, 2017, p. 15), atualmente ter um negócio é o quarto sonho da nossa população, atrás somente de viajar pelo Brasil, comprar a casa própria ou um automóvel. Segundo a pesquisa, 36% dos brasileiros possuem um negócio ou realizaram alguma ação, no último ano, para ser dono da sua própria empresa.

TABELA 3

Percentual da População segundo o sonho – Brasil – 2015-2016.

Sonho	% da população	
	2015	2016
Viajar pelo Brasil	48,8	47,5
Comprar a casa própria	47,1	45,8
Comprar um automóvel	38,4	32,9
Ter seu próprio negócio	34,5	31,7
Viajar para o exterior	28,6	29,2
Ter um diploma de ensino superior	28,8	24,1
Ter plano de saúde	31,2	22,6
Fazer carreira numa empresa	22,7	19,5
Casar ou constituir uma nova família	14,9	12,9
Comprar um computador/tablet/smartphone	8,1	4,8
Outro	10,6	10,6
Nenhum	3,2	3,3

Fonte: LIMA *et al.*, 2016, p. 84

Como foi demonstrado através da análise da teoria do desenvolvimento econômico de Schumpeter (1997), a inovação trás uma disputa saudável para a economia, realocando fatores de produção, fomentando o desenvolvimento, emprego e renda, além de estimular a aparecimento de

novos produtos e serviços e empresas, oxigenando a economia. A inovação já demonstrou ao longo dos anos que promove um dinamismo econômico nos países que concentram esforços e adequam a sua estrutura produtiva para que o empreendedorismo busque a inovação, como será visto nas próximas seções desse capítulo.

Para se alcançar a inovação há que se incorporar na cultura empresarial da região a busca pelo constante inovar, fazendo com que empresas grandes e consolidadas, além das novas (micro, pequenas e médias) absorvam essa cultura. A equipe sueca do monitor (BRAUNERHJELM *et al*, 2016) viu que o primeiro tipo de empresa raramente se envolve em inovações disruptivas, pois sua estrutura de incentivos não favorece a excessiva tomada de riscos, ainda assim, aprimoram e atualizam continuamente seus produtos existentes e também constituem um “mercado de ideias” para empresas jovens e pequenas.

Já as empresas mais jovens são mais propensas a apresentar novos produtos e serviços que possam desafiar as empresas e estruturas existentes, em algum momento levando a uma posição de mercado dominante, como aconteceu com gigantes mundiais como a Google, a Microsoft e Spotify. Ao longo do tempo, tal como demonstrou análise de Shumpeter (1997), a concorrência irá evoluir, ou seja, mesmo que as empresas tendam a dominar uma indústria em determinados períodos, é provável que enfrentem uma concorrência intensificada ao longo de um período de tempo um pouco mais longo, tal como ocorreu com gigantes como a Ford, a IBM e a Nokia. (BRAUNERHJELM *et al*, 2016)

Durante a pesquisa desse assunto o pesquisador nota o quanto o interesse pelo empreendedorismo vem aumentando em todos os países, assim como em organizações internacionais e organizações não-governamentais, havendo uma crescente busca por implementação de políticas públicas e de cursos voltados para o assunto, como vem tendo no Brasil. Esta percepção advém, em boa parte, da “[...] convicção de que **o poder econômico dos países depende de seus futuros empresários e da competitividade de seus empreendimentos** [...]” (DORNELAS, 2015, p. 12, grifo meu)

4.2. O SIGNIFICADO ETIMOLÓGICO E CONCEITUAL DO TERMO “EMPREENDEDORISMO”. O EMPREENDEDORISMO COMUM E O INOVADOR, O PROCESSO EMPREENDEDOR (SEGUNDO O “GEM 2016”), O EMPREENDEDOR POR NECESSIDADE OU POR OPORTUNIDADE, A MOTIVAÇÃO PARA EMPREENDER, E, A DIVISÃO DE PAÍSES POR ESTÁGIO DE EMPREENDEDORISMO.

A palavra “empreendedorismo” está em moda, porém, poucos conhecem a sua origem etimológica. É necessário que o pesquisador deste fenômeno tenha conhecimento de sua origem linguística para poder conhecer com profundidade a sua importância e os seus fundamentos. Segundo Dolabella (2006, p. 31) o termo empreendedorismo “é uma livre tradução que se faz da palavra *entrepreneurship*, que contém as ideias de iniciativa e inovação”. O autor enfatiza que o empreendedor é um insatisfeito que transforma seu inconformismo em descobertas e propostas positivas para si mesmo e para os outros. É alguém que prefere seguir caminhos não percorridos

Dornelas (2015, p. 19), ao analisar o surgimento do empreendedorismo na história, indica que a palavra *entrepreneur*, de onde se origina a palavra *entrepreneurship*, “tem origem francesa e quer dizer aquele que assume riscos e começar algo novo.” Chiavenato (2012, p. 6) também evidenciou a origem francesa do termo e, demonstrou que o mesmo foi usado pela primeira vez em 1725, pelo economista franco-irlandês Richard Cantillon (para muitos o primeiro a publicar um tratado em que apresentava a economia em bases organizadas e científicas: *Essai sur la nature du commerce en générale*, de 1730), que associou a figura do empreendedor com a condição de assumir riscos nos negócios. Em 1784, o economista francês Jean-Baptiste Say usou a palavra para identificar o indivíduo que “[...] transfere recursos econômicos de um setor de produtividade baixa para um setor de produtividade mais elevado [...]”

Ao tratar do interesse mundial em torno do empreendedorismo, Hisrich; Peters; Shepherd (2009, p. 27) viram que não há uma definição concisa e aceita universalmente para o termo que, se desenvolveu ao mesmo tempo em que a teoria. Segundo os autores “[...] A palavra *entrepreneur* é francesa, e literalmente traduzida, significa ‘aquele que está entre’ ou ‘intermediário’”.

Conforme os vários autores e instituições que concentram esforços para o crescimento dos índices empreendedores nas economias nacionais e na economia internacional, há o entendimento

de que o termo não se refere a um só tipo de empreendimento. Portanto há que se realizar uma diferenciação entre as mais habituais utilizações do mesmo.

Na linha schumpeteriana, empreendimentos seriam todos aqueles e iniciados e mantidos por meio da introdução no mercado de novos serviços ou produtos inovadores, ou seja, frutos de novas combinações de fatores de produção. Porém, ainda há outra concepção de empreendedorismo, um pouco menos específica. De acordo com o *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM), se encaixa no rol empreendedor,

Qualquer tentativa de criação de um novo negócio ou novo empreendimento como, por exemplo, uma atividade autônoma, uma nova empresa ou a expansão de um empreendimento existente. Em qualquer das situações a iniciativa pode ser de um indivíduo, grupos de indivíduos ou empresas já estabelecidas. (LIMA *et al.* 2017, p. 109)

O SEBRAE²¹ define empreendedorismo da seguinte forma: “[...] podemos entender como empreendedor aquele que inicia algo novo, que vê o que ninguém vê, enfim, aquele que realiza antes, aquele que sai da área do sonho, do desejo, e parte para a ação”.²²

Essa diferenciação se faz necessária para que haja compreensão acerca da proposta do tema desta monografia, que trás o **empreendedorismo comum** (como na visão do GEM) e o **empreendedorismo inovador** (aqui também chamado de **empreendedorismo schumpeteriano** e conforme a visão do autor austríaco e do SEBRAE) como possíveis facilitadores do processo de busca de uma maior independência econômica do Amapá. Tanto o crescimento econômico, quando o desenvolvimento econômico, são vistos neste trabalho como possíveis meios para diminuir a dependência econômica do estado da União.

Na busca desses objetivos, e tendo sempre em mente a questão do posicionamento geográfico do Amapá, não há dúvidas de que o Comércio Exterior se configura como uma das formas mais eficazes de promover o crescimento da produtividade (escoando a produtividade local para o e mercado internacional) e, conseqüentemente, da economia, pois, num rápida

²¹ Entidade privada que promove a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos empreendimentos de micro e pequeno porte.

²² **O que é ser empreendedor?** Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/bis/o-que-e-ser-empendedor,ad17080a3e107410VgnVCM1000003b74010aRCRD>> Acesso em 3 de nov. de 2018.

análise da economia das nações, fica claro que essa atividade “[...] é uma das principais fontes de rentabilidade dos países em busca de sustentabilidade econômica” (CARMO; MARIANO, 2010, p. 150)

Como já exposto acima sobre a concepção do termo “empreendedorismo”, segundo o GEM este se refere a todos os tipos de negócios, enquanto que a concepção “shumpeteriana” (e a do SEBRAE) se limita apenas aqueles negócios que inovam nos serviços ou produtos que ofertam ao mercado. Drucker (2016) corrobora com Schumpeter e com o SEBRAE, pois,

[...] todas as pequenas empresas novas tem muitos pontos em comum. Entretanto, para ser empreendedora, uma empresa tem que possuir características especiais, além de ser nova e pequena. Na verdade, os empreendedores constituem a minoria dentre as pequenas empresas. Eles criam algo novo, algo diferente; eles mudam ou transformam valores. (DRUCKER, 2016, p. 28, grifo meu)

Para A *Kauffman Foundation* (fundação sem fins lucrativos com sede em Kansas City, Missouri/EUA. Sua visão é promover uma sociedade de indivíduos economicamente independentes²³), em seu Guia de “Diretrizes para Governos Locais e Estaduais Promoverem Empreendedorismo” do ano de 2015 (*Guidelines for Local and State Governments to Promote Entrepreneurship*) o empreendedorismo é:

[...] we define entrepreneurs as those who start their own businesses and create something new or different that changes or transmutes values. Entrepreneurship is an act of establishing and expanding the business. In this sense, entrepreneurs are in the minority among new businesses, and we follow the framework of entrepreneurship provided by Drucker (1985) and of innovation provided by Schumpeter (1926). (MOTOYAMA; WIENS, 2015, p. 10)

Sendo assim nota-se que o termo é prioritariamente usado pelo menos desde os momentos iniciais da teoria, para se referir a indivíduos com capacidade inovadora no mercado (SCHUMPETER, 1997; DRUCKER, 2015; SEBRAE), e que, através de suas próprias

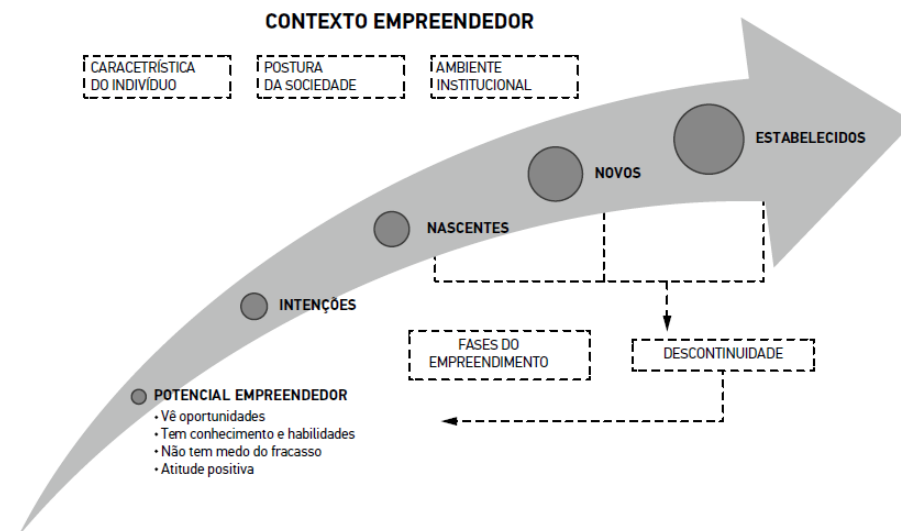
²³Disponível em: <<https://www.kauffman.org/who-we-are/our-founder-ewing-kauffman>>. Acesso em 19 de novembro de 2018.

habilidades (representados pelas mãos criadoras), transformam a economia. Ainda assim, como visto anteriormente, principalmente pela abordagem generalista do GEM o empreendedorismo também assume a figura de negócios não-inovadores, embora competitivos também e muito importantes para uma economia saudável.

A análise do GEM com relação à importância do fenômeno do empreendedorismo em boa parte dos países do mundo adota uma visão processual considerando as diversas etapas que caracterizam o fenômeno. Segundo a equipe brasileira do GEM (LIMA *et al.* 2016), esse processo engloba quatro momentos: (i) a intenção dos indivíduos em iniciar um negócio; (ii) a criação do empreendimento; (iii) seu desenvolvimento considerando dois estágios, nascentes e novos; (iv) culminando com a etapa em que o empreendimento é considerado estabelecido.

FIGURA 7

O processo empreendedor segundo definições adotadas pelo GEM 2016.



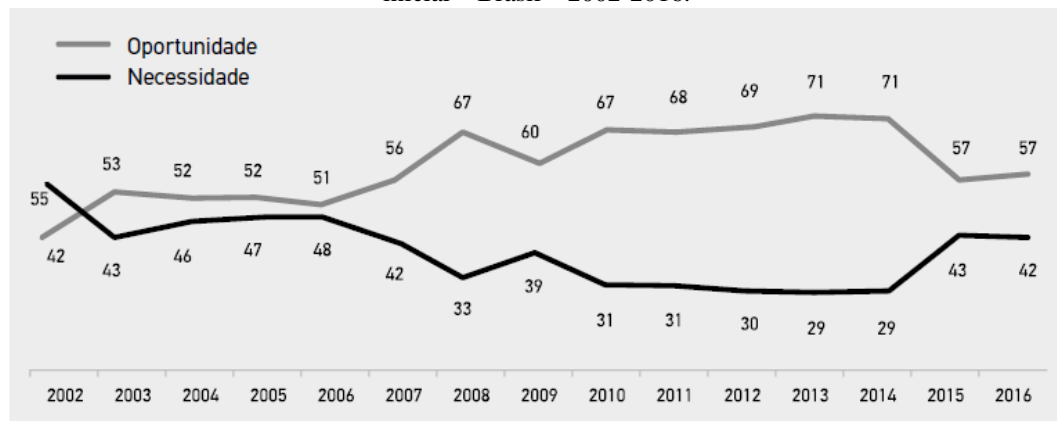
Fonte: Lima *et al.*, 2016, p. 16

Segundo BRAUNERHJELM *et al.* (2016, p. 13), o estágio inicial do empreendedorismo (nascente) é uma indicação de uma economia experimentalmente organizada - um fluxo de ideias continuamente testadas no mercado. Segundo os dados publicados por cada um desses países ao Monitor, a China, a Suécia, e os EUA, nesta sequência, estão nos três primeiros lugares nesse índice.

Para o GEM a motivação dos empreendedores iniciais pode ocorrer devido a duas variáveis: a **necessidade** ou a **oportunidade**. O primeiro tipo de empreendedor é aquele que inicia um negócio por causa da falta de oportunidade de emprego, e o seu maior objetivo é prover um empreendimento que possibilite a sua subsistência. Já o empreendedor por oportunidade o GEM define-os como “[...] capazes de identificarem uma chance de negócio ou um nicho de mercado, empreendendo mesmo possuindo alternativas concorrentes de emprego e renda.” (LIMA *et al*, 2016, p. 29)

FIGURA 8

Taxas de empreendedorismo por oportunidade e por necessidade como proporção da taxa de empreendedorismo inicial – Brasil – 2002-2016.



Fonte: Lima *et al*, 2016, p. 31

Tal como demonstra a figura à cima, extraída das informações do GEM 2016, é alta a taxa de empreendedorismo por oportunidade no país, entretanto, esta vem baixando devido a crise econômica nacional. Já o empreendedorismo por necessidade demonstrou aumento no ano de 2015, justamente o período em que a crise nacional esteve mais intensa.

A intensidade empreendedora que cada país no Sistema Internacional expressa, constitui três grupos diferentes de Estados de acordo com os seus referentes graus de desenvolvimento empreendedor. Este ranking chamado de “Relatório de Competitividade Global”²⁴ foi idealizado pelo “Fórum Econômico Mundial” e, esta classificação, segundo estudo dos pesquisadores

²⁴SCHWAB, K. **The Global Competitiveness Report 2017–2018**. Disponível em: <<http://www3.weforum.org/docs/GCR2017-2018/05FullReport/TheGlobalCompetitivenessReport2017%20%932%2018.pdf>> Acesso em 14 de outubro de 2018.

brasileiros do GEM (LIMA *et al*, 2016) utiliza indicadores sobre o tamanho do PIB, renda per capita e quota de exportação de produtos primários, que, combinados entre si por meio de método construído pelo Fórum Econômico Mundial, dividiu os países entre aqueles com economias impulsionadas por **Fatores** (caracterizados pela predominância de atividades com forte dependência dos fatores trabalho e recursos naturais), **Eficiência** (são caracterizados pelo avanço da industrialização e ganhos em escala, com predominância de organizações intensivas em capital) e, pela **Inovação** (economias caracterizadas por empreendimentos intensivos em conhecimento e pela expansão e modernização do setor de serviços).

QUADRO 1

Classificação dos países segundo a sua dinâmica empreendedora¹.

Continente	Países impulsionados por fatores (6)	Países impulsionados pela eficiência (32)	Países impulsionados pela inovação (27)
África	Burkina Faso, Camarões	África do Sul, Egito, Marrocos	
Ásia & Oceania	Casaquistão ² , Índia, Irã ²	Arábia Saudita ³ , China, Indonésia, Jordânia, Líbano ³ , Malásia ³ , Tailândia, Turquia ³	Austrália, Catar, Coréia, Emirados Árabes Unidos, Hong Kong, Israel, Taiwan
América Latina & Caribe		Argentina ³ , Brasil, Chile ³ , Colômbia, Equador, Guatemala, México ³ , Panama ³ , Peru, Uruguai ³	
Europa	Rússia ²	Bulgária, Croácia ³ , Eslováquia ³ , Geórgia, Hungria ³ , Letônia ³ , Macedônia, Polônia ³	Alemanha, Áustria, Chipre, Eslovênia, Espanha, Estônia, França, Finlândia, Grécia, Holanda, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Portugal, Reino Unido, Suécia, Suíça
América do Norte		Belize, El Salvador, Jamaica	Canadá, Estados Unidos, Porto Rico

1 Esta classificação é baseada no Relatório de Competitividade Global (Global Competitiveness Report) - Publicação do Fórum Econômico Mundial que identifica três fases do desenvolvimento econômico, considerando o PIB *per capita* e a parcela das exportações relativa aos bens primários.

2 Em transição para economias impulsionadas pela eficiência.

3 Em transição para economias impulsionadas pela inovação.

Fonte: Lima *et al*, 2016, p. 19

O Brasil, nesse ranking (que nos primeiros relatórios só incluía países de alta renda), integra o grupo de países impulsionados pela eficiência, devido ao seu alto índice de industrialização, porém, ainda apresenta insuficiente produtividade inovadora em campos como o da tecnologia de ponta. O Amapá (enquanto sub-região econômica do país) está certamente inserido entre o contexto de economias movidas apenas por fatores, haja vista a baixa produção

industrial e a dependência da exportação de matérias primas, diferente de regiões como a do Centro-Sul do país, que (em relação a regiões como a do Norte) está em estágio avançado de eficiência e até mesmo de inovação.

Por fim, conforme observado acima, o termo “empreendedorismo” tem estado em alta no país, não só pela crise econômica pela qual o Brasil tem passado nos últimos anos, mas também pela crescente conscientização de que este fenômeno pode auxiliar economias a atingir um desenvolvimento satisfatório para as suas populações, com boa oferta de empregos e aumento do nível de vida da sociedade local e nacional. O “Monitor Global de Empreendedorismo” (GEM) ao analisar a situação econômica brasileira dos últimos anos, concluiu que é certo que “[...] a recuperação da economia passa, necessariamente, pelo empreendedorismo, e que é preciso que o governo crie mecanismos que facilitem e incentivem os pequenos negócios.” (LIMA *et al*, 2017, p 15)

Utilizando as análises do GEM como parâmetro econômico, tudo leva a crer que o empreendedorismo, enquanto fenômeno social e cultural incentivado pelo Poder Público, seja o fator preponderante (juntamente com o potencial geográfico-natural amapaense) para que o Amapá possa se tornar economicamente mais independente dos repasses da União, desde que um pensamento estratégico nesse sentido originado no poder público, seja desenvolvido e amadurecido.

4.3. INOVAÇÃO (O FENÔMENO FUNDAMENTAL DO DESENVOLVIMENTO).

Como o desenvolvimento econômico surge então? Esta é a principal contribuição de Schumpeter (1997) para as teorias econômicas, já que este indicou (no segundo capítulo da sua obra, intitulado de “o Fenômeno Fundamental do Desenvolvimento Econômico”) que através da ação da figura do empreendedor inovador, há a inserção de “[...] novos produtos para o mercado por meio de combinações mais eficientes dos fatores de produção, ou pela aplicação prática de alguma invenção ou inovação tecnológica” (SCHUMPETER, 1997, p. 9). Geralmente, produzir significa combinar materiais e esforços ao alcance do produtor a fim de confeccionar as mesmas coisas que existem no mercado ou alterá-las superficialmente. Entretanto, para Schumpeter, esta

produção com ênfase em imitar o que já existe, se diferencia da sua noção de inovação empreendedora,

Na medida em que as “**novas combinações**” podem, com o tempo, originar-se das antigas por ajuste contínuo mediante pequenas etapas, há certamente mudança, possivelmente há crescimento, mas não um fenômeno novo nem um desenvolvimento em nosso sentido. Na medida em que não for este o caso, e em que as novas combinações aparecerem descontinuamente, então surge o fenômeno que caracteriza o desenvolvimento. [...] **O desenvolvimento, no sentido que lhe damos, é definido então pela realização de novas combinações.** (SCHUMPETER, 1997, p. 76, grifo meu)

Quando ocorre, esta produção inovadora alcançada por meio de novas combinações é, segundo Schumpeter (1997, p. 83) “[...] descrito como o fenômeno fundamental do desenvolvimento econômico. Chamamos ‘empreendimento’ a realização de combinações novas; chamamos ‘empresários’ aos indivíduos cuja função é realizá-las.” O impacto que o empreendedorismo traz a uma economia, está no fato de que o empreendedor é o agente fundamental do processo de desenvolvimento econômico, introduzindo inovações que tornam obsoletos os produtos e as tecnologias existentes. Dessa forma. “o empreendedor é aquele que destrói a ordem econômica existente pela introdução de novos produtos e serviços, pela criação de novas formas de organização ou pela exploração de novos recursos e materiais”. Segundo Schumpeter (1997) ofertar ao mercado respostas criativas, inovações em produtos e serviços, configura a chamada “decisão econômica fundamental”.

[...] Mediante a adoção de novas práticas, modelos, atitudes, produtos ou métodos, movido pela ambição, pela satisfação pessoal, ou qualquer outra razão, o empreendedor obtém uma espécie de monopólio temporário, que compensa com lucros os investimentos anteriores, até que os imitadores estejam em condições de copiar sua inovação [...] (MARZANO, 2011, p. 34)

Para Fábio Marzano, no livro intitulado “Políticas de inovação no Brasil e nos Estados Unidos: a busca pela competitividade” (2012) da FUNAG, ao analisar as diferenças entre os dois países na busca por espaço no mercado internacional e competitividade, o autor destacou que “Schumpeter foi o primeiro autor a identificar a inovação como a principal força motriz do

desenvolvimento, dotada de dinâmica própria que atua diretamente sobre as estruturas fundamentais da ordem econômica. [...]” (MARZANO, 2012, p. 29)

Para a diplomacia brasileira a inovação é sem dúvida a porta de entrada de economias subdesenvolvidas para o seletivo grupo daquelas ditas desenvolvidas. No livro “Diplomacia, desenvolvimento e sistemas nacionais de inovação: estudo comparado entre Brasil, China e Reino Unido” do ano de 2011, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE), teve como o seu principal objetivo demonstrar que “[...] políticas e processos de desenvolvimento dependem fortemente da atividade inovadora na economia, ou seja, a inovação como variável dependente do desenvolvimento.” (CRUZ JR., 2011, p. 19)

[...] o mais importante economista, para o século XXI, não será Smith nem Keynes, mas o austríaco Joseph Schumpeter, por sua ênfase na inovação e na iniciativa empreendedora, segundo o processo denominado “destruição criadora [...]” (MARZANO, 2012, p. 146)

Para todos os efeitos, compara-se a situação de dependência que a economia amapaense carrega da União, com o chamado “fluxo circular” (ou status quo econômico) vislumbrado por Schumpeter (1997), em uma situação estática e sem perspectiva de desenvolvimento econômico (mudança profunda na dinâmica da economia local) e social na linha do que o autor austríaco concebeu em seu pensamento. Para o economista, qualquer mudança profunda em uma economia deveria partir de dentro dela própria: “Entenderemos por ‘desenvolvimento’, portanto, apenas as mudanças da vida econômica que não lhe forem impostas de fora, mas que surjam de dentro, por sua própria iniciativa.” (SCHUMPETER, 1997, p. 74)

Esta monografia indica que uma política pública seria essencial (como o foi para a China, por exemplo) para que uma dada região de baixos índices econômicos - como o Amapá, detentor de uma das menores taxas de produtividade econômica e de oferta de empregos na União -, possa, através de incentivos à cultura do empreendedorismo comum e, um ambiente favorável para o aparecimento natural de inovações, contribuir para o desenvolvimento econômico da sociedade local, impulsionado principalmente pelo Comércio Exterior, haja vista a posição geográfica local, mais próxima dos maiores mercados internacionais, do que a região sudeste do Brasil, por exemplo.

Para se chegar a uma economia tal como as economias estadunidense, europeia ocidental, japonesa e chinesa, por exemplo, muitos vão apontar a inovação como um fator fundamental para o desenvolvimento da economia. Schumpeter (1912), Drucker (2016); Hisrich; Peters; e Shepherd (2009), Dolabella (2006) Sarfarti (2013), Marzano (2012), Dornelas (2015), Braunerhjelm; *et al* (2016), Lima, *et al* (2017), e muitos outros estudiosos do assunto, enxergaram no empreendedorismo inovador o caminho para o desenvolvimento econômico de uma região ou de um país, ou ainda, de um bloco econômico.

A inovação é o segredo do desenvolvimento econômico de uma empresa, de uma região ou de um próprio país. Com o avanço das tecnologias, caem as vendas dos antigos produtos e minguam as antigas indústrias. As **invenções e inovações** são a **base do futuro de qualquer unidade econômica** [...] (HISRICH; PETERS; SHEPHERD, 2009, p. 169-170, grifo meu)

Para Schumpeter (1997), a inovação e novidade são pontos centrais do empreendedorismo, e lançar algo novo no mercado é a tarefa mais difícil para quem pretende disputar espaço no mesmo e ser competitivo. A capacidade de criar algo novo deve sempre, para o autor, ser precedida por uma análise das forças que sustentam o funcionamento do ambiente. Para o austríaco a função do empreendedor é,

[...] reformar ou revolucionar o padrão de produção explorando uma invenção ou, de modo geral, um método tecnológico não-experimentado, para produzir um novo bem ou um bem antigo de uma maneira nova, abrindo uma nova fonte de suprimento de materiais, ou uma nova comercialização para produtos, e organizando um novo setor. (SCHUMPETER, 1952, p. 52)

Segundo o austríaco, inovar significa “[...] combinar materiais e forças que estão ao nosso alcance. Produzir outras coisas, ou as mesmas coisas com método diferente, significa combinar diferentemente esses materiais e forças.” (SCHUMPETER, 1997, p. 76) A destruição criadora, fenômeno vislumbrado por Schumpeter (1997) refere-se a adoção de práticas e métodos de novos e respostas criativas para a obtenção de novos produtos e serviços, o que, acaba por reestruturar os fluxos econômicos entre os agentes econômicos, e ela seria o principal efeito da ação dos empreendedores inovadores. Ao analisar o livro do austríaco, Fábio Marzano viu que,

A decisão de implementar respostas criativas, de inovar, portanto, constitui para Schumpeter a “decisão econômica fundamental”. Mediante a adoção de novas práticas, modelos, atitudes, produtos ou métodos, movido pela ambição, pela satisfação pessoal, ou qualquer outra razão, o empreendedor obtém uma espécie de monopólio temporário, que compensa com lucros os investimentos anteriores, até que os imitadores estejam em condições de copiar sua inovação. Esta seria a verdadeira síntese do capitalismo, sua dinâmica essencial, que Schumpeter vai denominar de “destruição criadora”. As ondas de destruição criadora reestruturam o mercado em favor daqueles que são capazes de reagir mais rapidamente e eficazmente às mudanças endógenas. (MARZANO, 2012, p. 34)

Marzano (2012) destaca ainda que Schumpeter apontou que o favorecimento do empreendedorismo baseia-se na capacidade inovadora que determinados agentes da economia usufruem ao se encaixar em algum dos seguintes caminhos do processo de inovação: 1. Introdução de um novo produto – com o qual os consumidores ainda não se encontram familiarizados – ou de um novo tipo de produto; 2. Introdução de um novo método de produção, não necessariamente baseado numa nova descoberta científica, que pode consistir numa nova maneira de comercializar determinado produto; 3. Abertura de um novo mercado, no qual o segmento manufatureiro específico do país em questão não houvesse atuado previamente, independentemente de que esse mercado existisse ou não; 4. Obtenção de uma nova fonte de matérias-primas ou bens semimanufaturados, independentemente, também, de que tal fonte existisse previamente; e 5. Reorganização de qualquer setor da indústria, mediante a obtenção (através da formação de trustes, por exemplo) ou a quebra de uma posição monopolística.

No Primeiro Capítulo (O fenômeno das Relações Internacionais) do livro “Teoria das Relações Internacionais” de Thales Castro (2012), ao discorrer sobre as cíclicas crises (guerras civis, de identidade nacional, e, as crises econômicas do capitalismo global) dos Estados soberanos no Sistema Internacional, o renomado diplomata afirma que estas:

[...] são evidências do dinamismo nato das ordens mundiais. [...] **Pode-se traçar paralelo entre as ordens mundiais com a emblemática “destruição criadora” de Schumpeter** sobre a natureza da inovação e da acumulação capitalista. (CASTRO, 2012, p. 54, grifo meu)

No prefácio do livro *Diplomacia, desenvolvimento e sistemas nacionais de inovação*

(2011), da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), obra na qual a diplomacia brasileira expõe a fórmula para o desenvolvimento econômico dos países mais desenvolvidos, fica claro que “[...] a inovação é uma das condições básicas de desenvolvimento de qualquer país”. (CRUZ JR., 2011, p. 12)

O campo das Relações Internacionais dessa forma reconhece no pensamento Schumpeteriano elementos em comum com a própria dinâmica da interação entre os mais diversos atores (Estados soberanos, Organizações Intergovernamentais, Investidores internacionais, Organizações não-governamentais) que compõe o cenário global, onde, inovações tecnológicas de natureza militar e civil, pressionam os Estados Nações a se renovarem em um ambiente competitivo, tanto no quesito militar quanto no comercial.

Durante o Governo Barack Obama (2009 – 2016) o empreendedorismo se manteve como uma das principais ferramentas no combate a crise econômica que o país enfrentou a partir de 2008. Durante os esforços federais para recuperar a economia, o representante de seu gabinete para questões econômicas (Lawrence Summers) - ao citar a importância estratégica que as inovações sempre tiveram para a economia estadunidense - afirmou que o dinamismo da América não teria sido possível sem o espírito empreendedor fundamentado na teoria schumpeteriana, pois:

a obra de Schumpeter identificou “a fonte particular da fortaleza e do dinamismo da América”. As perspectivas de “inovações transformacionais” encontram-se em todo o espectro da economia, sendo atribuição do governo federal criar e preservar ambiente favorável a seu desenvolvimento. (MARZANO, 2012, p. 146)

Para Hisrich; Peters; e Shepherd (2009, p. 170), as mais difíceis de obter são as de caráter revolucionário, sendo tudo aquilo que mais à frente poderá ser a base para futuras inovações em determinada área da economia e ciência. Tal fato transforma esse tipo de inovação em algo extremamente estratégico para quem a produzir, tendo que o empreendedor inovador proteger essas invenções da “pirataria industrial” a qualquer custo a sua criação através de fortes patentes, segredos comerciais e autorais. As inovações revolucionárias abrangem ideias como a penicilina, a máquina a vapor, o computador, o avião, o automóvel, a internet e a nanotecnologia.

A inovação tecnológica é aquela que ocorre com maior frequência do que a inovação

revolucionária, não estando ao nível das descobertas científicas, porém, trazem importantes avanços nas questões de produto/mercado e, como a inovação revolucionária, necessitam de forte proteção. “Inovações como o computador pessoal, o relógio inteligente para conter fotos, mensagens de voz e texto e o avião a jato são exemplos de inovações tecnológicas.” (HISRICH; PETERS; SHEPHERD, 2009, p. 170)

O último tipo de inovações (a comum) ocorre com mais frequência e são bem mais numerosas que as duas primeiras e, sua principal característica é estender uma inovação tecnológica para um produto ou serviço melhor, transformações essas que nascem da análise e da demanda do mercado.

Uma inovação comum foi desenvolvida por Sara Blakely, que queria se livrar das horríveis costuras da meia-calça. Para isso, ela cortou o pé de sua meia-calça modeladora para fabricar uma meia-calça sem pés. Investindo todo o seu capital disponível (5.000 dólares), Sara Blakely criou a Spanx, uma empresa com sede em Atlanta que, em cinco anos, apresentava ganhos anuais de 20 milhões de dólares. (HISRICH; PETERS; SHEPHERD, 2009, p. 171)

O nível e quantidade de inovações obtidas em cada economia do mundo, é base para comparações entre desenvolvimentos ao redor do mundo, como visto na ótica do Fórum Econômico Mundial e no GEM. Alguns países ascendem essa escala de forma mais eficiente que muitos outros. Quanto ao desenvolvimento econômico entre a Coreia do Sul e o Brasil desde os anos 1980, por exemplo, o organizador Pedro Henrique Batista Barbosa (2017)²⁵, viu que em meados dessa década os dois países estavam em nível industrial e de dominação tecnológica semelhante, mas que, ao longo das décadas seguintes, enquanto o Brasil enfrentava crises financeiras e políticas, a Coreia do Sul, investia muito na pesquisa e inovação como elementos básicos na educação e na linha de produção nacional.

Esse fato, tomado em conjunto com outros fatores, como, por exemplo, o continuado processo de expansão do sistema educacional sul-coreano, os incentivos estatais à inovação e à participação da iniciativa privada no processo de criação de conhecimento e inovação e, segundo alguns autores, da própria

²⁵BARBOSA, P (org). **OS DESAFIOS E OPORTUNIDADES NA RELAÇÃO BRASIL-ÁSIA NA PERSPECTIVA DE JOVENS DIPLOMATAS**. Brasília: FUNAG, 2017.

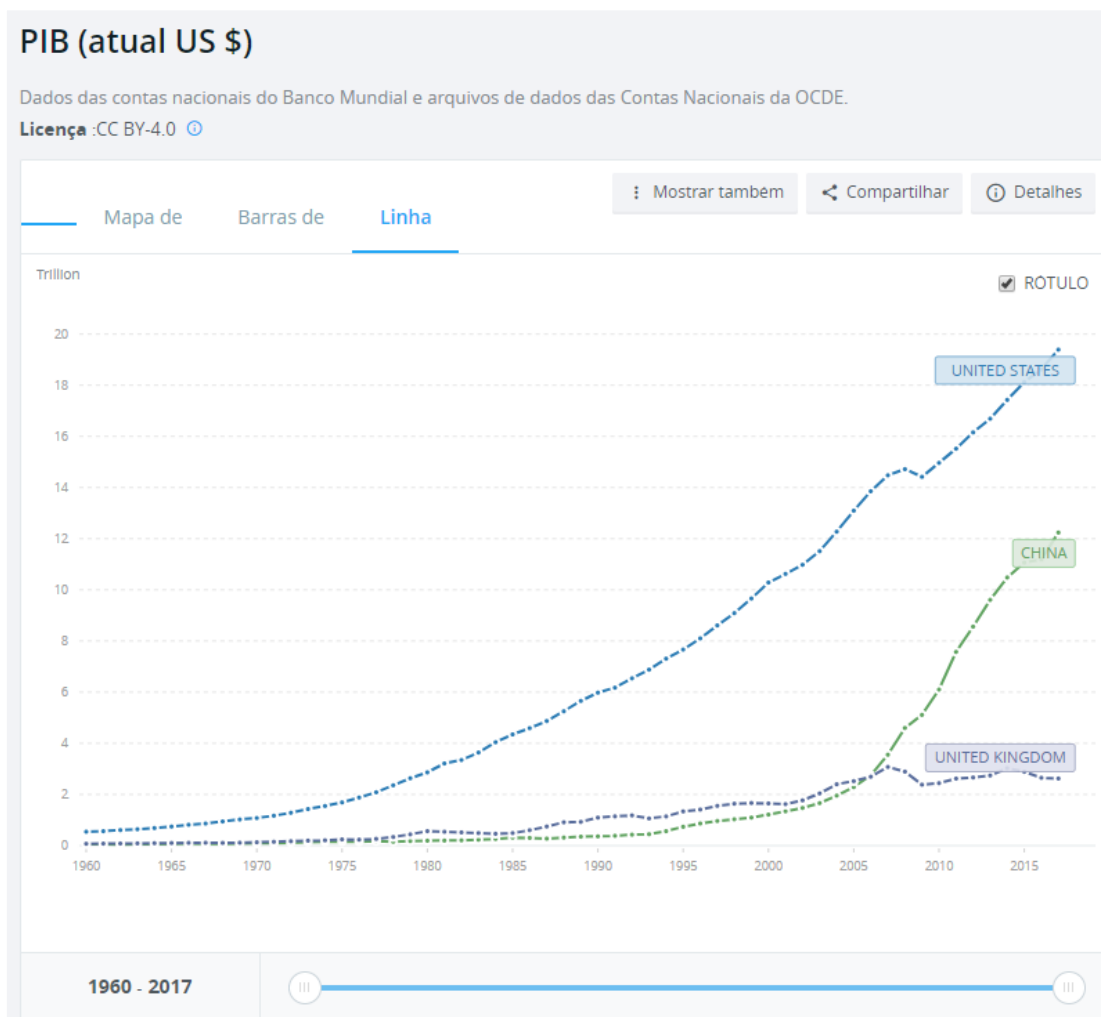
herança confucionista de valorização da educação, da disciplina e do conhecimento permitiram que o país, de industrialização mais tardia que a brasileira e fortemente afetado pelas tensões com o vizinho do norte, ultrapassasse o nível de complexidade da cadeia produtiva nacional. O desenvolvimento tecnológico sul-coreano se, por um lado, expôs pela comparação a relativa estagnação brasileira – mesmo em áreas consideradas estratégicas, como a de computação e a de defesa; por outro, já no final da década de 1980, permitiu que a Coreia se tornasse país de grande potencial para o estabelecimento de cooperação científica e tecnológica com o Brasil. (BARBOSA (org), 2017, p. 179-180)

Sendo assim, fica claro e evidente que a inovação é aquela característica das economias desenvolvidas para que estas obtenham a constante competitividade internacional, obrigando a estrutura produtiva do Amapá - se quiser se desenvolver fortemente - perseguir este objetivo com os métodos que, ao longo da história econômica moderna, têm dividido aquelas economias desenvolvidas das subdesenvolvidas, como o Amapá em relação aos centros mais produtivos do país.

4.4. EXEMPLOS INTERNACIONAIS RELEVANTES SOBRE A EFICÁCIA DA ECONOMIA SHUMPTERIANA (EUA, CHINA E REINO UNIDO), E, O ESFORÇO BRASILEIRO EM FORMAR UM SISTEMA NACIONAL DE INOVAÇÃO.

Como forma de verificar a eficácia de políticas públicas em prol do empreendedorismo e da inovação como meios para diminuir o desemprego e baixa produtividade em economias, nesta seção será avaliado o desempenho de algumas economias internacionais que adotaram medidas políticas e econômicas com o propósito de se modernizarem. O gráfico a seguir, retirado dos arquivos virtuais do Banco Mundial, demonstra o desempenho no período de 1960 a 2017, do Produto Interno Bruto de três grandes economias mundiais: a dos EUA, a Chinesa e a do Reino Unido. As três economias obtiveram um nível de crescimento acelerado após adotarem políticas públicas de incentivo ao ambiente inovador e ao empreendedorismo.

GRÁFICO 3
 PIB: EUA , CHINA , e, REINO UNIDO 1960-2017.



Fonte: <<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?contextual=default&locations=US-CN-GB>>

Claramente houve um salto de produtividade econômica das três economias: nos EUA após meados dos anos 1960; na China a partir dos anos 1990; e, no Reino Unido, a partir dos anos 1980. Esses três resultados foram obtidos após esforços de cada um desses governos nacionais para modernizar a sua economia com base na busca incessante por inovações e surgimento de empreendimentos. As subseções 4.4.1, 4.4.2 e 4.4.3, têm por finalidade analisar as mudanças realizadas para promover esse desenvolvimento e as suas consequências para as respectivas economias.

4.4.1. Estados Unidos da América.

Nos países mais desenvolvidos (alto IDH) o fenômeno do empreendedorismo é visto como crucial para a manutenção e crescimento da economia e do nível atual de desenvolvimento. Por isso seus orçamentos públicos para o incentivo ao empreendedorismo são generosos, tal como ocorre nos Estados Unidos da América²⁶ (maior PIB do mundo²⁷), país considerado como o maior exemplo de compromisso nacional com o empreendedorismo e o progresso econômico “[...] haja vista a crença de que o empreendedorismo é e continuará a ser o grande propulsor do desenvolvimento econômico [...]” (DORNELAS, 2015, p. 12)

Drucker (2016) analisou o período histórico do país entre os anos de 1965 e 1985 e percebeu que a dinâmica econômica e produtiva do país transformou-se num sistema voltado para o empreendedorismo, deixando para trás as características rígidas do “modelo gerencial” que até então caracterizava a economia. Em meados dos anos 1970, havia slogans percorrendo a sociedade estadunidense – como “a economia de crescimento zero”, a “desindustrialização dos EUA”, e a “estagnação *Kondratieff*” – frutos de uma incerteza social com relação aos rumos da economia do país, um sentimento pessimista. Entretanto, neste período,

[...] o número de norte-americanos com mais de 16 anos (por conseguinte, contados à força de trabalho, conforme as convenções das estatísticas norte-americanas) cresceu ao redor de 40%, passando de 129 para 180 milhões. Mas o número de norte-americanos assalariados, empregados, cresceu, no mesmo período, 50%, ou seja, de 71 para 106 milhões. (DRUCKER, 2016, p. 1)

Em nenhum outro período o país criou tantos empregos e isso ocorreu durante a “crise do petróleo” em 1973, período que deixou a economia estagnada por longo período. Como comparação, no mesmo período, segundo Drucker (2016, p. 2), “A Europa Ocidental [...] perdeu cerca de 3 a 4 milhões de empregos”. Drucker concluiu que esta nova economia empreendedora

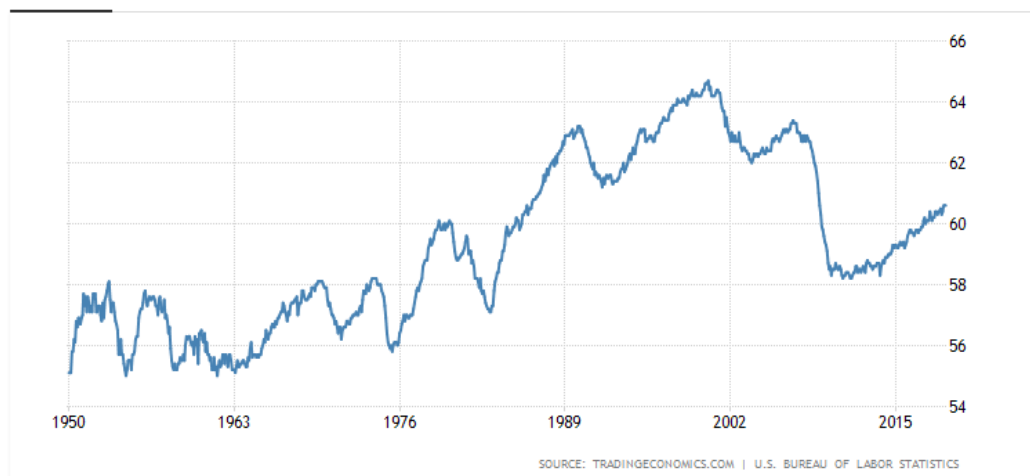
²⁶Em 2016, os **EUA exportou US \$ 1,32 Trilhão**, tornando-se o 2º maior exportador do mundo. A renda per capita do país é de US\$ 57 mil dólares. Disponível em: <<https://atlas.media.mit.edu/pt/profile/country/usa/#Exportação>> Acesso em 3 de novembro de 2018.

²⁷**PIB dos EUA** foi de **US\$ 19.390,60** trilhões de dólares em 2017. Disponível em: <<https://pt.tradingeconomics.com/country-list/gdp>> Acesso em 15 de outubro de 2018.

passou a ser o “motor” do novo e pujante crescimento do país, capaz de criar 35 milhões de empregos no período de 20 anos, e, tudo isso graças ao deslocamento do foco dos estímulos aos grandes empreendimentos públicos e privados (que sustentaram a economia até então), para um sistema facilitador de conversão de uma “ideia brilhante”, oriunda de um espírito empreendedor, em uma atividade organizada. O risco passou a ser um elemento fundamental para a economia dos EUA desde então. As pequenas e médias empresas, que foram responsáveis por quase a totalidade dos empregos novos no período analisado pelo autor, possuíam em suas premissas estruturais, a busca pela inovação científica, e, portanto, criaram um ambiente empreendedor na economia. O Espírito Empreendedor, em sua visão, é mais um comportamento do que um traço de personalidade e, “suas bases são o conceito e a teoria, e não a intuição.” (DRUCKER, 2016, p. 34)

GRÁFICO 4

Índice de emprego dos EUA – 1950-2018



Fonte: <<https://tradingeconomics.com/united-states/employment-rate>>. Acesso em 15 de Jan. 2018.

Em Políticas de Inovação no Brasil e nos Estados Unidos: a busca da competitividade – oportunidades para a ação diplomática, Marzano (2012), da Fundação Alexandre Gusmão, observa-se que no Estado-Nação mais rico da Comunidade Internacional, o empreendedorismo, enquanto fenômeno social e econômico, sempre está entre as principais preocupações na formulação de políticas públicas voltadas para a criação de empregos e renda. O autor analisa o processo histórico do país, que culminou com o “ecossistema inovador” mais eficiente e produtivo do mundo, onde a integração de universidades, laboratórios, centros de pesquisa,

incubadoras, *clusters*, e parques de inovações, fazem parte de uma estrutura social que objetiva novas combinações de fatores de produção.

Marzano (2012) destaca que, diferentemente do que costumeiramente se propaga, a atuação do governo do país nesse objetivo é costumeiro e essencial. Em 1787 (logo após o processo de independência) o Congresso Constitucional do país tomou para si a iniciativa de promover a ciência. No entanto no século seguinte (XIX) o país transformou sua dinâmica científica para ser sustentada e guiada pelas forças do mercado privado, período em que o Estado assumiu a sua forma mais reduzida na história do país. No século XX, com o advento das duas Guerras Mundiais e a Guerra Fria, o Estado voltou a assumir papel fundamental e central nas políticas de incentivo e produção de ciência e inovação, tal como o faz até hoje, sustentando um ambiente nacional favorável para novas combinações de fatores, através de políticas públicas que incentivam a parceria público-privada, dando aos centros estatais e seus pesquisadores autonomia para comercializar as inovações, e, robustos investimentos, por exemplo.

Segundo Marzano (2012, p. 107-108) o conceito moderno de incubadora deve-se a Joseph Mancuso, veterano premiado da Segunda Guerra Mundial, que não só cunhou o termo como criou a primeira incubadora de empresas do mundo em 1959, na cidade de Batávia, estado de Nova York. Mancuso subdividiu um imenso depósito entre várias firmas, uma das quais trabalhava na incubação de aves domésticas²³⁹. Nascia assim o Centro Industrial da Batávia, que, em apenas cinco anos, havia gerado novas empresas e milhares de empregos e que depois ajudou na criação de importante parque industrial. A “Associação Nacional de Incubadoras de Empresas” (NBIA) estima que existam hoje em dia cerca de cinco mil incubadoras operacionais em todo o mundo, das quais mil e quatrocentos na América do Norte, o que reforça o papel destas instituições para o desenvolvimento econômico de economias locais e nacionais.

As conquistas tecnológicas (tais como a robótica, a tecnologia aeroespacial e a internet, por exemplo), a criação de novas ideias e soluções empresariais, além do capital humano em número e qualidade suficientes e sem igual no mundo, evidenciam o grande empenho dos Estados Unidos da América no campo da Inovação. Sua ênfase tem sido na produção individual de seus cidadãos ao estilo Liberal de condução do Estado, entretanto, isso não quer dizer que o

governo não auxilie a busca pelo “novo”, pois o Estado,

[...] mesmo no século XIX, quando assumiu sua configuração mais reduzida, cuidou de garantir o marco regulatório para o sistema financeiro, fez guerras de expansão territorial, transferiu terras e reformou o sistema educacional. Não foram poucas, ademais, na história, as ocasiões em que o poder central foi chamado a uma participação direta, seja em situações de conflito, como na Segunda Guerra Mundial e na Guerra Fria, particularmente após o lançamento do satélite soviético Sputnik, em 1957, seja em momentos em que o país viu ameaçada sua liderança, como no caso da ascensão japonesa, nos anos setenta, e no dos supercomputadores, uma década mais tarde. Além disso, os militares, contribuíram [...] decisivamente para a criação de inovações civis, como a *Internet*, a ciência de materiais, os microprocessadores e o sistema de posicionamento global (GPS). (MARZANO, 2012, p. 155)

É interessante ressaltar que, embora seja difundido pelo mundo a fora a noção de que nos EUA o país não necessita tanto do Estado no momento de desenvolver a pesquisa, a ciência, a inovação, e mesmo o desenvolvimento econômico deste país, o país investe uma fortuna todo ano para esse fim. Para Fábio Marzano isso fica claro quando, por exemplo, “[...] o orçamento de US\$ 6,5 bilhões da Fundação Nacional de Ciências para 2009-2010, o imenso programa de incentivo a pequenas empresas, [...] ou ainda o modelo de parceria adotado na administração dos laboratórios nacionais [...]”. (MARZANO, 2012, p. 155)

Segundo análise da Revista Newsweek (revista semanal estadunidense) do ano de 2009, sob o título “*Can America Still Innovate?*”²⁸ (Pode a América ainda inovar?), o jornalista *Fareed Zakaria*, observando os efeitos que a Crise de 2008 estava causando na economia do país, viu que a principal arma dos EUA para enfrentar essa fase crítica era a sua tradição em produzir em ciência em quantidade e qualidade sem igual no mundo e que, embora os críticos da presença do Estado na condução dos negócios e da economia, era de lá que as mais importantes medidas para o desenvolvimento do país tinham origem.

American culture is open and innovative. But it was powerfully shaped and enhanced by a series of government policies. Silicon

²⁸ZAKARIA, F. **Can America Still Innovate?** Disponível em: <<https://www.newsweek.com/zakaria-can-america-still-innovate-77023>>. Acesso em 2 de novembro de 2018.

Valley did not arise in a vacuum. It grew in the 1950s in a state that had created the world's best public-education system (from kindergarten through Ph.D. programs), a superb infrastructure, and a business-friendly environment that attracted defense and engineering industries. (ZAKARIA, 2009)

Em 2009, por exemplo, em meio ao Governo de Barack Obama (que enfrentava uma crise econômica), durante o lançamento de um plano de estímulos à economia por meio de parcerias “público-privadas” na área educacional, de mecanismos reguladores e de incentivo ao mercado, “O Diretor do Conselho Econômico Nacional (NEC), *Lawrence Summers*, comentou, após o discurso, que o plano se fundamenta na tradição americana de empreendedorismo e de crescimento robusto [...]” (MARZANO, 2012, 146)

Portanto, é evidente que nos Estados Unidos da América há uma histórica preocupação em manter o ambiente econômico interno do país em uma área facilitadora de aparecimento de inovações, e isso vem acontecendo há pelo menos cinco décadas, tornando a sua economia não apenas pujante, mas além disso, sustentável no sentido de manter baixas taxas de desemprego e bons índices de emprego (Gráfico 4).

Nos EUA, os estados que formam a União buscam tornar as suas respectivas sub-economias mais atraente aos investidores e empreendedores frente uns aos outros. Em “*Guidelines for Local and State Governments to Promote Entrepreneurship*” (Guia para governos locais e estaduais promoverem o empreendedorismo) da *Kauffman Foundation* em 2015, Motoyama e Wiens (2015) demonstraram que cada estado dos EUA empreende esforços (conforme o limite de suas possibilidades de ação) para ser um ambiente mais atrativo e competitivo para os empreendedores em relação aos outros. Políticas públicas capazes, por exemplo, de permitir um alto índice de sobrevivência de empresas, além de incubadoras e escolas de empreendedorismo como as formas mais comuns de atrair esses empreendedores.

Por fim, a tabela a baixo, retirada do relatório brasileiro GEM de 2016, demonstra a importância que uma cultura voltada para o empreendedorismo desde a educação infantil, pode ter para uma economia altamente desenvolvida, como a estadunidense, onde, para os seus especialistas na área empreendedora, o fato mais crucial para este fenômeno ocorrer, sem dúvida

é a adequação da sociedade para esse fim.

TABELA 4

Principais fatores para a abertura e manutenção de novos negócios segundo especialistas entrevistados.

Fatores	% de especialistas			
	Países selecionados			
	Brasil	Alemanha	Estados Unidos	México
Abertura de Mercado/Barreiras à Entrada	51,6	4,7	14,3	22,9
Capacidade Empreendedora	41,9	7,0	9,5	22,9
Programas Governamentais	24,7	55,8	26,2	42,9
Normas Culturais e Sociais	20,4	20,9	57,1	14,3
Pesquisa e Desenvolvimento	18,3	7,0	4,8	25,7
Políticas Governamentais	14,0	4,7	14,3	20,0
Clima Econômico	10,8	0,0	7,1	8,6
Composição da População Percebida	10,8	0,0	4,8	5,7
Características da Força de Trabalho	5,4	4,7	16,7	14,3
Educ/ Capacitação	4,3	34,9	26,2	40,0
Informações	4,3	18,6	2,4	14,3
Internacionalização	4,3	0,0	2,4	5,7
Apoio Financeiro	3,2	44,2	31,0	5,7
Contexto Político, Institucional e Social	2,2	14,0	11,9	5,7
Acesso à Infraestrutura Física	1,1	14,0	11,9	5,7
Infraestrutura Comercial e Profissional	1,1	9,3	23,8	0,0
Diferenças Devidas ao porte da Empresa	1,1	0,0	0,0	2,9
Crise Internacional	0,0	0,0	0,0	0,0
Custos do Trabalho, Acesso e Regulamentação	0,0	0,0	0,0	2,9

Fonte: Lima *et al.*, 2016, p. 88

Qualquer formulador de políticas públicas que deseje transformar o ambiente interno em uma estrutura capaz de gerar inovação, observar a prática estadunidense, pois, sua tradição neste campo é ampla e muito à frente de países como o Brasil. Com relação a atual situação geral do empreendedorismo nos EUA, há que se fazer uma ressalva: há atualmente uma preocupação interna no país com relação a diminuição do ritmo do empreendedorismo na economia, como demonstra a equipe sueca do GEM (Gráfico 1) e a própria *Kauffman Foundation*, como indica o seu Guia para Governos Locais e Estaduais para Promoção do Empreendedorismo:

In the late 1970s, about 15 percent of all businesses in the United States were new; in 2011, that number hovered around 8 percent. Even the high-powered technology industry has succumbed to this trend. Not only are there fewer new firms today than in the past, but those startups that do exist are creating fewer jobs. This decline in startup activity has occurred across the country. (MONTROYANA; WEINS, 2015, p. 1)

Em pesquisa intitulada de “*Understanding the U.S National Innovation System*”, (ATKINSON, R, 2014), da “*Information Technology & Innovation Foundation*” (ITIF)²⁹, o Sistema Estadunidense de Inovação (SEI) é descrito através da figura de um “Triângulo de sucesso para a Inovação” (*innovation success triangle*), onde em um lado está o “**ambiente de negócios**”, no outro o “**ambiente Comercial, Tributário e Regulatório**”, e, no último lado o “**Sistema de Política de Inovação**”.

One way to conceptually organize all the factors determining innovation in a nation is to think of an innovation success triangle, with business environment factors along one side of the triangle, the trade, tax and regulatory environment along another, and the innovation policy environment along the third. Success requires correctly structuring all three sides of the innovation triangle. (ATKINSON, R, 2014, p. 2)

²⁹Fundada em 2006 na Capital Federal Washigton D.C/EUA, a **ITIF** é um instituto e independente de pesquisa e educação sem fins lucrativos, independente, que tem como missão formular, avaliar e promover soluções políticas que acelerem a inovação e aumentem a produtividade para estimular o crescimento, a oportunidade e o progresso. O objetivo do ITIF é fornecer aos formuladores de políticas em todo o mundo informações, análises e recomendações de alta qualidade nas quais possam confiar. Disponível em: <<https://itif.org/about>>. Acesso em 26 de Novembro de 2018.

Um **Ambiente de Negócios Eficaz** inclui as instituições, atividades e capacidades da comunidade empresarial de uma economia, bem como as atitudes e práticas sociais mais amplas que possibilitam a inovação. Fatores específicos para os negócios incluem: habilidades de gerenciamento executivo de alta qualidade; TIC forte (tecnologia da informação e comunicação); níveis robustos de empreendedorismo; mercados de capital vibrantes que apoiam a tomada de risco e permitem que o capital flua para investimentos inovadores e produtivos com facilidade e eficiência; e um ambiente de investimento empresarial que atinge o equilíbrio certo entre metas de curto e longo prazo. Os fatores mais abrangentes incluem: aceitação pública e adoção da; uma cultura em que a cooperação e colaboração inter-organizacional é abraçada; e uma tolerância de falha ao tentar iniciar novos negócios.

Um **Ambiente Eficaz de Comércio, Impostos e Regulamentação** apresenta um regime de comércio aberto e competitivo, incluindo esforços sérios do governo para proteger seus negócios. O Governo precisa criar um clima regulatório que apoie (ao invés de bloquear) os inovadores e que crie as condições para estimular ainda mais a inovação e a entrada no mercado, ao mesmo tempo em que proporciona mais flexibilidade e eficiência regulatória para setores comercializados.

Um **sistema de políticas de inovação** inclui: apoio generoso a investimentos públicos em infraestrutura de inovação (incluindo sistemas de ciência, tecnologia e transferência de tecnologia); suporte para infraestruturas de tecnologia digital (como redes inteligentes, banda larga, TI de saúde, sistemas de transporte inteligentes, governo eletrônico, etc.); direcionamento de P & D para áreas específicas de tecnologia ou pesquisa industrial; financiamento de parcerias setoriais de pesquisa setor-universidade-governo; reformulação do código tributário e corporativo para estimular a inovação e o investimento em TI, incluindo incentivos de P & D e equipamentos de capital e de software; uma estratégia de habilidades, incluindo imigração de alta qualificação e suporte para educação em ciência, tecnologia, engenharia e matemática; encorajar a adoção de tecnologia do setor privado, especialmente por fabricantes de pequeno e médio porte; apoiar os *clusters* tecnológicos da indústria regional e os esforços de desenvolvimento econômico baseados na tecnologia regional; políticas ativas para estimular a transformação digital nos setores privado e sem fins lucrativos; e defendendo a inovação no setor público. (ATKINSON, R, 2014)

‘FIGURA 9

Triângulo de Sucesso para a Inovação.



Fonte: Disponível em: <http://park12.wakwak.com/~kobakan/contents/1807_innovationeconomics_R.html>. Acesso em 26 de Nov. de 2018.

Os EUA tem sido a sociedade mais dedicada no objetivo de criar um ambiente interno favorável para o empreendedorismo, tanto o comum quando o inovar, sendo esta última área, aquela em que este Estado-Nação tem tido supremacia desde o final da Segunda Guerra Mundial, sendo seguido por um tempo pela União Soviética, concorrente que foi capaz, por exemplo, de chegar primeiro na órbita planetária, lançar o primeiro satélite artificial e outros feitos tecnológicos inovadores.

Ainda assim, tem sido observadas diminuições no seu ritmo econômico na última década, o que representa uma ameaça ao seu poder internacional em longo prazo. Além disso, outras economias que vem se esforçando para promover o empreendedorismo como a China, tem apresentado uma ameaça para muitos estadunidenses, o que atualmente está em evidencia através da política externa atual do “Governo *Trump*” e de sua Guerra Comercial contra os chineses, seus atuais principais concorrentes.

4.4.2. China.

A China até a década de 1980 era uma economia basicamente agrária, e, atualmente já é

a economia que mais exporta³⁰ tecnologia no mundo. A capacidade atual dos chineses em assimilar e criar novas tecnologias é, conforme a análise a baixo, resultado de uma política pública que há mais de quatro décadas vem desenvolvendo o país na potencia mundial em que está se tornando. Porém esta cultura inovadora não é novidade para esse povo milenar.

Segundo matéria da Revista Superinteressante³¹, o povo chinês há milênios tem se mostrado inovador, ao introduzir no mundo novos produtos e técnicas de suma importância. Algumas das mais importantes invenções que se destacam são: O PAPEL; A PÓLVORA A SERICICULTURA: técnica de criação de larvas para a obtenção de seda, criada por volta do ano 5.000 a. C.; O PAPEL-MOEDA: que, devido à falta de cobre, a dinastia Tang introduziu esse novo sistema monetário no ano 806, mais de 800 anos antes de o papel-moeda surgir na Europa; A BÚSSOLA: no século 4 a.C.; O GARFO; O MACARRÃO que, de acordo com a lenda, o explorador italiano Marco Polo levou a massa da China para a Europa no ano 1292; Os SINOS, inventados em meados de 3.000 a.C.; O CARRINHO DE MÃO; A PIPA; O SISMÓGRAFO: Versões rudimentares foram inventadas pelos chineses por volta de 132 a.C, mas indicavam apenas a direção do epicentro do terremoto; FOGOS DE ARTIFÍCIO, inventados na China há cerca de mil anos, logo após a invenção da pólvora.; A ESCOVA DE DENTES; DOMINÓ: O jogo foi criado pelo soldado chinês Hung Ming, que viveu de 243 a.C. a 182 a.C.; NÚMEROS NEGATIVOS: Apareceram pela primeira vez no livro Nove capítulos sobre a Arte da Matemática, da Dinastia Han (202 a.C. - 220 d.C.); A CÂMERA PINHOLE: Esta câmera sem lentes e apenas uma pequena abertura foi descrita pela primeira vez no século 5, pelo filósofo Mo Jing; A TINTA; JOGOS DE CARTA; O ESTRIBO; O PAPEL HIGIÊNICO; PARAQUEDAS: há relatos de acrobatas chineses que flutuavam sobre a terra usando guarda-chuvas que datam de 90 a.C.

A China atualmente é um dos maiores exemplos entre as economias arquitetadas para produção de inovação. Hoje esta economia produz o segundo maior PIB entre os Estados-Nações

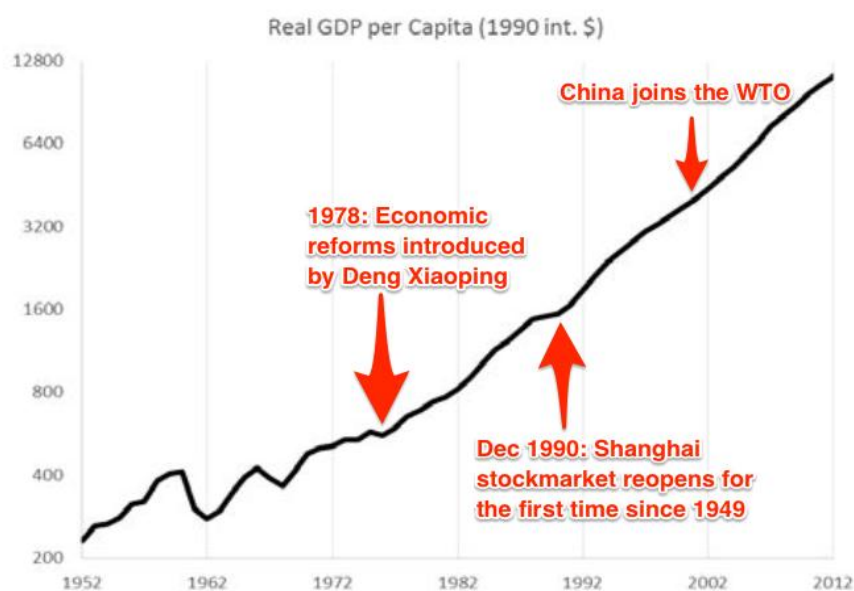
³⁰Em 2016, a **China exportou US \$ 2,27 Trilhões**, tornando-se o **maior exportador do mundo**. A renda per capita do país é de **US\$ 15,5 mil dólares**. Disponível em: <<https://atlas.media.mit.edu/pt/profile/country/chn/>> Acesso em 3 de novembro de 2018.

³¹**Conheça 25 grandes invenções chinesas**. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/galeria/conheca-25-grandes-invencoes-chinesas/>>. Acesso em 18 de novembro de 2018.

da Comunidade Internacional³². A China é hoje considerada como sendo o maior fenômeno econômico das últimas duas décadas, apresentando forte aumento anual de seu PIB na casa de 10% ao ano e, boa parte disso foi conquistado, sem dúvida, devido aos incentivos por parte do Governo Chinês para a promoção de inovação tecnológica, a partir de medidas reformistas ocorridas no governo de Deng Xiaoping em 1978.

GRÁFICO 5

Crescimento do PIB chinês de 1952 - 2012.



Fonte: Disponível em: <https://www.weforum.org/agenda/2015/07/brief-history-of-china-economic-growth/>. Acesso em 27 de nov. de 2018.

Segundo o GEM (LIMA *et al*, 2017, p. 88), os principais fatores que favorecem o empreendedorismo e a inovação na China são: as políticas governamentais (69,2%) e o apoio financeiro existente (26,9%). Tomando esses dados em conjunto, a hipótese que pode ser levantada é que a existência de políticas governamentais seria mais favorável, ou pelo menos está produzindo melhores resultados, do que programas governamentais. Para a equipe brasileira do GEM (LIMA *et al*, 2017, p. 74), em relação ao potencial de inovação em “empreendedores

³²O PIB da China em 2017 foi de US\$ 12.237,70 trilhões de dólares. Disponível em: <<https://pt.tradingeconomics.com/country-list/gdp>> Acesso em 3 de novembro de 2018.

iniciais”, o país com maior percentual de inovação em produto ou serviço é a China (76,9%), seguido pela Índia (62,6%) e pela África do Sul (47,9%). O Brasil apresenta o segundo menor percentual (20,4%) acima apenas da Rússia (17,5%). Apesar de todos estes países citados serem considerados em desenvolvimento, os percentuais podem refletir seus investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

TABELA 5

Percentual dos empreendedores iniciais segundo às características relacionadas à inovação dos produtos e serviços produzidos pelos seus empreendimentos.

Países	% de empreendedores iniciais			
	Produto/ serviço novo para alguns ou para todos	Poucos ou nenhum concorrente	Tecnologia com menos 5 anos	Consumidores no exterior
Brasil	20,4	48,5	4,0	1,8
África do Sul	47,9	43,3	55,1	53,1
Alemanha	38,4	47,5	23,0	68,1
China	76,9	33,3	35,4	34,7
Estados Unidos	47,6	61,6	28,4	85,1
Índia	62,6	44,1	55,7	53,0
México	37,7	44,6	15,5	24,0
Rússia	17,5	27,8	23,6	2,7

Fonte: Lima *et al*, 2016, p. 74

A China, além de figurar em primeiro lugar entre os empreendedores iniciais com inovação, também está na primeira colocação em potencial de inovação para os “empreendedores estabelecidos”, com uma taxa em 2016 de 82,1%, em quanto que o Brasil apresentou nesse período, uma taxa de 21,2%.

TABELA 6

Percentual dos empreendedores estabelecidos, segundo as características relacionadas à inovação dos produtos e serviços produzidos pelos seus empreendimentos.

Países	% de empreendedores estabelecidos			
	Produto/ serviço novo para alguns ou para todos	Poucos ou nenhum concorrente	Tecnologia com menos 5 anos	Consumidores no exterior
Brasil	21,2	32,1	4,0	1,4
África do Sul	52,2	34,0	53,2	67,1
Alemanha	19,3	32,4	6,9	44,3
China	82,1	47,5	38,5	33,8
Estados Unidos	24,6	34,1	9,0	77,9
Índia	53,3	51,7	40,4	39,6
México	15,8	43,2	2,4	20,7
Rússia	25,3	29,6	24,0	13,3

Fonte: Lima *et al*, 2016, p. 75

Com estes dados é possível notar como é inquestionável o crescimento da cultura empreendedora na China, deixando-a à frente até mesmo dos EUA em relação a criação de novos empreendimentos. Com relação ao Brasil a diferença é ainda maior. Esses resultados auxiliaram o sucesso econômico chinês até o momento. Mas como um país que estava atrasado em meados da década de 1980, se transformou nessa potência econômica global? No livro *Diplomacia, desenvolvimento e sistemas nacionais de inovação: estudo comparado entre Brasil, China e Reino Unido* (FUNAG, 2011), o autor Ademar Seabra da Cruz Jr., observa que o crescimento econômico acelerado da China foi resultado de uma série de políticas de abertura econômica implementadas por Deng Xiaoping³³ a partir de 1978. O nível de crescimento que o país vem

³³**Deng Xiaoping** foi um político e líder comunista-chinês nascido na província de Sichuan, principal inspirador da reação contra o maofismo e da introdução das últimas grandes reformas políticas e econômicas na China (1980-1990) [...] Implantou a economia de mercado e realizou uma política de aproximação com o Japão e os Estados Unidos,

apresentando desde então, se tornou um símbolo contemporâneo da sociedade chinesa, criando um estereótipo dela, sendo uma espécie de “definidor de identidade nacional da China contemporânea” perante a Comunidade Internacional. Cruz Junior indica que:

Sua transformação produtiva e capacidade de geração de riqueza em larga escala, no espaço de duas décadas, teria como paralelo, ainda que em menor dimensão, os Estados Unidos das primeiras décadas do século XX e a Inglaterra no início do século XIX, na sequência da Revolução Industrial. (CRUZ JR, 2011, p.137)

Segundo Cruz Junior (2011) a sociedade contemporânea chinesa absorveu a ideia de que a ciência e a tecnologia (C&T) elevou o status do povo ao competir de igual com as grandes potências, se tornando hoje um exemplo mundial. Essa percepção adveio a partir da consciência de que se não fosse a C&T, as transformações sociais que ocorrem no país não existiria tal como o é agora, processo este que, ao retirar a sociedade de uma condição geral de pobreza, atraso, superstição e introspecção, a levou a, inclusive, cogitar missões tripuladas à lua e o desenvolvimento de terapias genéticas de ponta para a cura do câncer.

[...] a OCDE anunciou em dezembro de 2006 que a China havia ultrapassado o Japão e se tornado o **segundo maior investidor em P&D no mundo**, em termos absolutos, atrás dos Estados Unidos. Somente o governo central desembolsou em 2006 US\$ 7,1 bilhões (o dobro, em linhas gerais, do *orçamento geral* do MCT brasileiro para 2008) em atividades de P&D, US\$ 2,3 bilhões a mais que o governo britânico. (CRUZ JR, 2011, p. 138)

Desde as reformas de Deng Xiaoping (que tinha como lema “a ciência é a primeira força produtiva”) a importância da C&T tem se enraizado na sociedade, como demonstra estudos e pesquisas sobre o tema. Em 2007, por exemplo, foi realizada uma pesquisa na China, conduzida pela Associação Chinesa de Ciência e Tecnologia com a cobertura de 31 províncias (ou estados, como são chamados no Brasil) sobre a atitude do povo em relação à C&T. Esta pesquisa entrevistou mais de 10 mil pessoas sobre o prestígio de todas as profissões e atividades profissionais no país, e, concluiu que professores, cientistas e pesquisadores figuram como os

atraindo capitais estrangeiros para o país. Reaproximou-se do governo soviético (1989) e, junto com Mikhail Gorbachev, anunciou a normalização das relações entre a China e a União Soviética. No campo político manteve-se irredutível na defesa de um partido único, com rigoroso controle sobre qualquer oposição.

mais respeitados entre todos os outros tipos de profissionais.

Mais de 40% dos entrevistados desejam que seus filhos sejam cientistas e, ainda mais importante, as entrevistas indicaram que a sociedade acalenta altas expectativas em relação ao papel da ciência para o futuro da China: 81,9% dos entrevistados declararam que a ciência moderna e a tecnologia trarão melhores condições de vida para seus filhos e maiores oportunidades de desenvolvimento para o país. (CRUZ JR, 2011, p. 139)

A pesquisa deixou claro que os esforços para arquitetar e manter um sistema econômico com a marca da inovação tecnológica conta, na China, com amplo apoio popular, legitimando a sua condução pelo Partido Comunista Chinês que, ao reformar radicalmente o sistema de gestão científico-tecnológico do país em março de 1985. Tal reforma tinha como principais bandeiras elevar a C&T como fatores decisivos das novas forças produtivas. Também foi importante nessa nova fase econômica a política de “Portas abertas” aos outros países para buscar cooperação para o desenvolvimento, o que, para um país comunista fechado, foi um grande marco.

A incorporação da inovação ao processo de desenvolvimento corresponde a uma lógica de afastamento de dois períodos antitéticos da história econômica do país: o primeiro, da Revolução de 1949 até a morte de Mao Tsé-Tung, calcado no planejamento central absoluto e tentacular da atividade econômica, por todos os poros da sociedade; o segundo corresponde aos tempos em que se praticou uma espécie de modelo linear-liberal, segundo o qual a disponibilização da infraestrutura científica e tecnológica do Estado às empresas e ao setor privado gerariam transbordamentos na economia e apropriação das inovações geradas pelas indústrias beneficiadas. (CRUZ JR, 2011, p. 140)

Até o momento, os resultados econômicos da economia chinesa têm demonstrado ganhos exponenciais e o balanço geral de quase três décadas dessa política é claramente positivo. O plano de Xiaoping em reformar as estruturas a fim de alcançar a modernização em quatro campos principais (agricultura, indústria, defesa e C&T) tem sido reconhecido como um sucesso no mundo e, integrou uma economia fechada, na dinâmica globalizada das economias abertas.

Em termos de instituições que promovem a inovação na China e que caracterizam um **Sistema Chinês de Inovação (SCI)**, duas se destacam, sendo a primeira, o Ministério do

Ciência e Tecnologia da China (MOST)³⁴ que tem como atual missão gerar “inovação autônoma” e desenvolver uma multiplicidade de setores industriais da China. CRUZ JR. (2011, p. 153) viu que os principais objetivos do MOST para o Sistema Chinês de Inovação (SCI), são: Formular estratégias, definir áreas estratégicas e políticas (*policies*) e propor leis e regulamentos para a área de C&T; promover a construção do SCI (para o que deverá “promover sinergias entre empresas, universidades e institutos de pesquisa, promover a aplicação e a verificação de descobertas científicas e processos tecnológicos e aprimorar a capacidade inovadora das empresas”); conduzir pesquisas sobre temas fundamentais de C&T relacionados ao desenvolvimento econômico e social; propor e implementar reformas do sistema científico-tecnológico; formular políticas para fortalecer a base de pesquisa, desenvolvimento e industrialização de produtos de alto conteúdo tecnológico (“*high-tech*”); conceber e implementar programas de financiamento de pesquisa aplicada voltada para a criação de parques científicos e incubadoras e induzir as firmas a inovar; idealizar medidas para incrementar investimentos em C&T; “encorajar talentos” para a ciência e tecnologia (minhas aspas) e alocar recursos humanos para a pesquisa e o desenvolvimento científico-tecnológico; e promover intercâmbio, parcerias e cooperação internacionais em C&T.

Além do MOST, a China ainda conta com outra instituição com prestígio ainda maior que a do MOST, a “**Academia Chinesa de Ciências (ACC)**” fundada em 1949. Segundo Cruz Jr (2011), para aferir o prestígio e a influência de que desfruta a Academia na China e no mundo, vale ressaltar que figura como a quarta instituição de pesquisa mais citada no mundo em artigos sobre nanociência e nanotecnologia, atrás da Universidade da Califórnia em Berkeley, do MIT e do centro de pesquisas da IBM. Outras conquistas expressivas registradas pela Academia incluem o mapeamento e o sequenciamento genético do arroz; pesquisas de ponta em engenharia genética, com clonagem de plantas e animais; desenvolvimento de mais de 50 novos medicamentos; e suas contribuições para os programas nuclear, espacial e na área de ciências básicas (especialmente física da estrutura básica da matéria).

³⁴O **MOST** (criado em 1998 e sucedâneo da antiga Comissão Estatal de Ciência e Tecnologia) vinha sendo tradicionalmente o ator primordial do SCI, enfiando responsabilidades para a implementação e financiamento dos diversos programas [...] bem como tem a seu cargo os programas de cooperação e parcerias internacionais e a supervisão das 32 zonas de desenvolvimento tecnológico e 53 zonas de desenvolvimento de tecnologias industriais avançadas anteriormente mencionadas, o que por si só já lhe asseguraria primazia e destaque na coordenação e supervisão do sistema. (CRUZ JR, 2011, p. 152)

No que se refere aos recursos humanos que alimentam o SCI, Cruz Jr demonstra que no topo dele está o “**sistema universitário**”, principal ator na busca da inovação. Para se ter ideia do tamanho da comunidade universitária do país, em 2011 a China contava com mais de 6 milhões de estudantes de graduação (número cinco vezes maior que em meados dos anos 1990), e nesse período resultados grandiosos foram conquistados, como a conquista do segundo lugar no ranking mundial na produção de conhecimento na área de nanotecnologia.

Mais impressionante nesse contingente de pesquisadores é o fato de 41% estarem dedicados a estudos de ciências básicas e engenharias (contra cerca de 10% no Brasil). Outros 14% na China estudam “literatura” e apenas 6,7% medicina. O sistema universitário da China compreende 1.772 universidades, 678 das quais com atividades de P&D, abrigando 87 laboratórios estatais estratégicos para o país. (CRUZ JR., 2011, p. 156-157)

Grande parte do êxito econômico que o país vem apresentando resulta da produção e da exportação de produtos de alto valor agregado tecnológico oriundos da estrutura das multinacionais que se instalaram no território chinês após as reformas de Xiaoping. A pesquisa de C&T que estas promovem, acabam não “transbordando” para as empresas nacionais públicas ou privadas, que apresentam baixa produtividade de inovação, o que se configura hoje como o principal problema enfrentado pelo governo na busca por uma maior independência econômica e tecnológica. “A grande e complexa estrutura institucional do SCI privilegiou a formação de uma das maiores bases de pesquisa científica e tecnológica do mundo, mas **não foi ainda capaz de gerar um genuíno sistema autóctone de inovação.**” (CRUZ JR, 2011, p. 150, grifo meu)

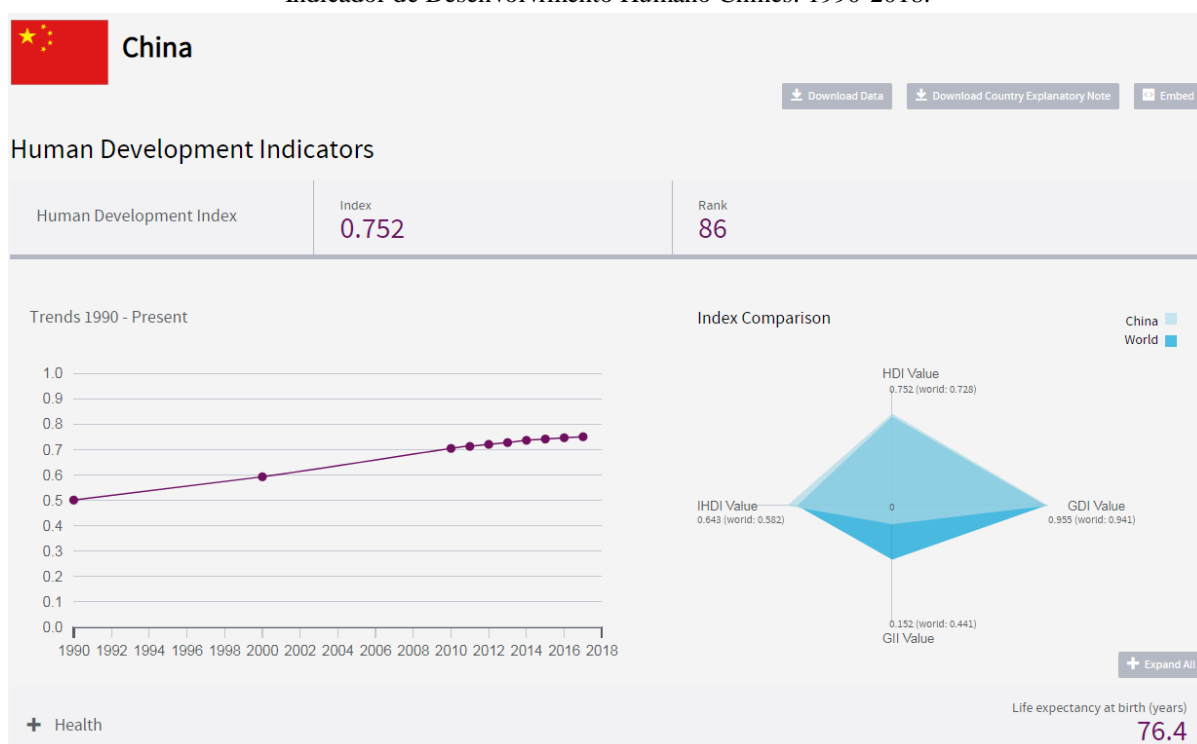
Devido a isso, o MOST veio a perder parcelas do seu poder em favor do **Programa 2006-2020**, gerenciado pela Comissão Nacional de Reforma e Desenvolvimento e do Ministério das Finanças, que são agora responsáveis pela maior parte das 99 ações contempladas no programa. O objetivo maior do programa é desse modo, gerar um sistema com características “autênticas”. O governo, as universidades, empresas e centros de pesquisa vêm desde 2006, sendo orientados a perseguir esse objetivo estratégico primordial e base de uma política industrial, produtiva e de C&T de Estado: a inovação independente.

Para isso a política interna precisou ser modificada dando ao governo um aspecto bem mais profissional e técnico nessa área do que partidário. A fim de promover esta mudança o

governo solicitou a muitos cientistas que estavam fora do país, a retornar, inclusive os opositores declarados ao regime comunista de Pequim. Todas estas medidas também buscam diminuir outro problema fundamental do SCI, que é a “[...] **proverbial desconexão entre oferta e demanda de ciência e conhecimento e o aparato produtivo chinês.**” (CRUZ JR, 2011, p. 160, grifo meu)

Desde que essas reformas foram propostas na década de 1980 o país tem demonstrado desenvolvimento educacional, tecnológico e da qualidade de vida de seus habitantes, levando a crer que quanto mais se investe em empreendedorismo e inovação, a economia consegue propiciar um ambiente social mais equitativo.

FIGURA 10
Indicador de Desenvolvimento Humano Chinês: 1990-2018.



Fonte: Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/countries/profiles/CHN#>> Acesso em 13 de Nov. 2018.

Conforme a figura a cima, a qualidade de vida do cidadão chinês vem aumentando desde, pelo menos, o início da década de 1990. Esse período é justamente aquele em que se tornou evidente a importância da C& T, da inovação e do empreendedorismo para o país. “[...] o valor das exportações de produtos de alto componente tecnológico partiu de uma base inexpressiva em 1990, de apenas US\$ 2,9 bilhões, para os US\$ 281,4 bilhões atuais.” (CRUZ JR, 2011, p. 163)

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), usado a cima como parâmetro para conferir as mudanças sociais a partir da Política de Xiaoping, é uma medida resumida do progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. O conceito de desenvolvimento humano nasceu definido como um processo de ampliação das escolhas das pessoas para que elas tenham capacidades e oportunidades para ser aquilo que desejam ser³⁵. O objetivo da criação do IDH foi o de oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento.

Outro projeto ousado foi lançado no ano de 2015 chamado “*Made in China 2025*”. Este mais recente conjunto de políticas públicas do estado chinês visa transformar o país, hoje uma espécie de galpão industrial do mundo, em líder tecnológico global, incluindo setores como biotecnologia, robótica, tecnologia aeroespacial e automóveis movidos com energia limpa. Este plano visa acabar com a atual dependência tecnológica e científica com relação aos países do ocidente, elevando a China ao domínio dos campos mais essenciais para a indústria de ponta.

Segundo reportagem do portal UOL, dos jornalistas Taís Laporta e Helton Gomes, de abril de 2018, a atual Guerra Comercial que os EUA empreendem à China, teve impulso exatamente após esse lançamento, haja vista a capacidade atual dos chineses que, embora ainda menor em termos de produtividade em comparação ao dos EUA, está próxima de atingir esta independência e de competir no mesmo nível.³⁶

Na matéria do jornalista *Nik Martin* publicada pelo portal de notícias UOL em Julho de 2018, as tensões entre chineses, de um lado, e americanos e europeus, do outro, cresceram nos últimos dois anos devido à postura de Pequim de permitir investimentos de empresas chinesas no setor de tecnologia dos EUA e da Europa, ao mesmo tempo restringindo o acesso a seu próprio setor de tecnologia.³⁷ Para esta matéria, o governo estadunidense tem lançado medidas tal como elevações de tarifas aduaneiras aos produtos chineses como retaliação ao que o governo vem

³⁵Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html>> Acesso em 13 de novembro de 2018.

³⁶**Entenda a ‘guerra comercial’ entre EUA e China e como ela pode afetar a economia mundial.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/entenda-a-guerra-comercial-entre-eua-e-china-e-como-ela-pode-afetar-a-economia-mundial.ghtml>>. Acesso em 18 de novembro de 2011.

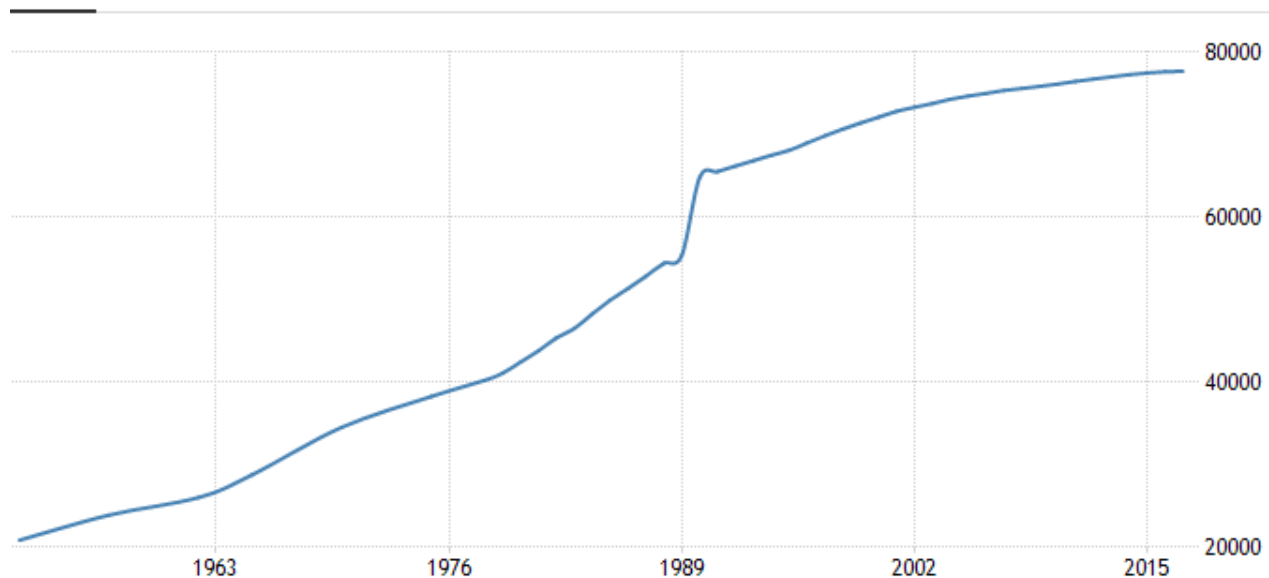
³⁷**Como projeto Made in China de 2025 de supremacia tecnológica ameaça os EUA.** Disponível em: <<https://tecnologia.uol.com.br/noticias/redacao/2018/07/04/como-projeto-made-in-china-2025-de-supremacia-tecnologica-ameaca-os-eua.htm>> Acesso em 13 e Novembro de 2018.

chamando de “roubo de propriedade intelectual” que a China vem empreendendo. Além disso, o governo Trump vem impondo empecilhos para que este ambicioso plano de independência tecnológica chinesa tenha sucesso. De fato, como evidenciam os “Realistas” na Teoria das Relações Internacionais, os governos de Estados Soberanos são impelidos à competição entre si, e, em nome da “Segurança Nacional” ou, da “Razão de Estado”, estão sempre à procura de manter o que tem e, muitas vezes como no passado, conquistar mais.

Assim se configura o principal conjunto de esforços chineses em busca da inovação. O empreendedorismo (tanto o comum quanto o inovador) como forma de geração de empregos, renda, de bem-estar social, nas trocas comerciais com outros países, e, principalmente nas inovações que estimulam o desenvolvimento da economia, é de suma importância para o sucesso dessa nação, que outrora era muito fechada, mas que vem abrindo a sua sociedade para o mundo através do comércio e da tecnologia. Por fim, o gráfico a seguir demonstra a importância das políticas em prol da inovação e modernização na economia chinesa, que vem ocorrendo a partir dos anos 1990, pois, claramente a taxa de crescimento de empregos após 1989 sofreu um aumento considerável, auxiliando ao crescimento robusto que essa economia apresenta atualmente.

GRÁFICO 6

Índice de emprego da China – 1950-2018



Fonte: < <https://tradingeconomics.com/china/employed-persons>>. Acesso em 15 de Jan. 2018.

4.4.3. Reino Unido.

Tendo sido analisado a importância que a política voltada ao empreendedorismo e à inovação tem tido para as economias estadunidense e chinesa, agora será analisado o caso britânico. Conforme já observado no “Gráfico 1”, o Reino Unido encontra-se na terceira posição em número de novos empreendimentos mundiais, conforme análise do GEM de 2016, estando atrás somente da China e dos EUA, primeiro e segundo lugares.

A análise a seguir fundamenta-se na obra “Diplomacia, desenvolvimento e sistemas nacionais de inovação: estudo comparado entre Brasil, China e Reino Unido” (FUNAG, 2011), segundo a qual, o **Sistema Britânico de Inovação (SBI)** constitui um complexo e intrincado conjunto emaranhado “[...] de produção de conhecimento, indústrias, serviços, firmas, órgãos governamentais, setor privado e ação internacional, do Governo e das empresas, voltados para a criação de novos processos e produtos direcionados para o mercado.” (CRUZ JR, 2011, p. 181)

Segundo Cruz Jr. (2011) a obsessão britânica com o tema Inovação só é menor do que a dos estadunidenses, conclusão esta decorrida em consequência da percepção de que não há setor da economia e da sociedade que não estejam envolvidos com esse objetivo, tendo os seus estímulos sendo capitaneados pelo governo, pois há alguns anos mudanças vem sendo empreendidas em todas as pastas do governo para que o tema esteja na pauta de todos eles, conforme princípios de gestão que levam à prática inovadora em todos os órgãos. “Fator distintivo do SBI é o fato de estar orientado para a disseminação da inovação propriamente dita por toda a economia, não havendo uma preocupação específica com a promoção e avanço da C&T [...]” (CRUZ JR, 2011, p. 182)

Para os britânicos, detentores de mais de uma centena de “Prêmios Nobel” (no Reino Unido é comum se ouvir que Cambridge obteve mais Nobel’s do que a França inteira, conforme tradição histórica de competição entre as duas nações), este número impressionante (haja visto que o Brasil sequer possui um Nobel) se deve a feitos inovadores tais como:

[...] o desenvolvimento de terapias genéticas, exame de DNA para identificação individual, o primeiro transplante triplo, a criação da Internet, o desenvolvimento da linguagem HTML, do protocolo

HTTP e do localizador URL, a criação da Universidade Aberta e do ensino a distância, a terapia de anticorpos monoclonais, a descoberta da penicilina, da estrutura do DNA e a invenção do método para o seu sequenciamento. (CRUZ JR, 2011, p. 182)

O SBI desfruta de uma estrutura de séculos de êxito na busca pelo novo através de observações, experimentações que levaram este Estado a se tornar figura central no controle, por exemplo, de forças naturais tais como a eletricidade, uma das mais importantes criações deste período em que o próprio Reino Unido conduziu o mundo a Revolução Industrial, elevando essa nação ao posto de superpotência global em algumas décadas, posto perdido somente com o advento das Guerras Mundiais do Século XX. A concepção de inovação transversal do atual SBI, já havia em sua essência embasamento teórico de inovação que remonta a produção intelectual daquele país desde o começo do século XVII.

A reflexão sistemática sobre as bases metodológicas e epistemológicas da ciência no Ocidente remonta a pelo menos 1620, com a publicação, por Francis Bacon, de seu *Novum Organum*. Mais que uma curiosidade científica, a referência à obra remete às bases analíticas, experimentais, indutivas e pragmáticas da ciência britânica, que por meio do pensamento de Bacon rompeu, de maneira radical, com a tradição científica especulativa herdada do pensamento de Aristóteles até então predominante na Europa. (CRUZ JR, 2011, p. 184)

Cientistas britânicos tais como Darwin, Newton e Faraday, cada um desses iniciadores de verdadeiras revoluções científicas de impactos globais, tiveram como apoio em suas descobertas o auxílio da cultura britânica de concepção empírica e pragmática que elevaram o país a este patamar de grande produtor de pesquisa, ciência e tecnologia.

Em matéria divulgada em Janeiro de 2013, o jornal *Telegraph*³⁸ lista as “50 maiores invenções britânicas”. Alguns dos mais importantes são: Telescópio Refletor: Isaac Newton, 1668; Semeadeira: Jethro Tull, 1701; Cronômetro marinho: John Harrison, 1761; Prensa hidráulica: Joseph Bramah, 1795; Motor a vapor: Richard Trevithick, 1801; Planador: George

³⁸**Greatest 50 British inventions: full list.** Disponível em: <<https://www.telegraph.co.uk/news/science/science-news/9787698/Greatest-50-British-inventions-full-list.html>>. Acesso em 15 de novembro de 2018.

Cayley, 1804; Extintor de incêndio moderno: George William Manby, 1818; Motor elétrico: Michael Faraday, 1821; Cimento: Joseph Aspdin, 1824; Ferrovia de passageiros: George Stephenson, 1825; Cortador de grama: Edwin Beard Budding, 1827; Telégrafo elétrico: Charles Wheatstone e William Cooke, 1837; Seringa hipodérmica: Alexander Wood, 1853; Sistema de esgoto: Joseph Bazalgette, 1865; Torpedo Moderno: Robert Whitehead, 1866; Telefone: Alexander Graham Bell, 1876; Lâmpada: Joseph Swan, 1880; Turbina a vapor: Charles Parsons, 1884; Bicicleta de segurança: John Kemp Stanley, 1885; Pneu pneumático: John Boyd Dunlop, 1887; Garrafa térmica: Sir James Dewar, 1892; Aspirador elétrico: Hubert Cecil Booth, 1901; Freios a disco: Frederick William Lanchester, 1902; Aço Inoxidável: Harry Brearley, 1913; Tanque militar: Ernest Swinton, 1914; Televisão: John Logie Baird, 1925; Catseye: Percy Shaw, 1933; Motor a jato: Frank Whittle, 1937; Computador programável eletrônico: Tommy Flowers, 1943; Hovercraft: Christopher Cockerell, 1953; Fibra de carbono: engenheiros da Royal Aircraft Establishment, 1963; Caixa Automático Bancário: John Shepherd-Barron, 1967; World Wide Web: Tim Berners-Lee, 1989; Esterilizador: Ian Helmore, c. 2008.

Para manter o ritmo de criações inovadoras, o SBI age de forma “amplamente transversal” na sociedade britânica, envolvendo todos os setores dela em uma busca sutil por técnicas inovadoras (ou novas combinações schumpeterianas), o que, segundo Cruz Jr (2011), demonstra que a atitude geral do governo britânico é fundamentada na noção de que a inovação transcende a esfera de formulação política, trazendo o fator “inovação” parte fundamental do próprio ato de governar, seja qual for a conduta ideológica de quem ocupa o Executivo, e o resultado disso, são estudos e pesquisas de relevância mundial, pois, com cerca de apenas 1% da população mundial (em 2011), o Reino Unido despontava naquela altura com uma produção bibliométrica que contava com 12% das citações internacionais e 13,4% das citações de maior impacto na comunidade científica internacional, produção conquistada devido à própria dinâmica da sociedade em busca das novas combinações de fatores de produção.

Toda esta atual estrutura do SBI lhe confere um caráter de uma política voltada para a “**inovação total**” adotada por todos os governos atuais como princípio norteador para condução da gestão, ao ponto de conferir ao sistema como um todo uma possibilidade de inclusive promover a sua auto-inovação, processo conhecido como “**meta-inovação**”. Essa estrutura moderna do SBI surgiu a partir do clima de estagnação econômica que a comunidade

internacional vinha enfrentando em meados dos anos 1970, quando a crise do petróleo havia empurrado economias desenvolvidas como a do Reino Unido em recessões.

A década de 70 e o início dos anos 80, após os dois choques do petróleo, foram de estancamento e descontrole da economia britânica, então marcada por longas interrupções de serviços públicos essenciais, cortes no fornecimento de energia, violentos conflitos trabalhistas e sindicais, racionamentos e desindustrialização. O desemprego campeava, a inflação vinha crescendo de maneira ininterrupta, o PIB per capita havia caído aos seus piores níveis desde a década de 30 e o Reino Unido havia sido ultrapassado pelos países da OCDE em termos de crescimento do PIB e produtividade do trabalho. Na órbita política, o Exército Republicano Irlandês (IRA) perpetrava diversos ataques a bomba a alvos militares e civis no Reino Unido. (CRUZ JR, 2011, p. 187)

Foi inclusive nesse contexto em que o Reino Unido, desnordeado pelas crises internas e externas, fora considerado pelos Soviéticos como os “doentes da Europa”, devido inclusive a qualidade de seus produtos e serviços terem diminuindo de qualidade, levando a credibilidade da economia do país para baixo, como ficou claro em um diálogo entre autoridades de Estado soviético e britânico no início dos anos 1980:

Em entrevista concedida ao canal público norte-americano PBS, em 14/09/2000, o ex-Ministro britânico da Indústria e Comércio, Lord Cecil Parkinson – artífice do programa de privatizações maciças do governo Thatcher, sobretudo das companhias de serviços públicos – relatou um diálogo que mantivera com seu homólogo soviético em 1981, em que este (que desfrutava da simpatia e da amizade do colega britânico) afirmou, com seriedade: ‘Cecil, não queremos aumentar nosso comércio com vocês. Seus produtos não são confiáveis; vocês estão sempre em greve, vocês nunca cumprem o prometido. A verdade é que vocês são o doente da Europa. (CRUZ JR, 2011, p. 187)

Tal como na China Maoísta, uma das maiores críticas à ineficiência da sociedade britânica na época era com certeza em relação a uma profunda desconexão entre conhecimento e produção e de desestímulos persistentes para inovar, sendo este o principal empecilho da economia britânica quando havia uma generalizada “[...] **separação entre produção e pesquisa científica**

institucionalizada se repetisse durante os críticos anos 1970-1985.” (CRUZ, 2011, p. 189, grifo meu)

A partir dessa constatação, procurou o governo britânico desde então a reconhecer o caráter holístico, transdisciplinar e transgovernamental da inovação, fazendo com que o próprio sistema seja estrutura para se auto-inovar, o que configurou uma política pública e força tarefa dos ocupantes do Executivo desde então, para a disseminação da sistemática inovadora, tal como já estavam fazendo os estadunidenses naquela altura, como indica à análise a cima. Como trunfo principal desse sistema, conforme visto nesta seção, é a inequívoca determinação dos consecutivos governos desse importante Estado, em fazer da inovação aspecto central e inicial da confecção das políticas públicas. Para esse quadro, contribuem elementos políticos tais como:

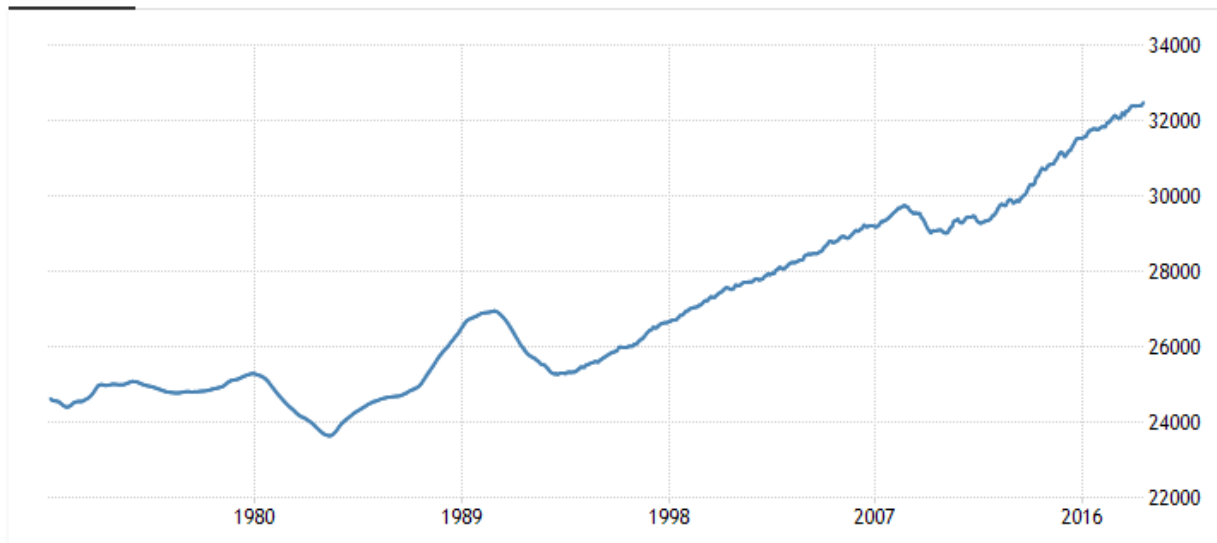
[...] grandes níveis de investimento público e privado em sua base de pesquisa [...]; de a inovação estar disseminada em uma ampla gama de serviços e setores da economia; sua dispersão setorial, geográfica, horizontal (entre estágios produtivos e etapas de aprendizagem) e vertical (nos três níveis de governo, na forma de **investimentos estrangeiros em P&D e nas políticas de capacitação das PME**); a **qualidade internacional de suas universidades e bases de pesquisa**; a flexibilidade e adaptabilidade à mudança; **as políticas de inovação** empreendidas **no próprio setor público**, que passaram a assumir parâmetros de exigência comparáveis aos da iniciativa privada; **o caráter aberto de sua economia e sociedade**; a extensão de sua base de cooperação internacional para a C,T&I; **a existência de um ambiente regulatório altamente satisfatório para investidores estrangeiros**; e uma trajetória de dependência fomentadora da tecnologia, da pesquisa científica e da inovação, que remonta aos séculos XVII e XVIII e ao alvorecer da Revolução Industrial. (CRUZ JR, 2011, p. 224-225, grifo meu)

Por fim, tem sido assim a condução de uma política britânica para a promoção de novas combinações de fatores de produção, sendo o governo a peça central na condução de estímulos para que o ambiente seja favorável a este fim, aliando a excelente produção acadêmica com tradição de centenas de anos, com as mais sofisticadas técnicas de aplicação industrial destas, num sistema aparentemente “oculto” devido a profunda dinâmica transversal que envolve todos os setores da sociedade na busca pelo inovar. A adoção desta política econômica empreendedora e voltada para a obtenção de inovações tirou a economia do país da crise em que se encontrava no

início dos anos 1980, elevando o seu PIB desde então (Gráfico 3) e gerou muitas vagas de emprego, conforme demonstra o gráfico a baixo:

GRÁFICO 7

índice de emprego do Reino Unido – 1950-2018



Fonte: < <https://tradingeconomics.com/united-kingdom/employed-persons>>. Acesso em 15 de Jan. 2018.

4.4.4. O caso brasileiro: há um sistema eficiente de inovação?

Segundo Cruz Jr. (2011) o **Sistema Nacional de Inovação (SNI)** expressa em si mesmo toda a dualidade característica da nossa sociedade. O sistema em si é resultado de esforços empreendidos pelo governo Fernando Henrique Cardoso em meados dos anos 1990 e, desde então tem ganho robustez ainda que com certo grau de ineficiência quando comparado a sistemas desenvolvidos mundo a fora, tal como o estadunidense, o britânico e o chinês, rapidamente analisados a cima. Ainda assim, a chamada “economia do conhecimento” trouxe impactos para a economia brasileira e a colocou no rol competitivo do cenário internacional, estabelecendo ganhos para a Balança Comercial nacional, por exemplo. Tais transformações vêm modificando a intensidade da pesquisa e desenvolvimento (P&D), aumentando a participação do setor privado na produção científica (tal como ocorre de forma generalizada nos EUA) de modo constante e crescente, “[...] reduzindo gradativamente a diferença em relação aos gastos públicos (Governo

Federal e governos estaduais), de modo que ambos setores respondem grosso modo por cerca de 50% da P&D cada um no país.”(CRUZ JR, 2011, p. 95)

Setores como o aeroespacial, material de transporte, químicos, máquinas e equipamentos, biocombustíveis e eletrônicos, vem ampliando as suas respectivas participações nas exportações brasileiras, ainda que, o setor agropecuário ainda seja o mais significativo para este índice. A P&D nesse setor tem se mostrado altamente competitiva haja visto, por exemplo, a alta produtividade dos biocombustíveis brasileiros por hectare, tornando o país líder mundial nesse quesito, uma das poucas áreas da ciência em que há inovações no país.

O aumento do valor agregado dos produtos exportados do país tem evidenciado que a inovação tem contribuído para a realização de um desenvolvimento produtivo de caráter sistêmico na economia nacional. Dessa forma, o esforço para alterar profundamente o padrão produtivo nacional da mesma forma que a China o fez na década de 1980, tem se consolidado, muito devido a ação dos mais “[...] diversos agentes econômicos brasileiros estariam, em sua maioria, segundo essa perspectiva mais otimista, valendo-se mais do intercâmbio e do apoio de agências governamentais e de polos de produção de conhecimento [...]” (CRUZ JR, 2011, p. 95)

Como a China, o Brasil apresenta baixa produção endógena de novas combinações de fatores de produção, pois, parte do aumento das atividades inovadoras das empresas nacionais tem sido dependente da compra de produtos de alto valor agregado das outras economias mais desenvolvidas. Essas aquisições somente se traduzem em verdadeira inovação para o Brasil, quando “[...] a tecnologia incorporada a máquinas e equipamentos pode ser livremente reproduzida ou aperfeiçoada endogenamente pela firma (por meio, por exemplo, de processos de engenharia reversa), em etapas posteriores de sua evolução.” (CRUZ JR, 2011, p. 96)

Diante das evidências de desindustrialização da economia nacional que há pelo menos uma década vem ocorrendo, pode-se dizer que há certo grau de desarticulação do SNI ainda, pois, o mesmo não consegue produzir resultados condizentes com a sua expectativa, visto que em economias que empreenderam esforços para isso já obtêm resultados incontestáveis, tal como a China que saiu de uma economia anêmica e fechada nos meados dos anos 1980 para a sua atual fase de sucesso internacional. Essa desarticulação entre a produção de conhecimento no país, a operação de mecanismos de transferência de tecnologia e a absorção do conhecimento pelo setor

privado, e a ainda baixa interatividade entre Governo Federal e o setor produtivo (o que ocorre de forma explícita nos EUA, na China e no Reino Unido), são responsáveis pelo tímido avanço da inovação brasileira, o que está evidente na caracterização da economia brasileira pelo GEM, ao alocar esta entre os países no estágio de Eficiência.

A dificuldade estrutural e de articulação entre os elementos que compõe o SNI, bem como os obstáculos que impedem um maior desempenho desses esforços, estão evidentes na “Pesquisa de Inovação Tecnológica”³⁹ (PINTEC) do ano de 2014, capitaneada pelo IBGE. Nesta edição foram analisados esses obstáculos, a partir da ótica de instituições privadas e empresas que empreenderam esforços em busca de inovar.

Segundo análise da “Revista Inovação” (revista eletrônica de P, D & I da Universidade Estadual de Campinas) datada do dia 7 de fevereiro de 2017, os resultados da PINTEC 2014, evidenciaram que os principais entraves para a inovação do setor privado no país, foram os econômicos.⁴⁰

A importância dos **elevados custos como obstáculo à inovação foi considerada alta ou média por 86%** das empresas inovadoras na indústria e 88,5% das empresas que inovaram em serviços. No setor de eletricidade e gás o maior gargalo foram os riscos, segundo 69,9% das empresas inovadoras [...] **os principais responsáveis pelo baixo desempenho inovativo das empresas no Brasil são fatores econômicos**, mas não só eles: basicamente as altas taxas de juros, entraves regulatórios e problemas na área da educação [...] **alta concentração de renda, os altos índices de desemprego** e a informalidade – e o contexto macroeconômico [...] decisões governamentais sobre parâmetros importantes para a inovação, como taxas de câmbio e juros, dependem de fatores (e esperam cumprir com objetivos) que vão muito além da área de Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI). (GOUVEIA, F., 2017, grifo meu)

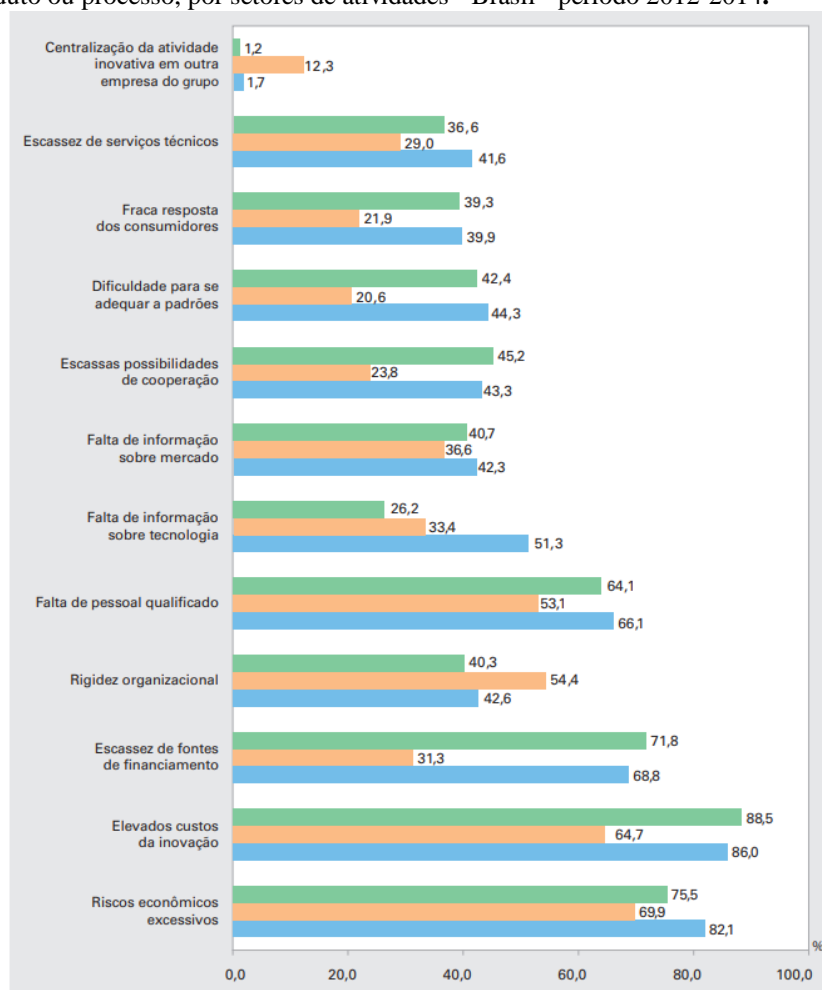
A conclusão da revista (especializada na área da inovação) é baseada nos seguintes resultados tirados do PINTEC 2014:

39O IBGE divulga os resultados da sexta edição da Pesquisa de Inovação - Pintec 2014 (triênio 2012-2014), com o objetivo de fornecer informações para a construção de indicadores das atividades de inovação das empresas brasileiras. (IBGE, 2016, p. 10). Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/li99007.pdf>> Acesso em 16 de nov. 2018.

40Esforços em inovação nas empresas refletem contexto recessivo e dificuldades estruturais do país. Disponível em: <<https://www.inovacao.unicamp.br/edicoes/janeiro-2017/esforcos-em-inovacao-nas-empresas-refletem-contexto-recessivo-e-dificuldades-estruturais-do-pais/>>. Acesso em 15 de nov. de 2018.

GRÁFICO 8

A Importância atribuída aos problemas e obstáculos para inovar, pelas empresas que implementaram inovações de produto ou processo, por setores de atividades - Brasil - período 2012-2014.



Fonte: PINTEC 2014. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=299007>>. Acesso em 15 de nov. de 2018

Cruz Jr (2011) vê que o SNI está situado numa escala intermediária entre os sistemas mais maduros e consolidados dos países mais desenvolvidos da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e aqueles países que sequer possuem um sistema de inovação, ou até mesmo de C&T, conferindo-lhe um lugar ao lado de países com condições de efetiva autonomia para consolidação do sistema de inovação e políticas de desenvolvimento em prazos relativamente curtos, de cerca de uma década.

O Brasil pertence claramente a uma categoria de países como os BRIC ou IBAS, além talvez de Argentina, México e Malásia, que

dispõem de um certo grau de diversificação de pesquisa e produção de conteúdo tecnológico, presença de instituições fomentadoras da pesquisa e certo grau de articulação com o setor privado, ademais da existência de centros de pesquisa científica e de P&D que lhes permitem desprender-se em certa medida de trajetórias de desenvolvimento que os relegam a uma posição mais estática que dinâmica na divisão internacional do trabalho. (CRUZ JR, 2011, p. 97) (CRUZ JR, 2011, p. 97)

Apesar das mais diversas transformações da estrutura produtiva brasileira em prol de um ambiente mais propício à inovação estar em processo contínuo de aprimoramento desde a metade da década de 1990, de acordo com um diplomata integrante do Ministério das Relações Exteriores, a noção propriamente dita de “sistema” não se aplica rigorosamente ao caso brasileiro, além de que um SNI “[...] pleno não surgirá a partir de condições espontâneas de mercado.” (CRUZ JR, 2011, p. 98)

Seguindo a análise de Cruz Jr, até 2011, a posição de amadurecimento do SNI em relação aos sistemas inovadores de países como a Alemanha, os EUA, o Japão e a Índia, o Brasil estaria mais vinculado ao caso indiano visto que os dois possuem grande expressão da produção científica, mas com modestas produtividades e capacidades endógenas na área da tecnologia. Já a Alemanha e os EUA, possuem não só grande expressão de pesquisas científicas mas também uma grande capacidade tecnológica para produzir os resultados dessas pesquisas. Já com relação ao Japão, este possui vasta expressão tecnológica, entretanto apresenta uma produção científica abaixo das economias estadunidense e alemã, por exemplo.

Entretanto, avanços significativos no campo da inovação tecnológica vêm sendo observados desde então. Em 14 de novembro de 2018, por exemplo, como um claro sinal da atual capacidade científica de assimilação industrial do Brasil, foi inaugurado o “**Sirius**” o acelerador de elétrons mais avançado do mundo. Segundo a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP)⁴¹, uma das responsáveis pela condução do projeto, o acelerador de partículas Sirius foi projetado

⁴¹A **FINEP** é uma empresa pública vinculada ao MCTIC (Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações) criada em 24 de julho de 1967. **Seu objetivo** é atuar em toda a cadeia da inovação, com foco em ações estratégicas, estruturantes e de impacto para o desenvolvimento sustentável do Brasil. **Sua missão** é Promover o desenvolvimento econômico e social do Brasil por meio do fomento público à Ciência, Tecnologia e Inovação em empresas, universidades, institutos tecnológicos e outras instituições públicas ou privadas. **Sua visão** é transformar o Brasil por meio da inovação. Disponível em: < <http://www.finep.gov.br/a-finep-externo/sobre-a-finep>>. Acesso em 18 de novembro de 2018.

por brasileiros e 85% de seus equipamentos e capital humano foram e são nacionais, o que evidencia ainda mais o atual estágio de capacidade humana no país.

O projeto todo é orçado em R\$ 1,8 Bilhão de Reais e foi iniciado durante o Governo Dilma em 2012 e até agora já firmou contratos de serviços e aquisições com mais de 300 empresas de pequeno, médio e grandes portes. É o maior projeto nacional no campo da ciência e conta com uma infraestrutura de pesquisa de última geração, estratégica para a investigação científica de ponta em áreas como saúde, agricultura, energia e meio ambiente. Será um laboratório aberto, no qual as comunidades científica e industrial terão acesso às instalações de pesquisa, inclusive equipes científicas estrangeiras. O Sirius será um grande equipamento científico, composto por três aceleradores de elétrons, que têm como função gerar um tipo especial de luz: a luz *síncrotron* (tipo de radiação eletromagnética que se estende por uma faixa ampla do espectro eletromagnético – luz infravermelha, ultravioleta e raios X). Essa luz de altíssimo brilho é capaz de revelar estruturas, em alta resolução, dos mais variados materiais orgânicos e inorgânicos, como proteínas, vírus, rochas, plantas, ligas metálicas e outros. O projeto é classificado tecnologicamente como um equipamento de última geração e até hoje, só há um outro equipamento comparável ao Sirius em operação, na Suécia, como atesta reportagem do portal da FINEP na internet.⁴²

Segundo o **Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS)**, responsável pela operação da única fonte de luz *síncrotron* da América Latina, e, que também é parte integrante deste projeto inovador em Campinas, a nova fonte de luz *síncrotron* brasileira, será a maior e mais complexa infraestrutura científica já construída no país e uma das primeiras fontes de luz *síncrotron* de 4ª geração do mundo. É planejada para colocar o Brasil na liderança mundial de produção de luz *síncrotron* e foi projetada para ter o maior brilho dentre todos os equipamentos na sua classe de energia. O LNLS ressalta que as fontes de luz *síncrotron* constituem o exemplo mais sofisticado de infraestrutura de pesquisa aberta e multidisciplinar e é uma ferramenta-chave para a resolução de questões importantes para as comunidades acadêmica e industrial brasileiras. A versatilidade de uma fonte de luz síncrotron permite o desenvolvimento de pesquisas em áreas

⁴²**Acelerador de elétrons Sirius é inaugurado em Campinas.** Disponível em: <<http://www.finep.gov.br/noticias/todas-noticias/5806-acelerador-de-eletrons-sirius-e-inaugurado-em-campinas>>. Acesso em 18 de novembro de 2018.

estratégicas, como energia, alimentação, meio ambiente, saúde, defesa e vários outros.⁴³

Tanto esse Laboratório quanto a FINEP são agências de fomento vinculadas ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), órgão este que, desde 12 de maio de 2016 (quando foi criado primeiro por Medida Provisória nº 726, que logo depois foi convertida na Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016) é, de fato, o principal agente do SNI na promoção da inovação, pois, suas atribuições são: A Política nacional de telecomunicações; Política nacional de radiodifusão; Serviços postais, telecomunicações e radiodifusão; Políticas nacionais de pesquisa científica e tecnológica e de incentivo à inovação; Planejamento, coordenação, supervisão e controle das atividades de ciência, tecnologia e inovação; Política de desenvolvimento de informática e automação; Política nacional de biossegurança; Política espacial; Política nuclear; Controle da exportação de bens e serviços sensíveis; e a articulação com os Governos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com a sociedade civil e com órgãos do Governo federal para estabelecimento de diretrizes para as políticas nacionais de ciência, tecnologia e inovação.⁴⁴

TABELA 7

Principais recomendações para melhoria das condições para empreender no país segundo os especialistas entrevistados.

Fatores	% de especialistas			
	Países selecionados			
	Brasil	Alemanha	Estados Unidos	México
Políticas Governamentais	75,3	28,6	36,6	66,7
Educação e Capacitação	49,5	47,6	39,0	38,9
Apoio Financeiro	31,2	42,9	51,2	27,8
Programas Governamentais	24,7	11,9	24,4	27,8
Pesquisa e Desenvolvimento	14,0	11,9	2,4	19,4
Informações	7,5	14,3	7,3	16,7
Normas Culturais e Sociais	5,4	38,1	2,4	16,7

43O que é o LNLS. Disponível em: <<https://www.lnls.cnpem.br/o-lnls/>>. Acesso em 18 de novembro de 2018.

44MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E COMUNICAÇÃO. **Institucional**. Disponível em: <<http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/institucional/paginaInstitucional.html>>. Acesso em 19 de novembro de 2018.

Custos do Trabalho, Acesso e Regulamentação	5,4	0,0	9,8	0,0
Internacionalização	5,4	0,0	0,0	2,8
Abertura de Mercado/Barreiras à Entrada	4,3	2,4	7,3	16,7
Capacidade Empreendedora	4,3	7,1	17,1	2,8
Contexto Político, Institucional e Social	4,3	16,7	7,3	2,8
Infraestrutura Comercial e Profissional	4,3	2,4	29,3	0,0
Diferenças Devidas ao porte da Empresa	4,3	2,4	0,0	0,0
Acesso à Infraestrutura Física	3,2	4,8	7,3	2,8
Características da Força de Trabalho	3,2	2,4	4,9	0,0
Composição da População Percebida	1,1	0,0	4,9	0,0
Clima Econômico	0,0	0,0	0,0	0,0
Corrupção	0,0	0,0	0,0	2,8
Crise Internacional	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: Lima *et al*, 2016, p. 96

Conforme a tabela a cima, compreende o pesquisador-especialista brasileiro da temática da Inovação, que, o maior desafio para tornar nossa economia uma das mais competitivas a nível internacional, será realizar uma Política Governamental específica para que nossas normas jurídicas e nossa estrutura produtiva, além do ambiente empresarial, sejam constituídos de um modo a copiar o sistema inovador de países considerados como economias movidos por inovação, como os EUA e a Alemanha, onde, tais políticas públicas já foram há décadas implementadas, sendo atualmente mais necessário capacitação da população para empreender e inovar, além de apoio financeiro de risco. O brasileiro carrega consigo um otimismo com relação ao poder que o empreendedorismo tem para que sua vida, é o que demonstra a tabela a baixo. E isso deve ser aproveitado pela classe responsável pela política nacional e local, ainda mais se tratando de um estado com um enorme potencial no comércio exterior, talvez o maior potencial entre todos os estados do país.

TABELA 8

Percepção de oportunidades para empreender.

Países	% da população que afirma perceber, para os próximos seis meses, boas oportunidades para se começar um novo negócio nas proximidades onde vivem	
	2015	2016
Brasil	42,4	40,2
África do Sul	40,9	35,0
Alemanha	38,3	37,6
China	31,7	37,3
Estados Unidos	46,6	57,3
Índia	37,8	44,3
México	44,7	39,4
Rússia	...	17,9

Fonte: Lima *et al*, 2016, p. 82

4.4.2 esforços empreendidos por alguns estados e municípios no Brasil em busca de inovações.

Alguns estados brasileiros e municípios têm dado importância para a confecção de um ambiente favorável para os agentes econômicos investirem na inovação. Nestes, a política para a inovação tem se concretizado em forma de secretarias estaduais e municipais, sendo que para todos estes a noção econômica schumpeteriana tem sido destacada como um elemento estratégico para o desenvolvimento de suas respectivas economias.

Enquadram-se nesse esforço os seguintes órgãos: A Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Governo do estado de São Paulo⁴⁵; A Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação do Governo do estado de Pernambuco⁴⁶; A Secretaria de Estado de Economia, Desenvolvimento, Inovação e Ciência e Tecnologia do estado do Distrito Federal⁴⁷; A Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia do município de São Paulo/SP⁴⁸; A Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Emprego e Inovação do município do

45Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Governo do estado de São Paulo. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.sp.gov.br/>>. Acesso em 16 de Novembro de 2018.

46Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação do Governo do estado de Pernambuco. Disponível em: <<http://www.secti.pe.gov.br/>>. Acesso em 16 de novembro de 2018.

47Secretaria de Estado de Economia, Desenvolvimento, Inovação e Ciência e Tecnologia do estado do Distrito Federal. Disponível em: <<http://www.sedict.df.gov.br/>>. Acesso em 16 de novembro de 2018.

48Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia do município de São Paulo/SP. Disponível em: <<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/inovacao/>>. Acesso em 16 de novembro de 2018.

Rio de Janeiro/RJ⁴⁹; A Secretaria Municipal De Assuntos Estratégicos, Ciência, Tecnologia E Inovação do município de Nova Iguaçu/RJ⁵⁰; A Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do município de Pato Branco/PR⁵¹; A Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Empreendedorismo do município de Blumenau/SC⁵²; A Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação do município de Juazeiro do Norte/CE⁵³.

4.5 O PRINCÍPIO DE “CONNECTIVIDADE E APRENDIZAGEM” DOS EMPREENDEDORES COMO ESTRATÉGIA PARA GOVERNOS ESTADUAIS, E, O ENSINO DO EMPREENDEDORISMO.

Como já foi explicitada na introdução, esta monografia tem como objetivo oferecer uma alternativa de solução para o problema da excessiva dependência econômica que o estado do Amapá tem com relação à União. Portanto, analisar as práticas políticas a nível estadual (províncias de Estados soberanos) que já estão em andamento em outros países, são necessárias para formular tal alternativa e, sem dúvida, nesse quesito a economia mais avançada nessa prática política entre suas províncias internas é a dos EUA. A *Kauffman Foundation* observou, através de suas longas análises, que a prática tradicional de fomento público ao empreendedorismo (capital de risco e incubadoras) não tem acompanhado a mudança da própria dinâmica do ato de empreender e que, dessa forma, não mais garante eficientes e crescentes resultados no índice de empreendedorismo. A Fundação sugere que os formuladores de políticas públicas que buscam promover o empreendedorismo em sua cidade ou estado, a implantem uma nova forma de fomento, uma “rede” que coloca os empresários novatos e os experientes no centro da estrutura, criando comunidades empresariais caracterizadas por conexões densas entre empreendedores e

49**Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Emprego e Inovação** do município do Rio de Janeiro/RJ. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/smdei>>. Acesso em 16 de novembro de 2018.

50**Secretaria Municipal De Assuntos Estratégicos, Ciência, Tecnologia E Inovação** do município de Nova Iguaçu/RJ. Disponível em: <<http://www.novaiguacu.rj.gov.br/semacti/>>. Acesso em 16 de novembro de 2018.

51**Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação** do município de Pato Branco/PR. Disponível em: <<http://www.patobranco.pr.gov.br/tecnologia/>>. Acesso em 16 de novembro de 2018.

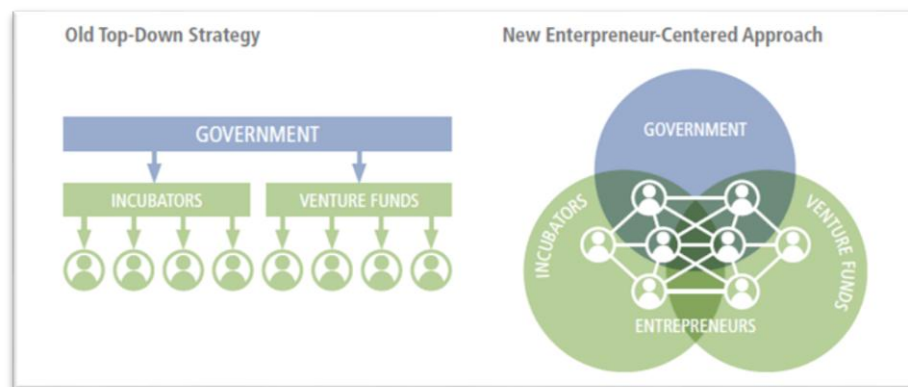
52**Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Empreendedorismo** do município de Blumenau/SC. Disponível em: <<https://www.blumenau.sc.gov.br/governo/secretaria-de-desenvolvimento-economico>>. Acesso em 16 de novembro de 2018.

53**Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação** do município de Juazeiro do Norte/CE. Disponível em: <<http://sedeci.juazeiro.ce.gov.br/>>. Acesso em 16 de novembro de 2018.

organizações que os apóiam, dando-lhes ao mesmo tempo oportunidade de aprender uns com os outros, trocando conhecimentos e técnicas, e criando um apóio e suporte aos novos empresários para que estes possam enfrentar melhor os desafios que as etapas do desenvolvimento de empresas impõe aos seus administradores, para que assim seja diminuído o nível da taxa de fracassos dos empreendimentos iniciais locais. “*Research indicates that local connections are far more important to entrepreneurs’ success than are national or global contacts [...].*” (MONTROYANA; WEINS, 2015, p. 3)

FIGURA 11

Estratégia antiga de ‘cima para baixo’ x Nova abordagem com o ‘empreendedor no centro’.



Fonte: MONTROYANA; WEINS, 2015, p. 3)

Para a *Kauffman Foundation*, algumas ações públicas devem ser implementadas para que a região local seja mais favorável aos empreendedores, como: a simplificação de taxas e impostos; favorecer no ambiente econômico uma ampla concorrência trabalhista para as vagas e emprego (o que aumenta a eficiência do processo e remunera melhor o funcionário mais produtivo); aumentar a velocidade dos processos de permissões ambientais por parte do governo (nem que seja para negar o pedido com bases técnicas e fazer com que o solicitante adeque o seu pedido); estabelecer metas e acompanhar o seu progresso; criar um ambiente interno favorável para a chegada de imigrantes internacionais, haja vista que estes tem apresentado nos EUA índices empreendedores maiores que os nativos do país, como no Vale do Silício, onde a *Kauffman Foundation* atestou que 52% dos criadores de alta tecnologia, foram imigrantes. Nos EUA, estes esforços levaram cerca de dez anos para surtir efeito nos municípios e governos

estaduais que os implantou, sendo necessário que os tomadores de decisões políticas trabalhem com a consciência de que os resultados só serão melhor notados em um período de médio-longo prazo. (MONTROYANA; WEINS, 2015, p. 8-9)

A política pública voltada para o estabelecimento de um ambiente favorável ao aparecimento constante de novos empreendimentos e produtos e serviços inovadores, investe no ensino e na capacitação da população nas questões empreendedoras. Dolabela (2006), Hisrich; Peters; Shepherd (2009), Chiavenato (2012), Dornelas (2015), Drucker (2016), assim como instituições como o GEM e a *Kauffman Foundation*, o próprio SEBRAE, não só contribuem com esse pensamento como também afirmam que é possível ensinar o empreendedorismo. Essas análises mostram que é possível criar cursos e matérias que capacitem a população a ser empreendedora. Ao se debruçar sobre as taxas mundiais de sobrevivência das Micro e Pequenas Empresas brasileiras (segundo dados do IBGE de 2013, era de 76%, uma das mais altas do mundo⁵⁴), Dornelas (2015, p. 4) indica que “[...] entendendo melhor como ocorre o processo empreendedor, seus fatores críticos de sucesso e o perfil de empreendedores de sucesso, espera-se que esta estatística mantenha-se em patamares dos países mais desenvolvidos [...]”. Dolabela (2006, p. 35) afirma ainda que até pouco tempo acreditava-se fortemente que o empreendedorismo era algo nato e que somente alguns poucos já nasciam com o potencial para criar e gerir negócios, o que para o autor, é um mito. Porém, o pesquisador do empreendedorismo observa durante a sua pesquisa que “Todos os pesquisadores acreditam que é possível alguém se tornar empreendedor. Mas a metodologia de ensino para isso deve ser diferente da tradicional, aplicada desde o curso fundamental até a universidade”.

Para Dornelas (2015), concluindo a partir de sua vasta experiência com o assunto, é evidente que o curso de empreendedorismo deveria focar na:

[...] a identificação e o entendimento das habilidades do empreendedor; a identificação e análise de oportunidades; as circunstâncias nas quais ocorrem as inovações e o processo empreendedor; a importância do empreendedorismo para o

⁵⁴**Segundo dados da OCDE** (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), entre 15 países envolvidos na pesquisa, o Brasil detinha um alto índice de sobrevivência de “MPes” de 78 %, à frente de países como o Canadá (74%), Áustria (71%), Espanha (69%), Itália (68%), Portugal (51%) e Holanda (50%). (DORNELAS, 2015, p. 4)

desenvolvimento econômico; a preparação e utilização de um plano de negócios; a identificação de fontes e obtenção de financiamento para o novo negócio; e o gerenciamento e crescimento da empresa. (DORNELAS, 2015, p. 30)

Portanto, percebe-se que é possível que haja a promoção e difusão de uma educação voltada para o empreendedor, o que daria à sociedade que a implementar a possibilidade de criar com mais intensidade novos arranjos de fatores de produção, em busca de ofertar produtos e serviços inovadores tal como vislumbrou Schumpeter (1997). A própria conclusão de que o processo empreendedor pode ser ensinado e difundido na sociedade se faz a partir das experiências das três economias analisadas nesta monografia, as quais procuraram estruturar a educação, a pesquisa e a produção industrial, com o fim de inovar.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Foi demonstrado que o Amapá é altamente dependente dos recursos da União e que isso é ruim para o estado, sendo a sua economia excessivamente sensível às crises econômicas nacionais. Além disso a manutenção desta política econômica é insuficiente para a geração de vagas de emprego suficientes a fim de solucionar a grave situação que os dados do IBGE informam. (CHELALA, 2008)

Também foi demonstrado que o Amapá está localizado em uma posição geográfica estratégica no país, e que isso já é atestado há muito tempo através da análise histórica (principalmente com relação a cobiça estrangeira na região, desde os espanhóis até os alemães do período nazista) e por meio de produções de diversos pesquisadores, além de muitas instituições públicas e privadas, e, também, pelos resultados que empreendimentos voltados para o comércio exterior vêm obtendo na região. (LINS, 1997; SANTOS; 2001; PORTO, 2007; CHELALA, 2008)

Foi também analisado o papel e a importância que o fenômeno do empreendedorismo e a inovação possuem para economias mundiais desde o contexto do final da Idade Média na Europa, até o atual momento, e que, o seu motor é a figura do empreendedor que com sua capacidade de inovar acaba por alterar os padrões de consumo da economia em que está inserido, principalmente se este ofertar ao mercado um produto de alta inovação tecnológica. (SCHUMPETER, 1997; HISRICH *et al*, 2009; CHIAVENATO, 2012; CRUZ JR, 2011; MARZANO, 2012; DORNELAS, 2015; DRUCKER, 2016)

A importância de Universidades Federais como a do Amapá ao apresentar soluções para os problemas que a sociedade apresenta, está no fato de que, assim como percebido na China e no Reino Unido, “[...] não se alcançará o desenvolvimento se o Governo não interagir dinamicamente com as universidades e empresas de modo geral, criando condições ótimas para a transferência do conhecimento, tácito e codificado, para as linhas de produção.” (CRUZ JR, 2011, p. 20)

Através da análise histórica das economias de três países (EUA, China e Reino Unido)

percebe-se que uma Política Pública, voltada a prover condições ao incentivo da cultura do empreendedorismo, pode ser praticada a partir de estímulos capitaneados pelo governo em conjunto com o setor privado, pois, como observa Dornelas (2015), se acredita que o processo do empreendedor possa, inclusive ser ensinado e entendido por qualquer pessoa.

As condições para que isso ocorra são alvo de análise do GEM para fornecer aos políticos e à classe empresarial, estudos que possam auxiliar cada economia a perseguir o estágio de eficiência (como é a economia do Brasil), ou, ainda, superá-lo. A “Tabela 6” demonstrou o que os especialistas no tema ao redor do mundo (Brasil, Alemanha, EUA e México) veem como essencial para que as condições favoráveis ao empreendedorismo avancem em seus respectivos países. O que se viu na situação do Brasil é que há insuficiente política governamental nesse sentido, situação diferente nos EUA, onde, o maior problema é a insuficiência de investimentos de risco, mesmo numa economia onde esse investimento já é altíssimo, o maior do mundo. Nos EUA há uma intensa concorrência entre os estados de sua União Federativa, para ofertar melhores condições ao empreendedorismo, e dessa forma atrair investidores e propiciar a criação espontânea de novos empreendimentos na unidade federativa. Por isso, parece ser necessário o poder público nacional e o estadual, se empenharem para que isso seja aplicado com o tempo. Marzano (2012) viu que, além da oferta do aprendizado, o Brasil deve se esforçar para oportunizar e manter um ambiente social favorável à “inovação” através de estímulos, como recursos humanos e capital.

Segundo Schumpeter (1997, p. 76), o empreendedor é o produtor que, via de regra, inicia a mudança econômica, e os consumidores são, se necessário, educados por ele. Entretanto se o local não se configura favorável a prática inovadora, não oferecendo ao empreendedor um ambiente capaz de fazer com que produtos e serviços oriundos de novas combinações de fatores de produção surjam espontaneamente e, conseqüentemente, sejam colocados no mercado internacional onde compradores dos EUA, Europa, China, Japão, tenha acesso a eles, não haverá desenvolvimento econômico na região, impulsionada pela mudança endógena.

A busca por desenvolver a economia do estado e, a tirar da dependência econômica da União, não será conquistada sem ao menos dar uma atenção maior a inovação, conforme visão da diplomacia brasileira frente a economia nacional em comparação ao desempenho dos países mais ricos e com infraestrutura mais desenvolvida, como observou Cruz Jr (2011 p. 12), quando disse

que “todos sabem que a inovação é uma das condições básicas de desenvolvimento de qualquer país. [...] tamanho de mercado, capacidade acumulada, condições institucionais, políticas e financeiras fazem toda a diferença.” Para o Brasil, Ciência e Tecnologia são essenciais para diminuir a distância que o separa dos países avançados, superar o perfil de sua economia, classificada pelo GEM entre aquelas movidas pela “Eficiência” e, apresentar mais produtividade. O Ministério das Relações Exteriores do Brasil, na figura da Fundação Alexandre de Gusmão, e, através das amplas análises realizadas pelos mais diversos diplomatas brasileiros espalhados pelo mundo, indica que a fórmula para o salto no desempenho econômico passa pela transformação de seu aparato produtivo e de serviços em um ambiente amigável à inovação, como o faz o Reino Unido.

Para a *Kauffman Foudation* há algumas mudanças de atitude e de paradigmas que os esforços ao empreendedorismo devem levar a cabo para promover desenvolvimento local no período de 10 anos. Para a fundação estadunidense, a clássica política de auxílio ao empreendedorismo (crédito de risco e incubadoras) não são tão eficazes quanto parecem.

Tudo leva a crer que para a situação econômica amapaense sair do atual *status quo* de dependência profunda dos recursos da União, terá a sociedade local e o poder público que dar atenção tanto aos incentivos para a cultura do empreendedorismo, através de uma política econômica e social que se aproxime, por exemplo, a da estadunidense, quanto, a uma adequação dos aparatos produtivos do estado para serem mais próximos do ambiente que produz inovação, tal como a moderna China fez desde as reformas de meados dos anos 1980, transformando-a no grande fenômeno econômico global das últimas décadas, ou ainda, integrar os agentes econômicos amapaenses através da liderança do poder público na busca por um sistema de total busca pela inovação, não havendo instituição ou campo social que não esteja focado nesse objetivo, tal como os britânicos o fazem, (lá, inovar é uma política soberana e transversal que envolve toda a sociedade) no seu sistema oculto voltado para gerar novas combinações de fatores de produção.

Nesse ponto cabe ressaltar que a principal mudança estrutural realizada tanto na China de Deng Xiaoping, quanto nos EUA e no Reino Unido (nesses dois a partir do momento em que suas economias encontravam-se em estagnação e até mesmo recessão, como nas décadas de 1970 e 1980) foi solucionar a “desconexão entre o conhecimento e produção” (CRUZ JR, 2011;

MARZANO, 2012), uma vez que todas as três economias já produziam uma quantidade de pesquisas acadêmicas-científicas de ponta, mas que, porém, não havia uma integração entre o que era pensado e a sua conseqüente produção industrial. Tanto para as duas economias ocidentais quanto para a economia chinesa, os resultados têm se mostrado satisfatórios uma vez que as suas estruturas estão produzindo conhecimento inovador.

É essencial que o Amapá e o Brasil observem a história de sucesso econômico e científico desses países a fim de se desenvolver socialmente e economicamente, aplicando fórmulas que nessas economias resultou em avanços. Entretanto, é preciso levar em consideração que algumas políticas públicas voltadas para o empreendedorismo que antes eram certeza de sucesso (como incubadoras e investimentos de riscos), já não apresentam desempenho como antes, como atesta a análise do ambiente interno empreendedor estadunidense, realizada pela *Kauffman Foundation*, sendo necessários novas estratégias para manter e aumentar o ritmo de empreendedorismo comum e inovador, inclusive incentivando os próprios grupos de empreendedores locais a criar uma “rede de empresários” (Figura 11) para o auxílio mútuo e para aumentar a chance dos novos empreendedores de evitarem o fracasso.

Desse modo, portanto, a conclusão desta monografia é que o empreendedorismo comum e o inovador serão cruciais para que haja mudança na dinâmica atual da economia do estado e da própria União, já que a inovação e a sua participação no conseqüente desenvolvimento econômico, tende a modificar constantemente os fluxos da economia, através da sua intensa recombinação de fatores de produção, como demonstrou Schumpeter (1997). Esta transformação profunda nos fluxos econômicos facilita a criação de novas empresas e cria muitos empregos, tal como ocorreu nos EUA na segunda metade do século XX quando sua economia transmutou-se, ou, como sugere Schumpeter, desenvolveu-se economicamente, deixando de ser “gerencial” para tornar-se “empreendedora”, conforme observou Drucker (2016).

No Reino Unido, esta política tem sido eficaz em sua economia, e, na China, onde o ambiente político ainda é fechado, desempenhos econômicos e, ou, sociais como o IDH (Figura 10) e o PIB (Gráfico 5), tem obtido melhores resultados desde que foram implementadas políticas que incentivaram a cultura produtiva do empreendedorismo, tanto o comum e inovador. Uma educação empreendedora difundida na sociedade local e o auxílio entre os próprios grupos de empreendedores para que negócios nascentes se mantenham, como a *Kauffman Foundation*

prescreve, além de um ambiente sistêmico para gerar inovação, pode facilitar e catalisar o desenvolvimento no estado. Sobre o problema do emprego, este se mostrou mais preocupante do que o parcelamento do salário dos servidores do Governo do estado do Amapá, pois, diferente destes que ainda continua tendo seus rendimentos garantidos, a parcela desocupada não encontra vagas de emprego em numero suficiente numa economia estática e pouco produtiva.

6. REFERÊNCIAS

ABREU, Eder. **PIB do Estado revela economia regionalizada dos municípios**. Disponível em: <<https://www.portal.ap.gov.br/noticia/0106/pib-do-estado-revela-economia-regionalizada-dos-municipios>>. Acesso em 16 de outubro de 2018.

AGÊNCIA IBGE DE NOTÍCIAS. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio IBGE (PNAD-2018)**. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/22218-pnad-continua-tri-taxa-de-subutilizacao-da-forca-de-trabalho-e-de-24-6-no-segundo-trimestre-de-2018>> Acesso em 29 de agosto de 2018.

ANGELL, N. **A GRANDE ILUSÃO**. São Paulo: IPRI, 2002.

ATKINSON, R. **Understanding the U.S National Innovation System**. Disponível em: <<http://www2.itif.org/2014-understanding-us-innovation-system.pdf>>. Acesso em 26 de Novembro de 2018.

BARBOSA, P (org). **OS DESAFIOS E OPORTUNIDADES NA RELAÇÃO BRASIL-ÁSIA NA PERSPECTIVA DE JOVENS DIPLOMATAS**. Brasília: FUNAG, 2017.

BONINI, L; PANHOCA, I; CIANCIARULLO, T (Org). **POLÍTICAS PÚBLICAS: estudos e casos**. São Paulo: Ícone, 2014.

BRAUNERHJELM, P *et al.* **THE ENTREPRENEURIAL CHALLENGE: a comparative study of entrepreneurial dynamics in China, Europe and The US**. Swedish Entrepreneurship Forum, 2016. Disponível em: <https://entreprenorskapsforum.se/wp-content/uploads/2016/06/GEM_Internationell_Rapport_2016_Webb.pdf> Acesso em 3 de novembro de 2018.

BRETAS, Valeria. **Os estados mais violentos do Brasil**. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/os-estados-mais-violentos-do-brasil-3/>>. Acesso em 9 de julho de 2018.

CALEIRO, J. P. **Mapa mostra o principal destino de exportações por estado**”. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/economia/mapa-mostra-o-principal-destino-das-exportacoes-de-cada-estado/>> Acesso em 14 de outubro de 2018.

CARMO, E; MARIANO, J. (org). **ECONOMIA INTERNACIONAL**. São Paulo: Saraiva, 2010.

CARVALHO *et al.* **Relação Da Criminalidade Com Os Índices De Desemprego: um estudo de caso**. **Enciclopédia Biosfera**. Goiânia, v. 14, n. 25, p. 1804-1817. Disponível em: <<http://www.conhecer.org.br/enciclop/2017a/soc/relacao.pdf>> Acesso em 13 de outubro de 2018.

CASTRO, Thales. **TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS**. Brasília: FUNAG, 2012.

CHELALA, C. A. **A magnitude do Estado na socioeconomia amapaense**. 2008. 222 f. Dissertação (Mestrado integrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Amapá. Macapá, 2008. Disponível em: <http://www2.unifap.br/ppgmdr/files/2016/03/Magnitude_Estado_Disserta%C3%A7>

CHIAVENATO, I. **EMPREENDEDORISMO: dando asas ao espírito empreendedor**. 4 ed. Barueri: Manole, 2012.

CRUZ JR (org). **DIPLOMACIA, DESENVOLVIMENTO E SISTEMAS NACIONAIS DE INOVAÇÃO: estudo comparado entre Brasil, China e Reino Unido**. Brasília: FUNAG, 2011.

DOLABELLA, F. **O SEGREDO DE LUISA**. São Paulo: Editora de Cultura, 2006.

DORNELAS, José. **EMPREENDEDORISMO: transformando ideias em negócios**. Rio de Janeiro: Empreende / LTC, 2015.

DRUCKER, P. **INOVAÇÃO E ESPÍRITO EMPREENDEDOR: prática e princípios**. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

FIGUEIREDO, Fabiana. **AP foi o Estado que teve o maior recuo do PIB no Brasil em 2015**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/com-reducao-de-55-ap-foi-o-estado-que-teve-o-maior-recuo-do-pib-no-brasil-em-2015.ghtml>>. Acesso em 9 de julho de 2018.

FINEP. **A FINEP**. Disponível em: < <http://www.finep.gov.br/a-finep-externo/sobre-a-finep>>. Acesso em 18 de novembro de 2018.

_____. **Acelerador de elétrons Sirius é inaugurado em Campinas**. Disponível em: < <http://www.finep.gov.br/noticias/todas-noticias/5806-acelerador-de-eletrons-sirius-e-inaugurado-em-campinas>>. Acesso em 18 de novembro de 2018.

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. **FUNAG institucional**. Disponível em: < <http://www.funag.gov.br/index.php/pt-br/funag>> Acesso em 9 de setembro de 2018.

GALLO, M. **ÁREAS DE LIVRE COMÉRCIO**. Disponível em: <<http://site.suframa.gov.br/assuntos/areas-de-livre-comercio>> Acesso em 16 de outubro de 2018.

GOUVEIA, Flávia. **Esforços em inovação nas empresas refletem contexto recessivo e dificuldades estruturais do país**. Disponível em: <<https://www.inovacao.unicamp.br/edicoes/janeiro-2017/esforcos-em-inovacao-nas-empresas-refletem-contexto-recessivo-e-dificuldades-estruturais-do-pais/>>. Acesso em 15 de novembro de 2018.

HISRICH; PETERS; SHEPHERD. **EMPREENDEDORISMO**. 7 ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

HIRST, T. **A brief history of China's economic growth**. Disponível em: <<https://www.weforum.org/agenda/2015/07/brief-history-of-china-economic-growth/>>. Acesso em 27

de novembro de 2018.

IBGE. **PNAD Contínua** - Agosto de 2018 Trimestre: abr-mai-jun/2018. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Quadro_Sintetico/2018/pnadc_201802_trimestre_quadroSintetico_20180817.pdf> Acesso em 6 de setembro de 2018.

_____ **Sistema De Contas Regionais:** Brasil, 2015. Rio de Janeiro: IGBE, 2017. Disponível em: <https://servicodados.ibge.gov.br/Download/Download.ashx?http=1&u=biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101307_informativo.pdf> Acesso em 3 de novembro de 2018.

_____ **Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA.** Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/disseminacao/eventos/workshop/sidra.shtm>> Acesso em 1 de novembro de 2018.

_____ **Pesquisa de inovação:** 2014. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv99007.pdf>>. Acesso em 16 de novembro de 2018.

INFORMATION TECHNOLOGY & INNOVATION FOUNDATION. **About ITIF.** Disponível em: <<https://itif.org/about>>. Acesso em 26 de Novembro de 2018.

JACKSON, Robert; SØRENSEN, Georg. **INTRODUÇÃO ÀS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.** Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

KAUFFMAN FOUNDATION. **Our founder.** Disponível em: <<https://www.Kauffman.org/who-we-are/our-founder-ewing-Kauffman>> Acesso em 19 de novembro de 2018.

LAPORTA, T; GOMES, H. **Entenda a ‘guerra comercial’ entre EUA e China e como ela pode afetar a economia mundial.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/entenda-a-guerra-comercial-entre-eua-e-china-e-como-ela-pode-afetar-a-economia-mundial.ghtml>>. Acesso em 18 de novembro de 2011.

LIMA, Brendha *et al.* **GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR:** empreendedorismo no Brasil 2016. Curitiba: IBQP, 2017.

LIMA, Renato *et al.* **ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA.** São Paulo: FBSP, 2017.

LINS, C. **A JARI E A AMAZÔNIA.** Almeirim: Dataforma, 1997.

LNLS. **Introdução ao projeto Sirius.** Disponível em: <<https://www.lnls.cnpm.br/sirius/projeto-sirius/>>. Acesso em 18 de novembro de 2018.

LNLS. **O que é o LNLS.** Disponível em: <<https://www.lnls.cnpm.br/o-lnls/>>. Acesso em 18 de novembro de 2018.

MARTIN, Nik. “**Como projeto made in china de 2025 de supremacia tecnológica ameaça os eua**”. Disponível em: <<https://tecnologia.uol.com.br/noticias/redacao/2018/07/04/como-projeto-made-in-china-2025-de-supremacia-tecnologica-ameaca-os-eua.htm>> Acesso em 13 de Novembro de 2018.

MARZANO, Fábio. **POLÍTICAS PÚBLICAS DE INOVAÇÃO NO BRASIL E NOS ESTADOS UNIDOS: a busca da competitividade – Oportunidades para a ação diplomática**. Brasília: FUNAG, 2011

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS. **Balança comercial**. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/balanca-comercial>>. Acesso em 15 de outubro de 2018.

_____ **Balança comercial por unidade da federação: Amapá**. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/comex-vis/frame-uf-produto?uf=ap>> Acesso em 14 de outubro de 2014

MIYAMOTO, Shiguenoli. **GEOPOLÍTICA E PODER NO BRASIL**. Campinas: Papirus, 1995.

MORGENTHAU, Hans. **A POLÍTICA ENTRE AS NAÇÕES: a luta pelo poder e pela paz**. São Paulo: IPRI, 2003.

MOTOYAMA; WIENS. **GUIDELINES FOR LOCAL AND STATE GOVERNMENTS TO PROMOTE ENTREPRENEURSHIP**. Ewing Marion *Kauffman* Foundation, 2015. Disponível em: <https://www.Kauffman.org/-/media/Kauffman_org/research-reports-and-covers/2015/03/government_guideline_report.pdf> Acesso em 3 de novembro de 2018.

NEGREIRO. “**Com a inauguração da brigada da foz do Amazonas, a presença do exército brasileiro na região é reforçada**”. Disponível em: <http://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito/-/asset_publisher/MjaG93KcunQI/content/em-roraima-operacao-escudo-e-intensificada-e-iniciam-se-acoes-na-regiao-fronteirica-de-pacaraima->> Acesso em 4 de novembro de 2018.

OLIVEIRA, N. **GUIA DO INVESTIDOR AMAPÁ: a nova fronteira do desenvolvimento**. 4 ed. Macapá: GEA, 2015.

PEREIRA, M. **RIO BRANCO: 100 anos de memória**. Brasília: FUNAG, 2012. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/918-Rio_Branco_100_Anos_de_Memoria.pdf>. Acesso em 18 de novembro de 2018.

PNUD BRASIL. **O que é IDH?** Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html>> Acesso em 13 de novembro de 2018.

PORTO, J. **AMAPÁ: principais transformações econômicas e institucionais – 1943-2000**. 2.ed. Macapá: Edição do autor, 2007.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES UNIDAS. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en>>. Acesso em 13 de novembro de 2018.

RIBEIRO, N. **A QUESTÃO GEOPOLÍTICA DA AMAZÔNIA**: da soberania difusa à soberania restrita. Brasília: Senado Federal, 2005.

ROMERO, S. **Sepultura nazista no Brasil resiste como registro de plano secreto de colonização**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/the-new-york-times/2016/12/10/tumulo-nazista-no-brasil-resiste-como-registro-de-plano-secreto-de-colonizacao.htm>> Acesso em 5 de setembro de 2018.

SACHS, Ignacy. **DESENVOLVIMENTO**: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SANDRONI, Paulo (org). **NOVÍSSIMO DICIONÁRIO DE ECONOMIA**. São Paulo: Best Seller, 1999.

SANTOS, Fernando. **HISTÓRIA DO AMAPÁ**. Macapá: Valcan, 2001.

SARFATI, Gilberto. **ESTÁGIOS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREENDEDORISMO E DE MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS (MPMES) EM PERSPECTIVA COMPARADA**: os casos do Brasil, do Canadá, do Chile, da Irlanda e da Itália. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/14409> > Acesso em: 10 de Julho de 2018.

SARNEY; COSTA. **AMAPÁ**: a terra onde o Brasil começa. Brasília: Senado Federal, 1999.

SCHUMPETER, A Joseph. **OS ECONOMISTAS**: Joseph Alois Schumpeter. Teoria do desenvolvimento econômico. São Paulo: Nova Cultural, 1997. Disponível em: <<https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=102926>> Acesso em 15 de Junho de 2018.

SCHWAB, K. **The Global Competitiveness Report 2017–2018**. Disponível em: <<http://www3.weforum.org/docs/GCR2017-2018/05FullReport/TheGlobalCompetitivenessReport2017%E2%80%932018.pdf>> Acesso em 14 de outubro de 2018.

SEBRAE. **O que é ser empreendedor?** Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/bis/o-que-e-ser-empendedor,ad17080a3e107410VgnVCM1000003b74010aRCRD>> Acesso em 3 de nov. de 2018.

SECRETARIA DE CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PATO BRANCO/PR. Disponível em: <<http://www.patobranco.pr.gov.br/tecnologia/>>. Acesso em 16 de novembro de 2018.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE/CE. Disponível em: <<http://sedeci.juazeiro.ce.gov.br/>>. Acesso em 16 de novembro de 2018.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.sp.gov.br/>>. Acesso em 16 de Novembro de 2018.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU/SC. Disponível em: <<https://www.blumenau.sc.gov.br/governo/secretaria-de-desenvolvimento-economico>>. Acesso em 16 de novembro de 2018.

SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA, DESENVOLVIMENTO, INOVAÇÃO E CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESTADO DO DISTRITO FEDERAL. Disponível em: <<http://www.sedict.df.gov.br/>>. Acesso em 16 de novembro de 2018.

SECRETARIA ESTADUAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. Disponível em: <<http://www.secti.pe.gov.br/>>. Acesso em 16 de novembro de 2018.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU/RJ. Disponível em: <<http://www.novaiaguacu.rj.gov.br/semacti/>>. Acesso em 16 de novembro de 2018.

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO, EMPREGO E INOVAÇÃO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO/RJ. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/smdei>>. Acesso em 16 de novembro de 2018.

SECRETARIA MUNICIPAL DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO/SP. Disponível em: <<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/inovacao/>>. Acesso em 16 de novembro de 2018.

SENADO DO BRASIL. **Projeto de Lei da ZPE de Macapá e Santana**. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getTexto.asp?t=10361>> Acesso em 15 de outubro de 2018.

SENADO NOTÍCIAS. **Promulgada emenda constitucional do teto de gastos públicos**. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/15/promulgada-emenda-constitucional-do-teto-de-gastos>>. Acesso em 27 de agosto de 2018.

SILVA, De Plácido e. **VOCABULÁRIO JURÍDICO**. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

SUPER INTERESSANTE. **Conheça 25 grandes invenções chinesas**. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/galeria/conheca-25-grandes-invencoes-chinesas/>>. Acesso em 18 de novembro de 2018.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Suspensas decisões que impediam governo do Amapá de parcelar salários do funcionalismo**. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=350959>> Acesso em 9 de Julho de 2018.

SWEDISH ENTREPRENEURSHIP FORUM. About. Disponível em: <<http://eng.entreprenorskapsforum.se/about/>>. Acesso em 22 de novembro de 2018.

TELEGRAPH. **Greatest 50 British inventions: full list.** Disponível em: <<https://www.telegraph.co.uk/news/science/science-news/9787698/Greatest-50-British-inventions-full-list.html>>. Acesso em 15 de novembro de 2018.

THE OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY. **Economias internacionais.** Disponível em: < <https://atlas.media.mit.edu/pt/>> Acesso em 15 de outubro de 2018.

_____ **Exportação da China.** Disponível em: <<https://atlas.media.mit.edu/pt/profile/country/chn/>> Acesso em 3 de novembro de 2018.

_____ **Exportação dos EUA.** Disponível em: < <https://atlas.media.mit.edu/pt/profile/country/usa/#Exportação>> Acesso em 3 de novembro de 2018.

TREND ECONOMICS. **Índice de emprego da China.** Disponível em: <<https://tradingeconomics.com/china/employed-persons>>. Acesso em 15 de janeiro de 2018.

_____ **Índice de emprego dos EUA.** Disponível em: <<https://tradingeconomics.com/united-states/employed-persons>>. Acesso em 15 de janeiro de 2018.

_____ **Índice de emprego do Reino Unido.** Disponível em: <<https://tradingeconomics.com/united-kingdom/employed-persons>>. Acesso em 15 de janeiro de 2018.

_____ **PIB – lista de países.** Disponível em: <<https://pt.tradingeconomics.com/country-list/gdp>> Acesso em 15 de outubro de 2018.

TREVISAN, Karina. **Brasil enfrenta pior crise da história pouco tempo após boom econômico.** Disponível em <<https://g1.globo.com/economia/noticia/brasil-enfrenta-pior-crise-já-registrada-poucos-anos-apos-um-boom-economico.ghtml>> Acesso em 27 de agosto de 2018.

UNIFAP. **Plano de Desenvolvimento Institucional da Unifap 2015-2019.** Disponível em: <<http://www2.unifap.br/reitoria/plano-de-desenvolvimento-institucional/>>. Acesso em 9 de julho de 2018

_____ **Plano Pedagógico do Curso de R.I-UNIFAP.** Disponível em: <<http://www2.unifap.br/relacoesinternacionais/sobre-o-curso/ppc/>> Acesso em 9 de julho de 2018.

VARGAS, R. **Mais perto da Europa.** Disponível em: <<https://revistagloborural.globo.com/Colunas/caminhos-da-safra/noticia/2017/07/mais-perto-da-europa1.html>>. Acesso em 15 de outubro de 2018.

ZAKARIA, F. **Can America still innovate?** Disponível em: <<https://www.newsweek.com/zakaria-can-america-still-innovate-77023>>. Acesso em 2 de novembro de 2018.

WORLD BANK GROUP. **PIB EUA, China, Reino Unido – 1960-2017.** Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?contextual=default&locations=US-CN-GB>>. Acesso em 15 de janeiro de 2018.